

# BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE

N.º 13/14



DEZEMBRO - 1988



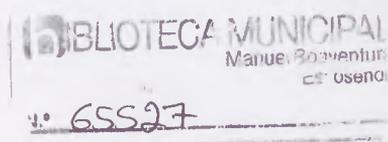
BOLETIM CULTURAL  
DE ESPOSENDE



# BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

N.º 13/14



DEZEMBRO - 1988

Ficha Técnica:

*Director: M. Albino Penteadó Neiva*

*Comissão redactorial: Sebastião J. Sá Matos e Carlos A. Brochado de Almeida*

*Propriedade da Câmara Municipal de Esposende*

*Publicação da Casa da Cultura de Esposende*

*Sede: Casa da Cultura de Esposende*

*4740 Esposende*

*Tiragem deste número: 750 exemplares*

*Composto e impresso na Tipografia Camões*

*4490 Póvoa de Varzim*

*Dezembro de 1987*

*Dep. Legal N.º 19971/88*

Os artigos assinados são de responsabilidade dos respectivos autores

Toda a colaboração é solicitada

O Boletim Cultural de Esposende aceita permutas e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras

## SUMÁRIO

- 1 — Silva Vieira — Apontamentos para a sua Biografia ... .. 7  
*Manuel Albino Penteado Neiva*
- 2 — Carta Arqueológica do Concelho de Esposende ... .. 21  
*Carlos A. Brochado de Almeida*
- 3 — IV Concílio Provincial Bracarense ... .. 46  
*José Cardoso*
- 4 — O Mosteiro de São Salvador de Palme ... .. 68  
*J. C. Viana*
- 5 — Do Pensamento e da Acção de António Rodrigues Sampaio 108  
*António Maranhão Peixoto*
- 6 — Litostratigrafia e Estrutura do Paleozóico de Esposende ... .. 125  
*Manuela de Sousa*



SILVA VIEIRA  
APONTAMENTOS PARA A SUA BIOGRAFIA



*Manuel Albino Pentecado Neiva*

Com a publicação deste estudo, para além da homenagem justa e necessária à figura de Silva Vieira, pretendemos elaborar uma listagem, o mais completa possível, das obras que saíram dos prelos da sua «modesta» tipografia, bem como da sua actividade como editor e autor, durante o período compreendido entre 1885 e 1930. Conscientes de que fizemos uma pesquisa rigorosa e exaustiva, não ficaremos surpreendidos se algo mais houver para inventariar, pois a raridade e a dispersão das obras impressas na Tipografia Espozendense, dificultaram imenso o nosso trabalho<sup>1</sup>.

\*

JOSÉ DA SILVA VIEIRA NO PANORAMA CULTURAL PORTUGUÊS

Silva Vieira nasceu no dia 22 de Março de 1860, na freguesia de Vila Frescaíinha de S. Martinho — concelho de Barcelos, e morreu a 21 de Novembro de 1940.

<sup>1</sup> NEIVA, Manuel Albino Pentecado — Lembrando um «Quase» Esposende, in «D'ART 6», N.º 4, 1988.

A sua vida, desde tenra idade, passou-se ao lado da máquina de impressão, tendo sido seu Mestre o ilustre barcelense Dr. Rodrigo Veloso. Ainda na flor da idade fixa residência na vila de Esposende aonde começou, de imediato, a sua actividade jornalística.

Para comemorar a criação do Julgado Municipal de Esposende, edita em número único a que deu o título de «O Espozendense». Estamos em 19 de Dezembro de 1886. Algum tempo depois, associando-se a Lourenço Leitão, Ernesto Faria e Adelino Azevedo, fundaram um pequeno jornal ao qual continuaram a chamar «O Espozendense».

J. Silva Vieira legou-nos um valioso património cultural escrito, que constituiu, hoje em dia, um repositório valiosíssimo dos usos e costumes portugueses mormente da Província do Minho. O valor da sua obra não se esgota com os interessantes trabalhos monográficos inseridos na «COLEÇÃO SILVA VIEIRA», tão pouco com os artigos saídos nas colunas de



*Rua do Arco onde funcionou a Tipografia Espozendense em 1897. Supomos tratar-se do n.º 8, correspondente à segunda porta da Casa do Arco.*

*—Aquarela de João de Freitas*

«O Espozendense». Os cerca de três centenas e meia de números da Revista do Minho são o que de melhor se editou no campo da Etnografia e é de indispensável consulta para os folcloristas e etnólogos. À Tipografia Espozendense, de sua propriedade<sup>2</sup>, acorriam «os mais entendidos nas letras»

<sup>2</sup> Esta Tipografia, em 1897, situava-se na Rua do Arco, n.º 8; Em 1910 passou para a Rua Veiga Beirão n.º 7/9, mais tarde denominada Rua 1.º de Dezembro.



*Maquineta de imprimir cartões de visita. Marca: Bremen.  
Funcionou em 1886 na Tipografia Espozendense de José da Silva Vieira.*



*Xilgravura do frontespício do jornal «O Espozendense» de 1886.*

e aí se publicaram obras que hoje em dia se transformaram em apeteceíveis raridades bibliográficas.

Cláudio Basto<sup>3</sup> ao referir-se a Silva Vieira dizia que nele «ardia a tenaz vontade de se instruir, a curiosidade incansável de saber ... Começou por estudar nos artigos que lhe passavam nas mãos de tipógrafo; depois estudou também nas obras que editava e nas que recebia — e outros estudos não teve».

António Cruz, num seu estudo sobre Esposende<sup>4</sup>, e ao falar de Silva Vieira, comentava que nos seus «pequenos mas valiosos opúsculos muito temos que aprender». Este douto investigador chama-lhe mesmo «benemérito».

Álvaro Pinheiro definiu-o como tendo sido «fundamentalmente um homem de acção: foi estruturalmente um decidido e apaixonado cooperando nos variados sectores da imprensa da província».

O grande etnógrafo José Leite de Vasconcelos classifica Silva Vieira como sendo «um dos mais cintilantes folcloristas portugueses» acrescentando ainda que «Silva Vieira representa no ambiente dos nossos estudos um centro de actividade, modesto sim, mas muito louvável, mormente se atendermos à data em que se iniciou»<sup>5</sup>.

\*

Seguidamente vamos elaborar uma listagem dos trabalhos que saíram dos prelos da Tip. Esposzendense.

Para uma melhor compreensão dividimos este rol em 3 partes; a primeira relacionada com os títulos que constituem a «Colecção Silva Vieira», a segunda parte os trabalhos impressos na referida Tipografia e a terceira abarca os periódicos e outro material considerado não-livro.

## I OBRAS QUE INTEGRAM A «COLECÇÃO SILVA VIEIRA» E IMPRESSAS NA TIP. ESPOZENDENSE<sup>6</sup>

- 1 — *Astronomia Meteorologia e Chronologia populares*/J. Maria Soeiro de Brito. — Esposende, 1890.

<sup>3</sup> BASTO, Cláudio — José da Silva Vieira e a Etnografia, in «O Esposzendense», Ano 54, 14 de Fevereiro de 1942.

<sup>4</sup> CRUZ, António — Esposende: A Terra e o Homem, Esposende, 1972.

<sup>5</sup> VASCONCELOS, José Leite de — Etnografia Portuguesa, Vol. 1, 1980, pp. 271-272.

<sup>6</sup> A colecção Silva Vieira, não numerada, pretendia ser agrupada em volumes tendo cada volume vários números. Pela leitura atenta que fizemos aos panfletos publicitários desta colecção, ficamos a saber que o 1.º volume continha 10 títulos:

— *As Brotas, Linguagem Infantil, Poesia Popular Alentejana, Folk-lore e Dialectologia de Esposende, Astronomia e Meteorologia Popular Alentejana, A opala, Tradições Maiatas, A dança em Portugal, Duas leis, Subsídios para o estudo do Folk-lore Infantil Português.*

O 2.º volume incluía unicamente o 1.º número de Ensaios Etnográficos de José Leite de Vasconcelos.

- 2 — *Astronomia e Meteorologia Popular Alentejana*/J. Maria Soeiro de Brito. — Esposende, s. d.
- 3 — *As Brotas*/J. Maria Soeiro de Brito. — Esposende, 1890.
- 4 — *Cancioneiro Lusitano*/Paixão Bastos. — Esposende, 1928.
- 5 — *Cancioneiro Minhoto: rosário de canções do povo, colhidas da tradição oral*/José da Silva Vieira. — Vol. I. — Esposende, 1917.
- 6 — *Comparações tradicionais portuguesas: Breve contribuição para o seu estudo*/Claudio Basto. — Esposende, 1924.
- 7 — *Contos Populares Portugueses: serões d'aldeia*/M. Cardoso Martha. — Esposende, 1925.
- 8 — *A dança em Portugal*/Alberto Pimentel. — Esposende, 1892.
- 9 — *Demosophia*/Socero de Brito. — Esposende, 1903.
- 10 — *Duas leis: documentos antigos*/José da Silva Vieira. — Esposende, s. d.
- 11 — *Ensaio Ethnographico*/José Leite de Vasconcelos. — Vol. I, II. — Esposende, 1903.
- 12 — *Ensaio Ethnographico*/José Leite de Vasconcelos. — Vol. I, II. — 2.<sup>a</sup> ed. — Esposende, 1911.
- 13 — *Folclore do Cadaval: man cheia de apontamentos*/M. Cardoso Martha. — Esposende, 1934.
- 14 — *O Folk-lore*/Theóphilo Braga. — 2.<sup>a</sup> série. — Esposende, 1893.
- 15 — *Folk-lore e dialectologia de Esposende: noticia bibliographica*/Armando da Silva. — Esposende, s. d.
- 16 — *Folk-lore lanhozense: 1896-1898*/Albino Bastos. — Esposende, 1903.
- 17 — *Folk-lore vimaranense*/Liste de Castro. — Esposende, 1908.
- 18 — *De Guimarães: tradições e usanças populares da terra, do trabalho da mulher, do Amor, do Casamento, da Morte, do Céu, vária*/Alberto V. Braga. — Esposende, 1924.
- 19 — *Linguagem infantil*/J. Maria Soeiro de Brito. — Esposende, 1890.
- 20 — *Litteratura popular alentejana: as brotas*/J. Maria Soeiro de Brito. — Esposende, 1890.
- 21 — *Onomástico popular de Esposende: alcunhas*/ José da Silva Vieira. — Esposende, 1897.
- 22 — *A Opala*/M. de M. — Esposende, 1890.
- 23 — *A poesia popular alentejana*/J. Maria Soeiro de Brito. — Esposende, 1890.
- 24 — *O Preytério de Villa Cova*/J. L. de Vasconcelos. — Esposende, 1891.
- 25 — *O que é e para que serve o Folk-lore: oppiniões diversas*/Leite de Vasconcelos e outros. — 2.<sup>a</sup> série. — Esposende, 1893.
- 26 — *Ramalhete de canções populares colhidas no concelho de Esposende*/José da Silva Vieira. — 2.<sup>a</sup> série. — Esposende, 1924.

---

○ 3.º volume consistia no 2.º número dos Ensaio de J. L. Vasconcelos.

○ 4.º volume destinava-se ao 3.º número de Ensaio.

○ 5.º volume incluía os seguintes títulos:

— *Setecentas comparações populares Alentejanas, O Folk-lore, O que é e para que serve o folk-lore, Folk-lore Lanhozense, Tradições populares da provincia do Douro, Folk-lore Vimaranense, Demosophia, Tradições Populares da Provincia do Minho.*

- 27 — *Setecentas comparações populares alentejanas recolhidas da tradição oral*/A. Thomaz Pires. — Esposende, 1892.
- 28 — *Subsídios para o estudo do Folk-lore Infantil Portuguez*/Candido Augusto Landolt. — Esposende, 1892.
- 29 — *Toponímia dos concelhos de Terras de Bouro, Póvoa de Varzim e Vila do Conde*/A. Gomes Pereira. — Esposende, 1914.
- 30 — *Tradições Maiatas*/Candido A. Landolt.—2.<sup>a</sup> série.—Esposende, 1924.
- 31 — *Tradições populares da província do Douro*/João Vieira de Andrade. — Esposende, 1903.
- 32 — *Tradições populares da Província do Minho: cancionero*/José da Silva Vieira — Esposende, s. d.
- 33 — *Tradições populares e dialecto de Penedono*/ A. Gomes Pereira. — Esposende, 1924.
- 34 — *Tradições populares: vocabulário e toponymia da Guarda*/A. Gomes Pereira. — Esposende, 1912.
- 35 — *Tradições populares de origem possivelmente muçulmana*/J. A. Pires de Lima. — 2.<sup>a</sup> série. — Esposende, 1925.
- 36 — *Turquel folclórico: superstições*/J. Diogo Ribeiro. — I parte. — Esposende, 1927.
- 37 — *Turquel folclórico: usos e costumes*/J. Diogo Ribeiro. — II parte. — Esposende, 1928.
- 38 — *Turquel folclórico*/J. Diogo Ribeiro. — III parte. — Esposende, s. d.
- 39 — *Turquel Folclórico: lendas*/José Diogo Ribeiro. — IV parte. — Esposende, 1934.
- 40 — *Turquel folclórico: contos*/José Diogo Ribeiro. — V parte. — Esposende, 1934.
- 41 — *Turquel folclórico: Ditos e dichotes*/José Diogo Ribeiro. — VI parte. — Esposende, 1935.
- 42 — *Turquel folclórico: adivinhações*/José Diogo Ribeiro. — VII parte. — Esposende, 1936.

## II TRABALHOS SAÍDOS DOS PRELOS DA TIPOGRAFIA ESPOZENDENSE DE SILVA VIEIRA

- 43 — *Ao Céu*/Manuel Merrelho. — Esposende, 1939 (Tipografia Espozendense).
- 44 — *Aguarellas: contos despretenhosos*/Xavier Vianna. — Esposende, 1896 (Tipografia Espozendense).
- 45 — *Almanach do concelho de Espozende para o anno de 1896*/Dir. Xavier Vianna. — Esposende, 1895. — I Anno (Tipografia Espozendense).
- 46 — *Almanach do concelho de Espozende para o anno de 1897*/Dir. Xavier Vianna. — Esposende, 1896. — II anno (Tipografia Espozendense).
- 47 — *Amores perfeitos: versos*/Alvaro Pinheiro. — Esposende, s. d.
- 48 — *Caderno de encargos para a concessão do fornecimento e distribuição de energia eléctrica em Esposende e Fão*/Câmara Municipal de Esposende. — Esposende, 1926 (Tip. Espozendense).

- 49 — *Cavalos de Fão: X: Carta aberta ao Sr. Presidente de Ministros/Chaves Coupon.* — Esposende, 1915 (Tip. Espozendense).
- 50 — *Os cavalos de Fão: o nosso protesto contra o porto comercial de Leixões/Chaves Coupon.* — 2.<sup>a</sup> ed. correcta e aumentada. — Esposende, 1921 (Tip. Espozendense).
- 51 — *Conversando: cartas a um professor/Manuel de Villas Boas.* — Esposende, 1908 (Tip. Espozendense).
- 52 — *Croquis: casos vulgares, etc./Manuel de Villas Boas.* — Esposende, 1888 (Tip. Espozendense).
- 53 — *Descrição do antigo porto dos romanos nos cavallos de Fão/Chaves Coupon.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 54 — *Espózende até 1258: divulgações históricas/Baptista de Lima.* — Esposende, 1931 (Tip. Espozendense).
- 55 — *Esposende e o seu concelho/Teotónio da Fonseca.* — Esposende, 1936 (Tip. Espozendense).
- 56 — *Estudos da Assembleia Espozendense/Assembleia Espozendense.* — Esposende, 1893 (Tip. Espozendense).
- 57 — *Eu e o Secretário das Finanças: ainda a história do azeite/José da Costa Terra.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 58 — *Eu e o Secretário de Finanças: ainda a história do azeite: vinganças torpes/José da Costa Terra.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 59 — *Eu e o Secretário de Finanças: Ainda as nódoas do azeite: mais vinganças torpes/José da Costa Terra.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 60 — *Eu e o Secretário de Finanças: como um funcionário público burla o Estado: zelo de funil/José da Costa Terra.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 61 — *Eu e o Secretário de Finanças: como um funcionário público burla o Estado: zelo de funil/José da Costa Terra.* — 2.<sup>a</sup> ed. — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 62 — *Eu e o Secretário de Finanças: explicando: ainda a nojenta história do azeite/José da Costa Terra.* — 5.<sup>o</sup> folheto. — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 63 — *Folclore da Figueira da Foz/M. Cardoso Martha e Augusto Pinto.* — I Vol. — Esposende, 1911 (Tip. Espozendense).
- 64 — *Folclore da Figueira da Foz/M. Cardoso Martha e Augusto Pinto.* — II Vol. — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 65 — *Folclore Pornográfico da Figueira da Foz/(?)* (Tip. Espozendense)<sup>7</sup>.
- 66 — *Frutos da «intangível»/Manoel Martins Giesteira.* — Esposende, 1914 (Tip. Espozendense).
- 67 — *Homenagem à memória de António Rodrigues Sampaio prestada em Esposende/vários colaboradores.* — ed. Tip. Silva Vieira. — 2.<sup>a</sup> ed. — Esposende, 1907 (Tip. Espozendense).

<sup>7</sup> Este trabalho não refere o autor nem a data da edição. Colocámo-lo nesta colecção pois ao consultar a Biblioteca do escritor Manuel de Boaventura, contemporâneo destas publicações, este agrupou-o naquela colecção o que nos leva a deduzir que teria conhecimento de que era aí que o devia colocar.

- 68 — *Homenagem ao Prof. António de Abreu/Um grupo de amigos e discípulos.* — Esposende, 1925 (Tip. Espozendense).
- 69 — *In Memoriam: homenagem à memória do Dr. Henrique Barros Lima/Um grupo de amigos.* — Esposende, 1924 (Tip. Espozendense).
- 70 — *In Memoriam: homenagem póstuma a José da Silva Vieira/Um grupo de amigos.* — Esposende, 1941 (Tip. Espozendense).
- 71 — *Na minha aldeia: cartas a um curioso/Manoel Villas Boas.* — Esposende, 1902 (Tip. Espozendense).
- 72 — *No campo: poesias dispersas/Viriato d'Almeida.* — Esposende, 1905 (Tip. Espozendense).
- 73 — *Nossa Senhora da Saúde de Esposende/F. Xavier Vianna.* — Esposende, 1906 (Tip. Espozendense).
- 74 — *Novo Porto: Leixões, Rio Douro e Cavallos de Fão: o nosso protesto/Chaves Coupon.* — Esposende, 1910 (Tip. Espozendense).
- 75 — *Pétalas/Álvaro Pinheiro.* — Esposende, 1909 (Tip. Espozendense).
- 76 — *Porto d'abrigo em Esposende IV: carta aberta ao Congresso/Chaves Coupon.* — Esposende, 1914 (Tip. Espozendense).
- 77 — *Porto d'abrigo em Esposende: entrevista do «Espozendense» com o illustre official da marinha Sr. Justino Herr sobre a construção de um porto d'abrigo nos cavallos de Fão/Manuel de Boaventura.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 78 — *O Porto d'abrigo em Esposende VII: o fundeadouro na costa em frente de Espozende/Hugo de Lacerda.* — Esposende, 1914 (Tip. Espozendense).
- 79 — *O Porto dos cavallos de Fam/Jerónimo Chaves.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).
- 80 — *Portos marítimos VIII: Último apelo dos cavallos de Fão com vista ao Primeiro de Janeiro/Chaves Coupon.* — Esposende, 1914 (Tip. Espozendense).
- 81 — *Regulamento para o cemitério Municipal da Villa d'Esposende/Câmara Municipal de Esposende.* — Esposende, 1895 (Tip. Espozendense).
- 82 — *Sociedade de Socorros Mútuos: a bovina de Marinhas.* — Esposende, 1942 (Tip. Espozendense).
- 83 — *O Solar dos Vermelhos: romance tradicional/Manuel de Boaventura.* — 1.<sup>a</sup> ed. — Esposende, 1909 (Tip. Espozendense).
- 84 — *Sonâncias: versos/Álvaro Pinheiro.* — 1.<sup>a</sup> ed. — Esposende, s. d. (Tip. Espozendense).
- 85 — *Sonâncias: versos/Álvaro Pinheiro.* — 2.<sup>a</sup> ed. — Esposende, s. d. (Tip. Espozendense).
- 86 — *A Syindicância à Câmara Municipal do concelho de Esposende: quesitos d'accusação e resposta/Câmara Municipal de Esposende.* — Esposende, 1901 (Tip. Espozendense).
- 87 — *Syindicância à Câmara Municipal de Esposende: gerência de 1902-1904.* — Esposende, 1905 (Tip. Espozendense).
- 88 — *Tradições populares, linguagem e toponymia de Barcelos/A. Gomes Pereir.* — Esposende, 1915 (Tip. Espozendense).
- 89 — *Um acto de justiça!/Manoel Martins Giesteira.* — Esposende, 1913 (Tip. Espozendense).

- 90 — *Vestígios de totemismo nos Açores*/Armando da Silva. — Esposende, 1912 (Tip. Espozendense).
- 91 — *Violetas Dispersas: versos*/Maria da Silva Vieira. — Esposende, 1922 (Tip. Espozendense)<sup>8</sup>.
- 92 — *Vocabulário Minhoto*/Manoel de Boaventura. — I Vol. — Esposende, 1916 (Tip. Espozendense).
- 93 — *Vocabulário Minhoto*/Manoel de Boaventura. — II Vol. — Esposende, 1922 (Tip. Espozendense)<sup>9</sup>.
- 94 — *Vocabulário Minhoto: subsídios*/Abel Viana. — Esposende, 1930 (Tip. Espozendense).
- 95 — *Dizeres do Povo*/António Corrêa de Oliveira.

### III DA AUTORIA DE SILVA VIEIRA

- 96 — *Bibliotheca de curiosidades: Zig-Zags*/José da Silva Vieira. — III Vol. — Barcelos, 1884 (Tip. Espozendense).
- 97 — *Cadernos de Apontamentos para a história do concelho de Espozende*/Coord. José da Silva Vieira. — 1.<sup>a</sup> série. — Esposende, 1915 (Tip. Espozendense).
- 98 — *Cadernos de Apontamentos para a história do concelho de Espozende*/Coord. José da Silva Vieira. — 2.<sup>a</sup> série. — Esposende, 1917 (Tip. Espozendense).
- 99 — *Carta Régia que elevou Espozende à categoria de villa passada a 19 de Agosto de 1572*/Comp. José da Silva Vieira. — Esposende, 1907 (Tip. Espozendense).
- 100 — *Materiais para a história das tradições populares do concelho de Espozende*/José da Silva Vieira. — Esposende, s. d.<sup>10</sup>.
- 101 — *Mostruário de typos para cartoens de visita: catálogo n.º 1*/José da Silva Vieira. — Esposende, s. d. (Tip. Espozendense).

<sup>8</sup> A venda deste trabalho, cujo preço era de 1250 réis, destinava-se a custear uma lápide a ser colocada na sepultura da jovem poetisa Maria da Silva Vieira (notícia dada em «O Espozendense», n.º 779 de 22 de Março de 1923).

<sup>9</sup> Foi anunciada uma 2.<sup>a</sup> edição do vocabulário minhoto mas julgamos não ter sido editado. O autor fez uma revisão daquela obra, completando-a, e iniciou a sua reedição na revista Bracara Augusta, tendo em 1950 editado uma separata com o título «Vocabulário Minhoto: Subsídios para o léxico português». Esta separata incluía os vocábulos de A (ababallar) a E (Espocar).

<sup>10</sup> Este título, e número 1, insere-se numa colecção a que Silva Vieira denominou de «Biblioteca Folk-lórica Portuguesa» sendo ele mesmo Director e Proprietário.

Em nota de abertura escrevia que «será esta biblioteca publicada aos volumes de 40 a 50 páginas, pelo modico preço de 60 reis cada um, por assignatura. Esta biblioteca colleccionará todas as tradições populares portuguesas, que diversos etnografos tem publicado em vários jornais e revistas, prestando assim um relevantíssimo serviço a todos aqueles que d'este tão importante estudo se occupam. As tradições populares em todos os povos tem merecido de tal modo o seu estudo que diariamente vemos surgir a cada canto da Europa novos opositos em prol de seus estudos; é pois, por essa razão, que julgamos necessário em Portugal uma biblioteca que se ocupe definitivamente neste estudo a qual vamos principiar e que abrimos com os «*Materiais para a História das tradições populares do Concelho d'Espozende*», contando com o favor de nossos assinantes e com a protecção daqueles que nesta empresa nos posam auxiliar.»

- 102 — *Mostruário de typos para cartoens de visita: catálogo n.º 2*/José da Silva Vieira. — Esposende, s. d. (Tip. Espozendense).

#### IV PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS IMPRESSAS NA TIPOGRAFIA ESPOZENDENSE

- 103 — *O Espectro*/Dir. Adélio J. G. Ferreira Lima. — Esposende. — N.º 1 (17 de Julho de 1918).  
Semanário (Tip. Espozendense).
- 104 — *O Farol Faozense*/Dir. Manoel Leite Mariz. — Fão. — N.º 1 (de Julho de 1915).  
Quinzenário (Tip. Espozendense).
- 105 — *Novo Porto*/Dir. Jerónimo Chaves Coupon. — Fão. — N.º 1 (25 de Maio de 1918).  
Quinzenário (Tip. Espozendense).
- 106 — *O Petardo*/Dir. João Rego de Villas Boas Neto; Prop. José da Silva Vieira. — Esposende. — n.º 1 (7 de Abril de 1915).  
Quinzenário (Tip. Espozendense).
- 107 — *O Povo Espozendense*/Dir. José da Silva Vieira. — Esposende. — n.º 1 (24 de Julho de 1892).  
Hebdomanário (Tip. Espozendense).
- 108 — *O Trabalho*/Dir. Quintino Rodrigues Martins. — Marinhas. — n.º 1 (1932).  
Mensal (Tip. Espozendense).
- 109 — *Tribuna Livre: Faustinoocracia*/Guedes de Oliveira. — Esposende. — 1917.  
Número único (Tip. Espozendense).
- 110 — *A verdade*/Dir. João Pinto dos Santos; Red. Princ. Manoel de Boaventura. — Esposende. — n.º 1 (16 de Novembro de 1919).  
Semanário (Tip. Espozendense).
- 111 — *O Espozendense*/Dir. José da Silva Vieira. — Esposende. — 1886-1945 (Tip. Espozendense).  
\* Este foi o primeiro periódico que surgiu em Esposende.
- 112 — *Revista do Minho*/Dir. José da Silva Vieira. — Esposende. — Ano 1 (1885).  
Quinzenal (Tipografia Espozendense)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> O primeiro número desta importante publicação periódica saiu em 1 de Abril de 1886 e é editado na cidade de Barcelos. Também nesta mesma localidade é editado o 2.º e 3.º número. A partir do quarto número, em 1887, o local de impressão já é Esposende. A sua periodicidade era quinzenal e o número 1 do volume 10 de 1895 foi uma edição especial comemorativa do 10 aniversário. Ainda sobre o número 1 de 1886 convém referir que tinha grande colaboração de José Leite de Vasconcelos e na nota de abertura dizia-se que «com o título Revista do Minho quer-se apenas mostrar que a iniciativa partiu do Minho e não que nos ocuparemos exclusivamente de esta provincia...».

Em 1913 a R. M. é editada pela Empresa da Revista do Minho e já possui ilustrações. O seu Director continua a ser José da Silva Vieira mas aparece a figura do editor que foi Manuel de Boaventura.



DECANO DOS JORNALS DO DISTRITO DE BRAGA

O ESPOZENDENSE, & O  
SOU-ABRILIANO

ESPOZENDENSE

Publicado em Espozende, todos os dias, exceto nos dias de festa e de jejum. O preço é de 100 réis.

Este jornal é publicado em Espozende, todos os dias, exceto nos dias de festa e de jejum. O preço é de 100 réis.

Este jornal é publicado em Espozende, todos os dias, exceto nos dias de festa e de jejum. O preço é de 100 réis.

Este jornal é publicado em Espozende, todos os dias, exceto nos dias de festa e de jejum. O preço é de 100 réis.

A vida, por muito que se viva, é sempre a mesma, e a morte, por muito que se viva, é sempre a mesma.



Dr. João de Deus, fundador do Hospital de Espozende.

Este homem foi um dos grandes nomes da medicina em Espozende.

Ele dedicou a sua vida ao bem da comunidade.

O seu legado é a obra que se vê aqui.

Esta obra é um testemunho da sua dedicação.

A vida, por muito que se viva, é sempre a mesma, e a morte, por muito que se viva, é sempre a mesma.

O homem, quando vive, é sempre o mesmo. E a morte, quando vem, é sempre a mesma.

Este é o sentido da vida, e a morte é o fim.

Que a vida seja sempre a mesma, e a morte, sempre a mesma.

Este é o sentido da vida, e a morte é o fim.

O homem, quando vive, é sempre o mesmo. E a morte, quando vem, é sempre a mesma.

Este é o sentido da vida, e a morte é o fim.

Primeira página de «O Espozendense», n.º 1839 de 28 de Outubro de 1944, Ano 57.

## ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES INCLUÍDOS NESTE TRABALHO

### A

- Almeida, Viriato de — 72
- Andrade, João Vieira de — 31

### B

- Basto, Cláudio — 6
- Bastos, Albino — 16
- Bastos, Paixão — 4
- Boaventura, Manuel de — 77, 83, 92, 93, 110
- Braga, Alberto Vieira — 18
- Braga, Teófilo — 14
- Brito, J. Maria Soeiro de — 1, 2, 3, 9, 19, 20, 23

### C

- Castro, Leite de — 17
- Chaves, Jerónimo — 49, 50, 53, 74, 76, 79, 80, 105

### F

- Fonseca, Teotónio da — 55

### G

- Giesteira, Manuel Martins — 66, 89

### L

- Lacerda, Hugo de — 78
- Landolt, Candido Augusto — 28, 30
- Lima, Adélio J. G. Ferreira — 103
- Lima, Baptista de — 54
- Lima, J. A. Pires de — 35

---

Ao elaborar a lista desta revista surgem algumas dificuldades já que a numeração repete-se imenso, denotando falta de rigor técnico. Pela análise da capa e da folha de rosto, chegamos à conclusão de que, por vezes, mantinham a mesma composição do número anterior no tocante à capa e assim surgia, inconscientemente, o mesmo número. Sempre que tal acontecia a numeração é retomada no número a seguir.

Ao todo conhecemos cerca de 300 números desta revista distribuídos por 21 anos.

## M

- M., M. de — 22
- Mariz, Manuel Leite — 104
- Marta, M. Cardoso — 7, 13, 63, 64
- Martins, Quintino Rodrigues — 108
- Merrelho, Manuel — 43

## N

- Neto, João Rego de Villas Boas — 106

## O

- Oliveira, Corrêa de — 95
- Oliveira, Guedes de — 109

## P

- Pereira, A. Gomes — 29, 33, 34, 38
- Pimentel, J. Leite de — 11, 12, 24, 25
- Pinheiro, Álvaro — 47, 75, 84, 85
- Pinho, Augusto — 63, 64
- Pires, A. Tomás — 27

## R

- Ribeiro, J. Diogo — 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

## S

- Santos, João Pinto dos — 110
- Silva, Armando da — 15, 90

## T

- Terra, José da Costa — 57, 58, 59, 60, 61, 62

## V

- Vasconcelos, José Leite de — 11, 12, 24, 25
- Viana, Abel — 94
- Viana, Xavier — 44, 45, 46, 73
- Vieira, J. da Silva — 9, 10, 21, 26, 32, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 111, 112
- Vieira, Maria da Silva — 91
- Vilasboas, Manuel de — 51, 52, 71.



*Igrejas e Capelas de Forjães*

## CARTA ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE ESPOSENDE

*Carlos A. Brochado de Almeida*

(continuação)

- 51 — Cavaleira — Palmeira de Faro/Gandra  
— Necrópole Proto-Histórica  
41° 31' 55" Lat. N.  
0° 22' 30" Long. E.  
— 22 m

A cerca de um quilómetro da vila de Esposende, para nascente, no sítio do Bouro <sup>131</sup>, estão os campos da Cavaleira.

Zona plana, propícia à actividade agrícola, só em tempos mais recentes perdeu o bucolismo típico de quem produzia, rotativamente, milho e nabos, para em seu lugar surgirem um conjunto de unidades fabris ligadas ao sector têxtil.

Foi aqui, no começo deste século, quando se procedia à abertura da estrada nacional Esposende-Barcelos, que apareceram alguns «túmulos de pedra e ardósia em forma de pia» <sup>132</sup>. De um deles, terá saído o vaso guardado no Museu Nacional de Arqueologia e que mereceu, em 1958, da arqueóloga alemã Vera Leisner algumas breves considerações. É, portanto, através dela, que sabemos ter o vaso um formato tronco-cónico, as faces lisas e uma asa lateral <sup>133</sup>.

Como as informações sobre o achado desta necrópole são mínimas, somente o vaso em questão pode, limitadamente, ajudar a um enquadramento cultural e cronológico.

Culturalmente tudo parece indicar que a necrópole tenha uma ascendência megalítica e se enquadre no grupo dos sepulcros sem «tumulus». A cronologia essa terá forçosamente de ser também lata pois, de um modo geral, este ambiente cultural, remontando aos finais do III milénio a. C., desenvolve-se ao longo da Idade do Bronze <sup>134</sup>.

Bibliografia: S. V., *Investigações Históricas do Concelho de Espozende*, «Ecos do Minho» de 12-4-1914.

Vera Leisner, *Nota sobre um vaso transmontano*, «Arqueologia e História», Vol. VIII, 1958, pág. 147-153.

Susana Oliveira Jorge, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves — V.ª P.ª de Aguiar*, Vol. IB, Porto, 1986.

52 — Farol de Espozende — Marinhas/Espozende

— Instrumentos líticos

— Sepultura (?)

— Forte Setecentista

— Achados diversos

41° 32' 40" Lat. N.

0° 20' 47" Long. E.

— 5 m

No Museu de Antropologia do Porto, estão depositados alguns instrumentos líticos com a indicação de terem sido recolhidos nas imediações do farol de Espozende. Tal informação é completada com a indicação de o grosso dos instrumentos pertencerem à família dos «picos asturienses» e ressalva a presença de alguns bifaces com destaque para os de técnica Acheulense.

A certeza de se estar perante uma estação pré-histórica acabaria por se confirmar em 1980 quando investigadores da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, numa cascalheira localizada nas vizinhanças do farol, recolheram alguns instrumentos líticos análogos aos atrás citados<sup>135</sup>.

Proveniente da área da forte há também, no supracitado museu, um conjunto de ossos humanos recolhidos de uma sepultura. E apesar da informação, que acompanha os ossos, nada adiantar quanto ao sítio exacto da sua localização, sabemos, por indagações no local, ter aparecido na proximidade da rotunda que dá acesso ao farol — antiga Avenida dos Rouxinóis, actual Av. Padre Sá Pereira — uma sepultura com caixa em lousa e ossos no interior.

Na margem norte do rio e sobranceiro ao mar, mesmo na foz, está o forte de Espozende (fig. 33).

Sob a invocação de S. João Baptista, começou a ser erguido em 1699 e foi concluído em 1704, no reinado de D. Pedro II para, em 1730, quase ficar soterrado por uma duna de areia que praticamente submergiu o sistema defensivo mais avançado<sup>136</sup>.

Apesar das diminutas proporções — parada com 27×15 m onde se situavam os quartéis, cozinha, armazéns abobadados e sobre eles a residência do Governador — era uma fortaleza estrelada provida de 5 baluartes e do lado do mar tinha uma cortina defensiva equipada com uma bateria de artilharia.

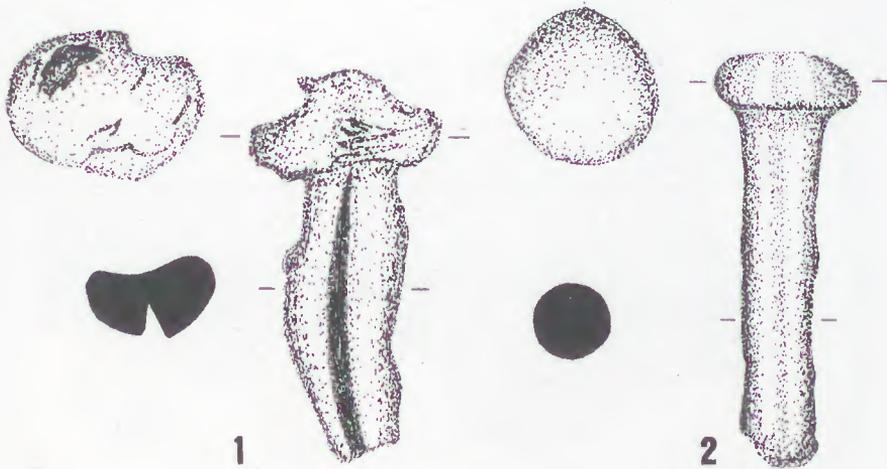
Até finais do século XIX defendeu a barra do Cávado dos ataques da pirataria que infestava, na altura, a costa portuguesa. Sofreu, tal como as suas congéneres, vicissitudes, a última das quais no desmantelamento parcial da fortaleza para aí se instalar o farol e serviços de apoio<sup>137</sup>.



Fig. 33

*Fortaleza e Farol de Esposende*

Do primitivo casario que compunha o interior do forte, senão mesmo anteriores, são alguns pregos e cavilhas em ferro e bronze que se encontram, igualmente, à guarda do Museu de Antropologia do Porto (fig. 34).



Esc. 1.1

Fig. 34

Bibliografia: Bernardino Amândio, *O Forte de S. João Baptista e o Farol de Esposende*, Esposende, 1982.

Manuel Albino Penteadó Neiva, *Esposende*, Esposende, 1987.

Francisco Sande Lemos, *Património Arqueológico do Concelho de Esposende: proposta de medidas cautelares e zonas de protecção*, Braga, 1982.

- 53 — Quinta de S. Martinho — Gandra  
— Habitat ou Necrópole Proto-Histórica  
41° 32' 40" Lat. N.  
0° 23' 35" Long. E.  
— 30 m

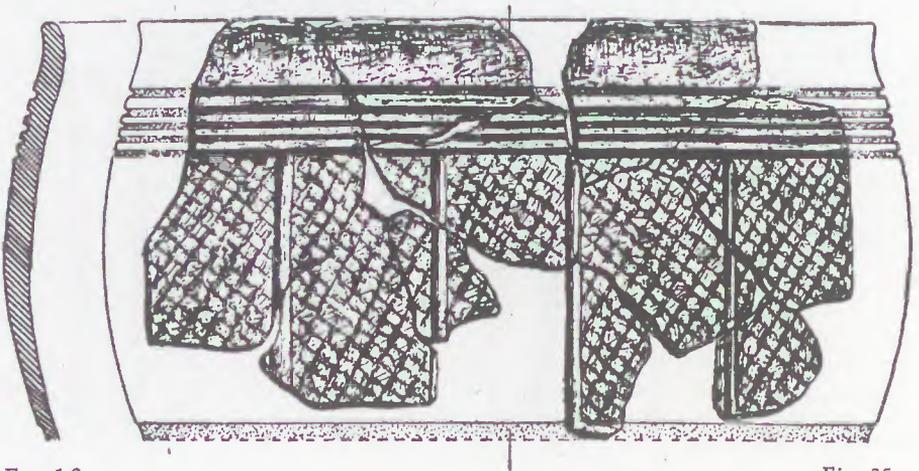
A *bouça do Senhor* ou quinta de S. Martinho como hoje é conhecida, está situada na freguesia de Gandra.

Geologicamente é uma zona de contacto de xistos argilosos com o granito e um misto de rochas sedimentares e metamórficas silicatadas. Geograficamente é uma ampla zona cuja altitude média ronda os 30 metros e está localizada nas imediações da velha estrada real que, por sua vez, decalçou uma outra de época romana e que transpunha o rio Cávado na Barca do Lago<sup>138</sup>.

Foi aqui, em 1936, que apareceram restos de cerâmicas e alguns instrumentos líticos prontamente oferecidos ao Museu de Antropologia do Porto pelo Sr. Manuel Pereira Barros, seu proprietário na altura.

O espólio cerâmico, segundo Armindo de Sousa, provem de 7 vasos que, apesar das diferenças de tamanho e temáticas decorativas possuem um certo «ar de família»<sup>139</sup>.

Num plano mais concreto diremos, tal como Susana Oliveira Jorge, que nos vasos de Gandra se reconhecem as formas esféricas e as semi-esféricas ou tronco-cónicas de bordo esvasado. A decoração metopada, essa é feita à base de incisões<sup>140</sup> (Fig. 35).



Esc. 1.2

Fig. 35

O restante espólio é constituído por polidores de granito e um machado de pedra polida de secção sub-rectangular.

Na origem estará, certamente, um habitat de ar livre<sup>141</sup> mas não se pode excluir a hipótese de este material ter estado depositado numa ou mais sepulturas se, na óptica de Armindo de Sousa, se atentar no facto do terreno, no ano de 1973, ter sido revolvido em profundidade e então nada de especial ter aparecido<sup>142</sup>.

A única certeza relativa é sabermos que esta parcela da extensa planície aluvial litorânea já era percorrida e ocupada por povos no decurso da segunda metade do III milénio a. C.<sup>143</sup>.

Bibliografia: Carlos A. Ferreira de Almeida, *Cerâmica Castreja*, «Revista de Guimarães», Vol. LXXXIV, 1975.

Armindo de Sousa, *A Cerâmica da Gandra — Esposende*, «Portugália», Vol. II/III, Porto, 1981/1982.

Susana Oliveira Jorge, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves — V.ª P.ª de Aguiar*, Vol. I. B., Porto, 1986.

#### 54 — Margem Norte do Cávado — Gandra

— Instrumentos líticos

?

?

— 10 a 30 m

Nas suas deambulações pelas margens do Cávado o Prof. Santos Júnior encontrou alguns instrumentos líticos que genericamente classificou de pesos de rede e de picos asturienses<sup>144</sup>.

Como não precisa o local, presume-se que o autor os tenha recolhido ao longo da margem norte, o que não espanta, já que antigas praias com 5 a 10 metros e 15 a 25 metros ocupam uma parte substancial da freguesia de Gandra e nas imediações do rio abundam os aluviões de formação mais recente onde não faltam os seixos rolados, muitos deles escorridos de zonas adjacentes mais altas.

Bibliografia: J. R. Santos Júnior, *Nova Estação Asturiense da Foz do Cávado*, «I Congresso do Mundo Português», Vol. I, Lisboa, 1940.

#### 55 — Zona Centro da Vila — Fão.

Vestígios arqueológicos indeterminados

41° 30' 40" Lat. N.

0° 21' 33" Long. E.

— 15 m

O período romano está documentado no aro da vila, não como pretendem veiculadores de teorias especulativas ou difusoras de notícias infundadas<sup>145</sup>, mas através do próprio nome. Este provem de *Fanum*, afinal um pequeno templo rural situado algures no actual território da vila e não muito longe do traçado da via romana secundária que, vinda dos lados de

Apúlia, da vila romana presente nos campos da Ramalha, passaria pela zona da capela de Santo António<sup>146</sup> e cruzaria o rio, algures, a sul da actual ponte.

Se e para já os vestígios susceptíveis de serem atribuídos ao mundo romano se quedam pelo actual topónimo, que cronologia poderemos então outorgar aos vestígios descritos pelo P.<sup>o</sup> Jerónimo Gonçalves Chaves e Jorge Larcher<sup>147</sup>? Confessamos que não sabemos. Mas se atentarmos na distribuição dos vestígios assinalados (Fig. 36) — alicerces de paredes na escola Amorim Campos; lareira com cinzas ao abrir o poço da mesma escola; paredes na abertura dos poços da Ana da Cecília e do desaparecido Hotel Cávado ambos sítios na rua da Boavista (actual rua Prof. Pio Rodrigues), «lousas em forma de capeado» ao serem abertos os alicerces da torre sineira; restos da provável igreja medievá na tomadia de José Borda (Rua Capitão Jorge Larcher) que faceava o velho caminho das Rodas<sup>148</sup> e «campas de pedra» com ossadas na vizinha Barreiras — e em face dos resultados obtidos na escavação da necrópole das Barreiras, é provável que todo este acerbo arqueológico seja, na realidade, vestígios da Fão medievá. Afinal aquela que explorava o sal nas margens do Cávado, lançava as redes na esteira da lampreia e da pescada, agricultava os campos ribeirinhos ao rio, participava nos officios divinos celebrados na igreja, situada paredes-meias com o cemitério das Barreiras onde exumava os seus mortos e que um dia, por força das pressões senhoriais e dizimada pelas epidemias, errou uma parte da sua população, a ponto de as areias invadirem e soterrarem casas e quintais<sup>149</sup>.

Bibliografia: Jerónimo Gonçalves Chaves, *Elementos para a História de Fam, Fimalicão*, 1924.  
Jorge Larcher, *Monografia de Fão*, Esposende, 1948.  
Manuel Albino Penteado Neiva, *Esposende*, Esposende, 1987.

56 — Barreiras — Fão  
Necrópole medievá  
41° 30' 38" Lat. N.  
0° 21' 22" Long. E.  
— 7 m

O lugar das Barreiras, já referido na documentação medievá<sup>150</sup>, está situado na parte ocidental da vila, mais precisamente, entre o hospital e a Sr.<sup>a</sup> da Bonança. É hoje uma zona em franca urbanização com as casas a facearem a rua capitão Jorge Larcher ou a ramificarem-se pela zona das Cordas e Lírios, sítio onde se encontra a necrópole medievá de Fão (fig. 36).

O seu conhecimento, embora pareça recente, não o é. Se lermos atentamente do P.<sup>o</sup> Jerónimo Chaves deparamos com um conjunto de informações que nos conduzem, já na primeira década do século XX, à localização da necrópole e, através dos restos de pavimento e da «pia de água benta», à igreja da Fão medievá<sup>151</sup> e não a um convento de frades franciscanos<sup>152</sup>, como aponta a tradição local.

A notícia de fundo, alicerçada em sólidos argumentos, essa data de 1956. Dela se fizeram eco «O Cávado» e «O Fangueiro», este pela pena de Manuel de Boaventura<sup>153</sup>.



Fig. 36

Segundo «O Cávado», na propriedade do Sr. João Fernandes Gonçalves — a marginar o lado oriental deste terreno existe, presentemente, uma casa de habitação e, por baixo desta, o café Três Arcos — teriam aparecido, anos atrás, 20 sepulturas em lousa<sup>154</sup>.

Mais criteriosa é a notícia saída em «O Fangueiro».

Aí já Manuel de Boaventura, na sua maneira fácil de escrever, lança as bases da comunicação que, anos mais tarde, apresentará no IV Colóquio Portuense de Arqueologia<sup>155</sup>.

Segundo este investigador, as sepulturas apareceram quando se retirou cerca de 1,30 m de areia que cobria a terra arável do terreno do Sr. João Fernandes. Em número, talvez superior a 20, pode-se dizer que tinham uma orientação poente-nascente e eram formadas por «rebolos de granito, lascas de xisto e samelos de quartzo»<sup>156</sup>. Estavam juntas e cobertas com placas de lousa e lascas graníticas informes e sem sinais de pico. Pelas dimensões poder-se-á afirmar que algumas eram de criança. No interior, retirada a terra, havia somente restos ósseos mal conservados e telhas à cabeceira que o autor supõe terem servido de travesseira quando a realidade actual aponta para caixas tumulares com soluções antropomórficas.

Desmanteladas as sepulturas, as pedras melhor aparelhadas foram aproveitadas numa escadaria; os bocados de xisto ainda hoje delimitam arruamentos entre plantações de cenoura, couve ou batata; os ossos alguns viajaram até ao Museu de antropologia do Porto; a telha e a cerâmica, parte por ali ficou, a outra foi recolhida por alguns estudiosos locais.

O espólio descrito por Manuel de Boaventura é análogo ao de que o Dr. Bernardino Amândio se serviu para ilustrar algumas das páginas da sua tese de licenciatura<sup>157</sup>.

Reverendo estas estampas, além das mós provenientes de pequenos moinhos de rodízio que ajudaram a tampar algumas das sepulturas, nota-se a presença do ímbrex e da cerâmica medieva cujas cronologias rondam os séculos XII a XIV.

Os anos passaram e a necrópole foi entrando para os escanos do esquecimento. Até que, em 1989, um grupo de estudantes cavou na propriedade denominada *bouça dos Lírios* junto ao muro em xisto da região que, pelo lado sul, cerca o terreno do Sr. João Fernandes e desenterrou uma nova sepultura.

Alertados os Serviços de Arqueologia da Zona Norte e os serviços correspondentes da Câmara Municipal, acautelou-se o achado e iniciou-se um programa de escavação que ainda está longe do seu término.

Até ao momento exumaram-se 144 sepulturas e restos de um edifício atribuíveis ao período que medeia entre o século XI e o XIV (Fig. 37).

Tipologicamente podemos dividir as sepulturas em dois grandes grupos: túmulos com caixa em blocos graníticos e cobertura em placas de xisto (Fig. 38), e túmulos com caixa e cobertura em xisto da região. Em ambos os casos, a cobertura era feita com várias lajes dispostas sem grande cuidado e com a preocupação principal de se tapar o interior do túmulo<sup>158</sup>. Numa primeira amostragem também é possível perceber que as sepulturas com caixa em granito são mais antigas que as outras e que as mais modernas têm uma construção mais fruste e apressada.



Fig. 37

*Necrópole das Barreiras (em escavação)*

A orientação corresponde à que estava em vigor na Idade Média — cabeça para ocidente e pés para oriente<sup>159</sup> — e a disposição é ao lado umas das outras podendo haver casos em que a mesma parede serviu a duas sepulturas contíguas. Esta solução não exclui as sobreposições que atinge em certos sítios, para já, o terceiro nível.

A profundidade média das sepulturas já escavadas ronda os 30 centímetros e o tamanho, independentemente de outros factores, varia com o nível etário dos inumados. Aliás uma das conclusões mais evidentes desta necrópole é a taxa de mortalidade infantil que atinge os 21% no conjunto já escavado.

Os enterramentos eram feitos sem caixão, com o corpo a ser envolto em sudário e deposto numa posição de decúbito supino. A cabeça, em alguns dos enterramentos, está imobilizada com seixos rolados ou ímbrices numa clara configuração antropomórfica (Fig. 39). Após a deposição do cadáver, o interior era cheio com terra bem como todo o conjunto após o tampamento. No meio da terra de cobertura aparecem, não raras vezes, ossos de enterramentos anteriores.

As sepulturas até ao momento abertas mostram esqueletos ainda relativamente bem conservados, o que se compreende pela natureza do solo e a grande quantidade de areia que posteriormente, acabou por invadir e soterrar toda a área.

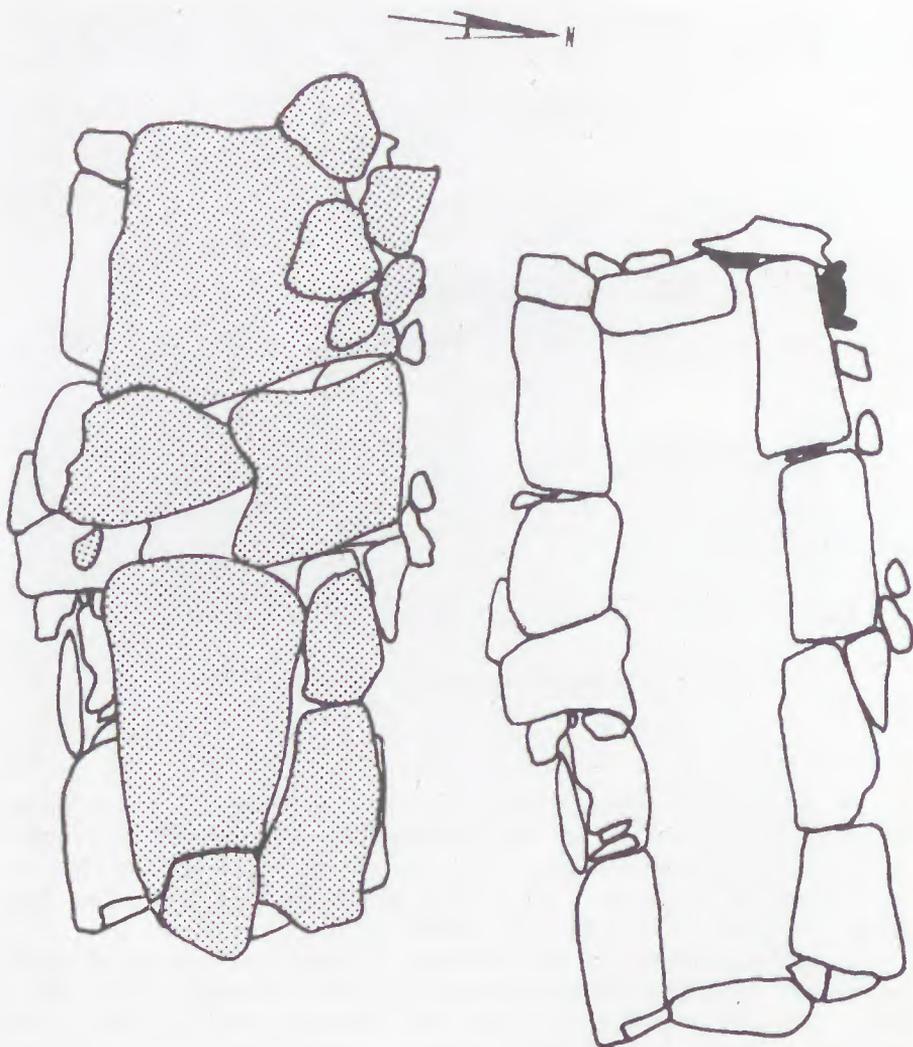


Fig. 38



*Sepultura com indícios de antropomorfismo*

Fig. 39

Elemento, sem dúvida significativo, é a presença de um edifício com seis compartimentos até ao momento bem definidos através de alicerces onde entra o granito e o xisto da região. Este mesmo edifício, cuja finalidade ainda desconhecemos, tem pisos em saibro castanho-avermelhado bem calcados e sobre eles, grandes quantidades de cinzas, carvões e mesmo o que resta de uma grande fogueira. A presença de moedas da primeira dinastia, de cerâmicas atribuíveis aos séculos XII a XIV e de escórias de ferro fazem pensar que se habitava no interior do adro, isto é, no espaço do cemitério, pelo menos na parte final da sua utilização como campo mortuário<sup>160</sup>.

Os dados até agora recolhidos, conjugados com os veiculados por Manuel de Boaventura e P.<sup>o</sup> Jerónimo Chaves são mais que suficientes para que acreditemos situarem-se a necrópole e igreja medieval de Fão, no sítio das Barreiras. A necrópole já muito próxima dos 200 túmulos está bem à vista. A igreja é provável que se encontre, bem próxima, no sítio onde terá aparecido o pavimento e a «pia de água benta».

Bibliografia; Jerónimo Gonçalves Chaves, *Elementos para a História de Fam, Famalicão*, 1924.

Jorge Larcher, *Monografia de Fão*, Esposende, 1948.

Manuel de Boaventura, *Uma necrópole em Fão*, «Lucerna», Porto, 1966.

Manuel Albino Penteado Neiva, *Esposende*, Esposende, 1987.

57 — Cordas — Fão

Instrumentos líticos

41° 30' 37" Lat. N.

0° 21' 24" Long. E.

— 10 m

Cordas, zona recentemente urbanizada, está situada entre o hospital e a necrópole das Barreiras. Aqui, há anos atrás, foram recolhidos alguns instrumentos líticos da família dos «picos asturienses» que se encontram depositados no Museu de Antropologia do Porto. Tal não admira pois a necrópole e as Cordas estão implantadas num terraço fluvial.

58 — Outeiro dos Picoutos — Fonte Boa

— Castro agrícola

41° 30' 45" Lat. N.

0° 22' 30" Long. E.

— 58 m

O outeiro dos Picoutos ou da Felícia, como também é conhecido, está situado às cavaleiras do rio Cávado, precisamente em frente da Barca do Lago.

Marginado a nascente por uma linha de água, com bons campos de cultivo a sul e nascente, este cabeço, onde o acesso só é dificultado pelo lado do rio, reunia as condições necessárias para a instalação de um habitat castrejo do tipo agrícola.

Apesar das alterações profundas por que o sítio entretanto passou — flo-

restaço, adaptaço da coroa a terrenos agrícolas, vinhedos, arruamentos, casa de habitaço e anexos (Fig. 40) — é ainda possível vislumbrar-se, a poente, uma parcela do seu sistema defensivo. Este, à excepço da face voltada ao rio, era formado por um talude seguido de fosso<sup>161</sup> e muralha exterior em terra. O povoado, em si, era pequeno e do seu faseamento ocupacional pouco se sabe ou poderá vir a saber em face das adulteraçoes sofridas.

O espólio, passível de se encontrar à superfície, pertence à família das cerâmicas castrejas do final desta Cultura; à mistura, aparecem alguns fragmentos com as características da cerâmica comum de época romana. Aliás, em tempos idos, aí apareceram, segundo Teotónio da Fonseca, «sepulturas, tijolos<sup>162</sup>, vasos de barro, cadinhos e moedas, algumas das quais do tempo do imperador Maxêncio»<sup>163</sup>.

A ser verdadeira esta informação, estamos perante uma ocupaço que vai até à parte final do Império, o que verdadeiramente não espanta se nos recordarmos que era, precisamente, no sopé poente do castro que a estrada romana Porto - Ponte d'Ave - Rates - Barca do Lago pela Lagoa Negra, se fazia ao Cávado na barca que a levava à margem norte<sup>164</sup>.

Bibliografia: A. Carvalho da Costa, *Chorografia Portuguesa*, T. I, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1868.

Teotónio da Fonseca, *Esposende e o seu Concelho*, Esposende, 1936.

Carlos A. Brochado de Almeida, *Via Veteris. Antiga estrada romana?*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», Vol. III, Guimarães, 1980.



O «castro agrícola» do Outeiro dos Picoutos

Fig. 40

59 — Crasto — Rio Tinto  
— Topónimo  
41° 28' 56" Lat. N.  
0° 25' 36" Long. E.  
— 76 m

Por este topónimo<sup>165</sup> é conhecida uma pequena elevação, coberta de mato e pinhal, sobranceiro ao Cávado e às terras planas que se estendem de Fonte Boa a Barqueiros.

É aqui que a tradição e na sua esteira alguns investigadores, colocam uma antiga povoação castreja, mas cujos vestígios teimam em não aparecer. O mais provável é o topónimo estar deslocado ou então haver confusão com o *castro agrícola* do outeiro dos Picoutos, em Fonte Boa, por parte dos investigadores<sup>166</sup> que se basearam em A. Carvalho da Costa. Na realidade este habitat fica acima da Barca do Lago e aí «estão as ruínas de castello, a que chamam crasto que se presume ser de romanos»<sup>167</sup>.

Bibliografia: A. Carvalho da Costa, *Chorografia Portuguesa*, T. I, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1868.  
Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1887.  
José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, Lisboa, 1886.  
Silva Vieira, *Investigações históricas do concelho de Espozende*, «Ecos do Minho» de 30-4-1914.  
Teotónio da Fonseca, *Espozende e o seu Concelho*, Espozende, 1936.  
Falcão Machado, *Espozende, Monografia do Concelho*, Espozende, 1951.

60 — Lagoa da Mamoá — Rio Tinto  
Topónimo megalítico  
?  
?  
28 m

A *Lagoa da Mamoá*<sup>168</sup> é uma área agrícola situada a nascente da freguesia e confinante com a de Vila Seca (concelho de Barcelos).

Aqui terá existido uma ou mais sepulturas megalíticas entretanto desmanteladas pelos trabalhos agrícolas.

61 — Vila Menendi — Apúlia  
— Villa romana e outros vestígios  
41° 28' 28" Lat. N.  
0° 21' 28" Long. E.  
— 6 m

A primeira referência concreta ao topónimo *Apúlia* aparece em 1115, quando o *cautum de Puglia* foi confirmado por Pascoal II à Sé de Braga<sup>169</sup>. Posteriormente, nas Inquirições do século XIII, continua a ser denominada «Sancto Michaele de Pulia»<sup>170</sup>. A versão actual, comprovada por documentos inseridos no Liber Fidei, remonta a 1165 e 1188 nos seguintes termos: «in

cauto de Apulia et de Quiriaz» e «mediam partem de Paredes et de Apulia cum cauto suo»<sup>171</sup>.

É factó assente que o nome de *Apúlia* já vem mencionado na documentação da segunda metade do século XII, numa altura em que o *cautum de Puglia*, pertencente à Sé de Braga, começava a ganhar ascendência sobre as várias villas-ecllésias — Parietes (Paredes), Rial (Real), Savariz (Sabariz), Quiriaz (Criaz) — e encabeçava um dos tão típicos processos de fusão eclesiástica a pontos de, em 1220, se dizer já, muito simplesmente, *Sancto Michaele de Pulia*. Por outras palavras, o nome do couto estendeu-se a toda a área e o padroeiro da eclesia «de Sancto Michaele qui est fundatus in villa Paredes» passou a sê-lo de toda a paróquia entretanto unificada.

Mas em boa verdade, o problema que verdadeiramente se nos põe não é o sabermos como se formou a paróquia, mas se o topónimo *Apúlia* poderá estar ou não relacionado com a *Apúlia* romana e, como pretendem alguns autores<sup>172</sup>, por essa via, estabelecer-se uma ligação, através de possíveis povoadores, àquela região mediterrânica.

Se analisarmos o quadro arqueológico da actual vila de Apúlia, ficamos com uma certeza e uma série de pistas, para já, de difícil solução.

A certeza chama-se villa romana situada nos campos da Ramalha, na parte sudoeste da vila e que vem sendo referenciada como *Villa Menendi*. As incertezas, essas encontram-se mais para nordeste, para o território da antiga villa-ecllésia de Paredes (Fig. 41).

Aqui a micro-toponímia regista dois interessantes topónimos: *agra dos mouros* e ribeiro de *mouriscos*<sup>173</sup>.

A *agra dos mouros* é uma extensa agra, vizinha dos campos em maceira e das dunas cobertas a pinhal de Merouços.

Terra de milho, batata, hortaliças e leguminosas, teria albergado, em tempos idos, segundo a tradição, a igreja da extinta *eclesia* de Paredes. Desse tempo, segundo a voz popular, restará um cruzeiro de cariz popular, mas que uma análise mais atenta atribui a séculos bem mais recentes<sup>174</sup>.

No enfiamento da *agra dos mouros*, para ponte, está a lagoa da Apúlia e o ribeiro Preto ou como também é conhecido, ribeiro de *mouriscos*.

A lagoa, segundo a lenda, foi ao tempo dos romanos, sítio de exploração mineira. No presente, não passa de um pequeno paúl povoado de gramíneas e de plantas características dos meios húmidos.

Se alguma vez aqui se explorou ouro ou qualquer outro mineral nada resta que o comprove. Nada há que a compare, por exemplo, à vizinha *Lagoa Negra* e nem a presença, nas imediações, de rochas quartzíticas chegam para justificar míriades de barcos entrando terra dentro acostando à lagoa onde carregariam o precioso minério.

O que ficou, talvez por analogia com a *Lagoa Negra* de Barqueiros, foi uma certa lenda, repetida até à exaustão e, na sua esteira, topónimos como *mouriscos* aplicado ao ribeiro Preto<sup>175</sup> que nasce na lagoa e é suposto, por alguns monografistas pouco documentados, ter sido aberto pelos romanos a fim de facilitar o acesso dos barcos à lagoa.

Nada mais infundado. Nem o ribeiro tem ou teve alguma vez largura e profundidade que permitisse tal pressuposto, nem o ouro aqui poderia ser



Fig. 41

explorado na época romana pois nessa altura já a lagoa tinha as características que hoje mais ou menos apresenta<sup>176</sup>.

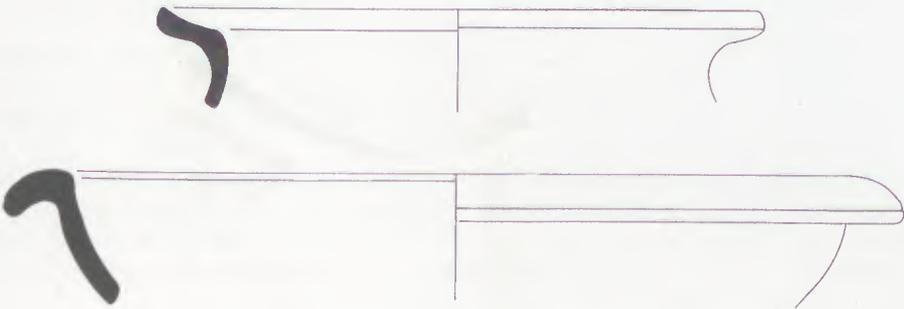
De enorme importância para a história do povoamento no câmbio da Era, seria a localização do habitat castrejo que um documento datado de 1148 chama de «castro de Paredes»<sup>177</sup>. A ter existido, o que é perfeitamente pertinente, este deve ter sido construído numa pequena elevação que se destacava na planura da orla costeira, mas que o avanço das areias pode ter soterrado a pontos de hoje se confundir com o contínuo ondulado dos montículos de areia, que cobrem a parte norte da aldeia. Se por acaso se localizava mais para o extremo com Fonte Boa ou no centro do actual lugar de Paredes<sup>178</sup>, foi totalmente desmantelado para, em seu lugar, surgirem casas de habitação e campos de cultivo.

O único vestígio arqueologicamente comprovado na actual Apúlia é a villa romana, bem documentada no sítio da Ramalha, quase na fronteira com a freguesia da Estela e, à imagem da sua congénere de Lavra (Mato-sinhos), bordejando as areias da praia (Fig. 41).

Embora o seu conhecimento, como adiante veremos, possa ser anterior, é realmente por volta de 1950 que aparece um conjunto de vestígios que relacionados sugeriam, naquele lugar, uma villa de época romana. Estes apareceram quando o proprietário dos terrenos resolveu remover as areias e aí fazer alguns campos em maceira. Desta operação resultou o aparecimento de alguns muros feitos em xisto, fustes em granito, mós manuais, fíbulas, pesos de rede, tégulas, ímbrex e cerâmica<sup>179</sup>. Uma vistoria aos valados dos campos em maceira da Ramalha ou do Doutor, como também são conhecidos, permite ainda descobrir tégula, ímbrex, cerâmica e nesta dois tipos bem distintos: castreja e comum de fabrico romano.

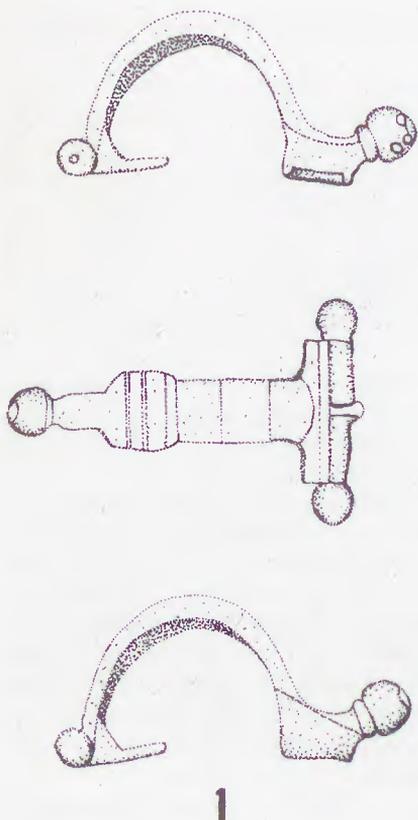
Quer isto dizer que a villa, embora estruturalmente romana, remonta ao castrejo e ter-se-á desenvolvido a partir de uma ocupação que remonta pelo menos, ao século I a. C..

O grosso do material analisado encontra-se nos museus de Antropologia do Porto e Pio XII de Braga. O destaque vai para a cerâmica comum de época romana. No Museu de Antropologia há, por exemplo, potes, panelas e taças (Fig. 42) com claros sinais de terem servido ao fogo, bem como



Esc. 1.2

Fig. 42



Esc. 1.1

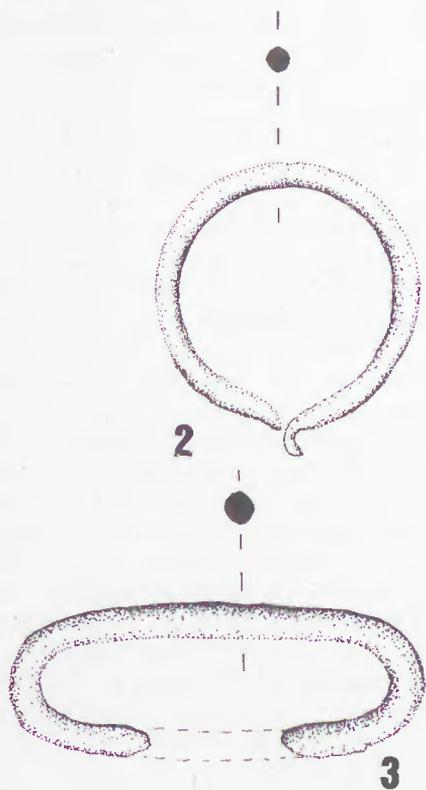


Fig. 43

talhas e dólios de grandes dimensões já para não falar das cerâmicas onde o gosto da mudança está bem patente no alaranjado ou castanho-alaranjado das aguadas que cobrem o exterior das superfícies dos vasos.

Entre os metais de bronze, guardados no Museu Pio XII, merecem referência um passador de cinto (?) e duas fíbula: uma é uma Aucissa à qual falta o fusilhão; a outra é uma anular romana desprovida dos botões terminais e do fusilhão (Fig. 43).

Possivelmente relacionados com esta villa devem estar os vestígios, de uma provável necrópole, aparecidos, um pouco mais a sul, nas Azenhas do Rio Alto, freguesia da Estela. Manuel de Boaventura que os noticia, afirma serem eles «vários pratos de louça branca, muito perfeitos» aparecidos quando aí se abriu uma vala<sup>180</sup>.

De origem castreja são os vestígios aparecidos no lugar do Maninho<sup>181</sup>, freguesia da Estela. Todavia a proximidade geográfica do sítio onde estava o habitat que cedeu, por sua vez, o lugar à villa romana, pode muito bem,

ser mais do que uma relação aparente. No entanto a dúvida subsistirá até se determinar com exactidão o local dos achados.

Entre os materiais arqueológicos aqui aparecidos ressalta a cerâmica castreja decorada com os típicos SSS, os pesos de tear, os cossoiros, as mós manuais, o ímbrex e, a cerca de 300 metros, uma sepultura de inumação com caixa em ardósia tendo no interior ossos e cerâmica<sup>182</sup>.

Da mesma zona parece provir o colar da Estela.

José Fortes que o noticia, diz ter ele aparecido dentro de «um púcaro pequeno, barrigudo» bem como pedras lavradas e sepulturas<sup>183</sup>.

Uma análise, mesmo que sumária, aos dados acima expostos, conduz-nos a dois momentos distintos do povoamento da orla costeira.

O mais antigo é o castrejo bem representado por uma série de elementos distribuidos, aparentemente, por três sítios distintos: o castro de Paredes(?), o lugar do Maninho e o sítio da Ramalha.

Se do primeiro somente possuímos uma referência documental medieva, do segundo há elementos bem mais concretos e que apontam para a presença de um habitat e de uma necrópole. Pena é que as descrições de José Fortes e de Fernando Barbosa não indiquem localizações exactas, o que a suceder nos permitiria, após cuidada análise do sítio, uma melhor abordagem do problema. Permitir-nos-ia também relacioná-la ou não com o habitat existente na Ramalha, afinal o embrião da futura villa romana.

Esta teve, ao que tudo indica, uma dupla e simultânea actividade económica: agrária e marítima.

A fertilidade dos campos e a extensa planície permitia e permite, quando as areias não são impedimento de maior, uma agricultura rentável. A proximidade do mar sugere a pesca e muito em especial a salinicultura; afinal uma ambalência bem ao jeito das villas posicionadas ao longo da orla costeira<sup>184</sup>.

Com um importante papel na dinâmica económica da região terá sofrido, como as demais, as vicissitudes próprias do desmoronamento das estruturas do Império e se muito dificilmente lhe terá sobrevivido muito menos estará na origem da villa medieval, de apelido *Menendi*.

A villa romana da Ramalha, vulgo *Villa Menendi*, mas cujo verdadeiro nome desconhecemos, se conheceu a política económica da monarquia Suévica não resistiu às algaras mouriscas e muito menos à cobiça da pirataria que na altura infestava a costa. Semi-destruída e abandonada acabou por ser invadida e soterrada por toneladas de areia até que uma nova procura de espaços agrícolas trouxe à luz do dia as ruínas e pôs homens como Manuel de Boaventura a sonharem com uma Apúlia romana digna antecessora da *Villa Menendi* medieval<sup>185</sup>. Esta, que uma carta de D. Afonso Henriques, datada de 1140, couth a favor do mosteiro de Tibães<sup>186</sup>, só muito dificilmente se poderá considerar como sucessora da villa romana.

O tempo das villas-ecclesiás e da formação das paróquias no Entre-Douro-e-Minho é outro, como também o é a realidade político-administrativa e económica. A única semelhança, à partida deduzível, poderá ser o espaço geográfico atribuível à villa medieval<sup>187</sup>, mas que desconhecemos em absoluto para a villa romana. Mas mesmo que uma decalcesse mais ou menos a outra,

continuariam a ser duas realidades bem distintas, alicerçadas em sistemas económicos diferentes e bem distanciadas no tempo.

62 — Bitarados — Vila Chã  
— Povoado de ar livre(?)  
41° 34' 30" Lat. N.  
0° 23' 10" Long. E.  
— 170 m

Em 1985, quando o Sr. José Fernando Passos Cardoso abria os alicerces da sua casa, no sítio de Bitarados ou Maíndos, estava, sem o saber, a revelar mais uma estação com cerâmica decorada, vulgo «tipo Penha».

O sítio em questão situa-se na freguesia de Vila Chã, toda ela inserida num amplo planalto com cerca de 170 metros de altitude média e onde se desenvolveu um importante núcleo megalítico<sup>188</sup>. No quadro geográfico da freguesia pode-se dizer que a estação está localizada nas imediações da igreja paroquial<sup>189</sup> e na berma da estrada camarária que une esta à Aldeia de Cima (Fig. 44).

O local, amplo, aberto, plano e rodeado de recentes casas de habitação, está artificialmente delimitado a poente pela estrada camarária e a nascente por uma pequena linha de água que alimenta o ribeiro de Peralta. Os achados, esses distribuem-se por uma área que abarca o terreno onde a casa foi construída e o campo situado a norte pertença do Sr. Albino Gonçalves Neiva Júnior. Tal dispersão parece sugerir um povoado de ar livre análogo aos estudados por Susana Oliveira Jorge e cuja cronologia ronda, grosso modo, entre o III e o II milénio a.C.<sup>190</sup>.

O espólio, até ao momento recolhido, consta essencialmente de cerâmica com predomínio para a decorada. Nesta, as técnicas mais evidentes são as incisões, o puncionamento (simples ou arrastado), a impressão (simples ou arrastada) e as caneluras fundas<sup>191</sup>. (Fig. 45).

## ADITAMENTO

63 — Borreiros — Vila-Chã  
— Tégulas  
41° 34' 20" Lat. N.  
0° 22' 48" Long. E.  
— 185 m

No extremo norte da Aldeia de Baixo estão os terrenos de Borreiros. Zona plana que se estende até ao sopé do Monte da Cerca era, até há poucos anos, um misto de terrenos agrícolas e de mato. A recente construção

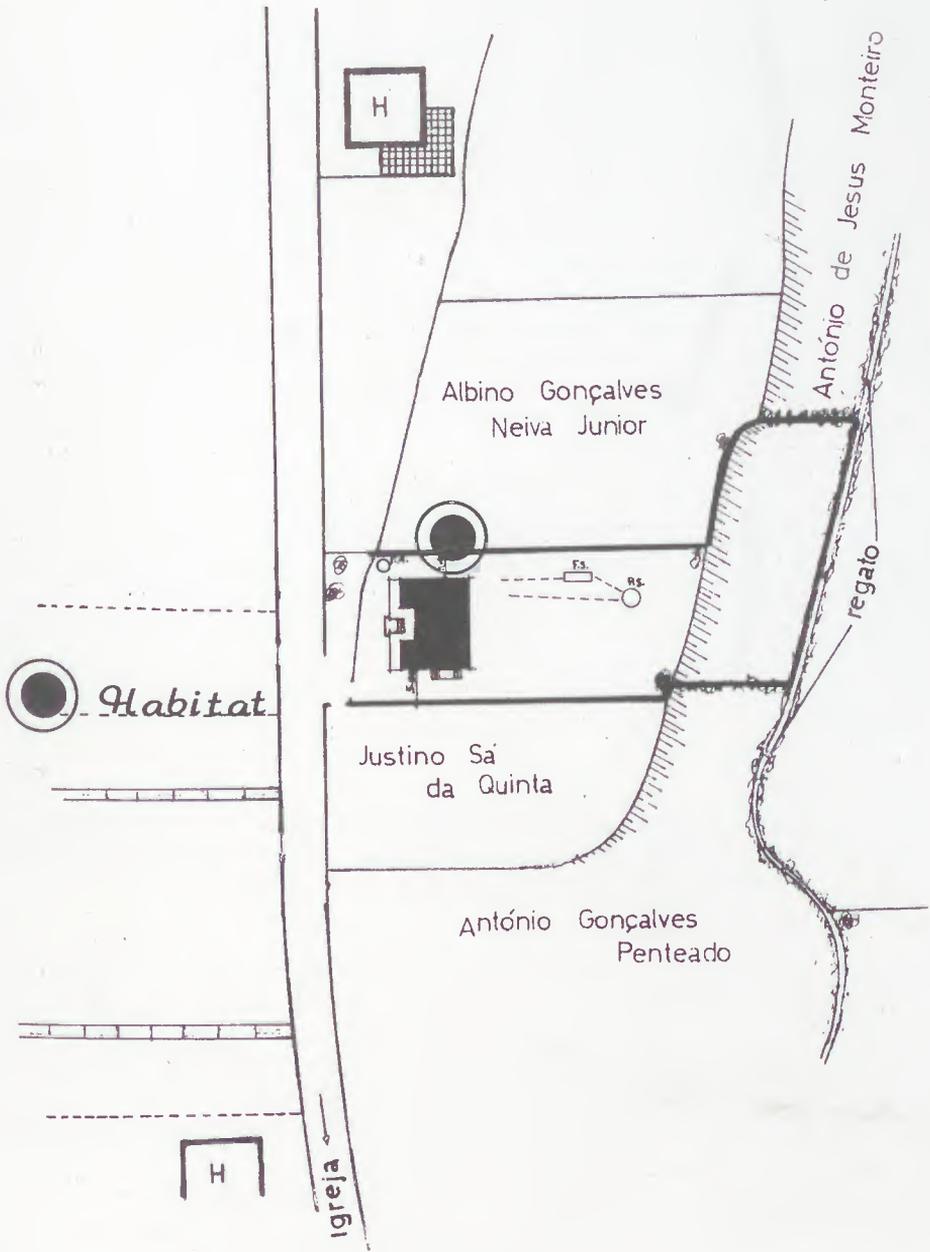
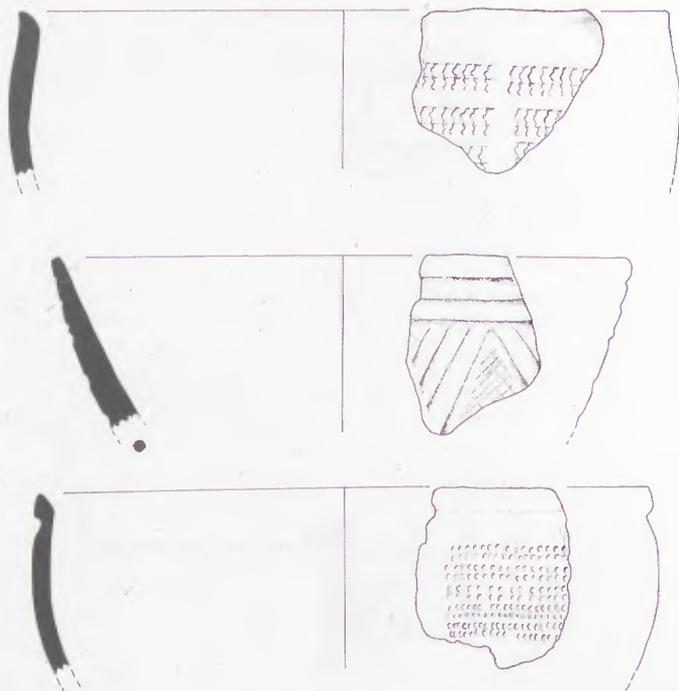


Fig. 44



Esc. 1.2

Fig. 45

de algumas casas de habitação e o revolvimento dos terrenos anexos trouxe, à superfície, algumas tégulas e a certeza que no local houve um habitat de época romana, senão mesmo já da Alta Idade Média.

#### NOTAS

<sup>131</sup> O topónimo deriva do facto de o Mosteiro de Bouro (Amares) ter possuído aqui algumas propriedades na época medieval. Pelo menos em 1220, em S. Martinho de Gandra, tinha 3 casais «Boiro iij casalia». P. M. H. Inq.

<sup>132</sup> S. V. *Investigações Históricas do Concelho de Espozende*, «Ecos do Minho», de 12/4/1914; José da Silva Vieira, *Caderno de Apontamentos para a História do Concelho de Espozende*, Espozende, 1917, págs. 17-18.

<sup>133</sup> Vera Leisner, *Nota sobre um vaso Transmontano*, «Arqueologia e História», Vol. VIII, 1958, págs. 147-153.

<sup>134</sup> Susana Oliveira Jorge, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar*, Vol. IB, Porto, 1986, págs. 874-875.

<sup>135</sup> Francisco Sande Lemos, *Património Arqueológico do Concelho de Espozende: proposta de medidas cautelares e zonas de protecção*, Braga, 1982.

<sup>136</sup> L. Figueiredo da Guerra, *O forte de Espozende*, «Espozendense», 19/10/1911.

<sup>137</sup> Bernardino Amândio, *O Forte de S. João Baptista e o Farol de Espozende*, Espozende, 1982; L. Figueiredo da Guerra, *O Forte de S. João Baptista de Espozende*, «O Cávado» de 10/10/1926.

<sup>138</sup> Carlos A. Ferreira de Almeida, *Vias Medievais no Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1969, pág. 157; Carlos A. Brochado de Almeida, *Via Veteris. Antiga Via Romana?*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», Vol. III, Guimarães, 1980, pág. 168; Idem, *A Rede Viária do Conventus Bracaraugustanus — Via Bracara Asturicam Quarta*, «Mínia», 2.ª Série, Ano II, n.º 3, 1979, pág. 135.

<sup>139</sup> Armindo de Sousa, *A Cerâmica da Gandra — Esposende*, «Portugália», Vol. II/III, pág. 41-51.

<sup>140</sup> Susana Oliveira Jorge, *op. cit.*, pág. 874-875.

<sup>141</sup> Susana Oliveira Jorge, *op. cit.*.

<sup>142</sup> Armindo de Sousa, *op. cit.*.

<sup>143</sup> Susana Oliveira Jorge, *op. cit.*.

<sup>144</sup> J. R. dos Santos Júnior, *Nova Estação Asturiense da Foz do Cávado*, «I Congresso do Mundo Português», Vol. I, Lisboa, 1940.

<sup>145</sup> Jerónimo Contador de Argote, *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Lisboa, 1732, pág. 271; D. Rodrigo da Cunha, *Da História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Primeira Parte, Braga, 1634, págs. 20-21; Jerónimo Gonçalves Chaves, *Descrição do antigo porto dos Romanos nos Cavalos de Fão*, Espozende, 1913.

<sup>146</sup> Carlos A. Brochado de Almeida, *Via Veteris...*

<sup>147</sup> Jerónimo Gonçalves Chaves, *Elementos para a História de Fam*, Fimalicão, 1924; Jorge Larcher, *Monografia de Fão*, Espozende, 1948, pág. 7.

<sup>148</sup> O Caminho das Rodas, hoje completamente abandonado, ligava as Barreiras ao Ofir. O seu nome provirá, certamente, das rodas que, tocadas manualmente, ajudavam ao fabrico das cordas que em Fão tinham um pequeno centro artesanal.

<sup>149</sup> O ermamento de Fão do século XIII é um facto comprovado nas Inquirições de 1220 «et de istis casalibus qui fuerunt depopulati» e de 1258 «et si ista casalia vel aliquod istorum casalium fuerit depopulatum, non dabit franganum nec almude tritici...», como o seu repovoamento se veio a fazer, mais tarde, pela mão do rei D. João I que numa carta de privilégio a seu filho D. Afonso conde de Barcelos e futuro Duque de Bragança, concedia a 10 homens que fossem morar para Fão a isenção de servirem como galeotes ou de serem postos na vintena do mar. Tal atitude do monarca devia-se ao facto de o sítio estar «desprobrado por mígoa de gentes que em ele nom vivem». Cfr. António Cruz, *Esposende, a Terra e o Homem*, «Vila de Esposende, IV Centenário», Espozende, 1972, pág. 111.

<sup>150</sup> «Et Vidal de Barreiros», P. M. H. Inq., 1220.

<sup>151</sup> Jerónimo Gonçalves Chaves, *op. cit.*.

<sup>152</sup> Nada há de seguro quanto ao ter havido um convento em Fão. Os que a documentação regista situam-se todos fora do concelho de Espozende e distribuem-se pelas Ordens Beneditinas (S. Romão do Neiva, Carvoeiro e Palme) e Cónegos Regrantes (Banho — Vila Cova). Todavia há que contar com as propriedades que o convento da Costa (Guimarães) aqui possuía, sem falar nas «senarias» da própria igreja local. O mais natural é relacionarmos a tradição com os vestígios aparecidos nas imediações da necrópole das Barreiras e assim, em vez de convento, teremos a igreja medieval.

<sup>153</sup> *Achado Arqueológico*, «O Cávado» de 18/3/1956; Manuel de Boaventura, *Uma Necrópole em Fão*, «O Fangeiro» de 18/3/1956.

<sup>154</sup> Este terreno pertencia ao Sr. Ernesto Morais Costa.

<sup>155</sup> Manuel de Boaventura, *Uma Necrópole em Fão*, «Lucerna», 1966, pág. 615-616.

<sup>156</sup> Manuel de Boaventura, *op. cit.*.

<sup>157</sup> J. Bernardino Amândio, *Esposende e o seu Concelho*, Coimbra, s/d, pág. 72-73 e 133-136.

<sup>158</sup> Igual ilação já havia tirado Mário Jorge Barroca, *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1987, pág. 382, na Igreja Velha de Lagares.

<sup>159</sup> Mário Jorge Barroca, *op. cit.*.

<sup>160</sup> Tal hipótese, a confirmar-se, nada tem de estranho pois se conhecem exemplos análogos em França, bem apoiados na documentação. Cfr. Philippe Ariès, *O Homem perante a morte*, I, (Publ. Europa-América), Mem Martins, 1988, pág. 87 e segs..

<sup>161</sup> A este fosso chamam ainda a «gamela dos mouros».

<sup>162</sup> Os tijolos aqui referidos são, certamente, régulas.

<sup>163</sup> Teotónio da Fonseca, *op. cit.*, pág. 49; Falcão Machado, *op. cit.*, pág. 52.

- <sup>164</sup> Carlos A. Brochado de Almeida, *A rede viária do Conventus Bracaraugustanus*, pág. 135; Idem, *Via Veteris...*, pág. 168.
- <sup>165</sup> Não se pode excluir a hipótese de o topónimo provir do nome de uma pessoa de apelido Castro.
- <sup>166</sup> Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1887, pág. 536.
- José Augusto Vieira, *O Minho Pittoresco*, Lisboa, 1886, pág. 202.
- <sup>167</sup> Silva Vieira, *Investigações históricas do Concelho de Espozende*, «Ecos do Minho», 10/4/1914.
- Teotónio da Fonseca, *op. cit.*, pág. 30.
- Falcão Machado, *op. cit.*, pág. 74.
- <sup>167</sup> A. Carvalho da Costa, *op. cit.*, pág. 274.
- <sup>168</sup> *Vedoria de Terras*, feita em 19/7/1554. Arquivo da Biblioteca de Vila do Conde.
- <sup>169</sup> Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, T. II, Coimbra, 1958, pág. 8.
- <sup>170</sup> P. M. H. Inquisitiones.
- <sup>171</sup> Avelino de Jesus da Costa, *op. cit.*, pág. 8.
- <sup>172</sup> Entre outras fazem-se eco desta posição A. Carvalho da Costa, *op. cit.*, pág. 167-168 e na sua esteira Pinho Leal, *op. cit.*, pág. 224; José Augusto Vieira, *op. cit.*, pág. 202-204; Teotónio da Fonseca, *op. cit.*, pág. 51-52; Falcão Machado, *op. cit.*, pág. 33.
- <sup>173</sup> Teotónio da Fonseca, *op. cit.*, pág. 60; Falcão Machado, *op. cit.*, pág. 33-34.
- <sup>174</sup> Se houve outros vestígios, eles desapareceram com a extracção das areias que cobriram os actuais campos de cultivo ou estão enterrados a maior profundidade.
- <sup>175</sup> Como os terrenos são de formação silúrica é natural que as águas ganhem uma tonalidade mais escura.
- <sup>176</sup> Sondagens realizadas no leito da lagoa, por especialista da Universidade do Minho, dão-na como sedimentada muito antes da chegada dos romanos. Agradecemos a informação à Dr.<sup>a</sup> Helena Granja da referida Universidade.
- <sup>177</sup> Avelino de Jesus da Costa, *op. cit.*, pág. 8.
- <sup>178</sup> Para Carlos A. Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Vol. I, Porto, 1978, pág. 133, o topónimo *Paredes*, na Apúlia, pode estar relacionado com estruturas salineiras nos séculos XI-XII. Embora a hipótese seja plausível, não nos parece que a seja neste caso devido à relativa distância do lugar de Paredes do mar e à ausência de um curso de água com expressão suficiente para trazer água salgada até tão longe.
- <sup>179</sup> J. Bernardino Amândio, *op. cit.*, pág. 25.
- <sup>180</sup> Manuel de Boaventura, *Vila Menediz*, «Comércio da Póvoa de Varzim» de 7/1/1956.
- <sup>181</sup> O lugar do Maninho é uma vasta zona de campos em maceira e de areias que faz parte de uma área bem maior conhecida por Rio Alto. De qualquer modo o lugar do Maninho tem proximidade geográfica com os campos da Ramalha.
- <sup>182</sup> Fernando Barbosa, *A Vila Mendo é Romana*, «Idea Nova» (Póvoa de Varzim) de 28/8 e 4/9 de 1937.
- <sup>183</sup> José Fortes, *Ouros Proto-Históricos da Estela*, «Portugália», Vol. II, Porto, 1905, pág. 605-618.
- <sup>184</sup> A título de exemplo referiremos as villas romanas das Baganheiras (Afife), Alto de Martim Vaz (Póvoa de Varzim), Caxinas (Vila do Conde) e Lavra (Matosinhos).
- <sup>185</sup> D. R. I, n.º 180.
- <sup>186</sup> Manuel de Boaventura, *Apúlia (S. Miguel)* «Vila de Esposende, IV Centenário», Esposende, 1972, pág. 51.
- <sup>187</sup> Flávio Gonçalves, *A Carta de Couto concedida por D. Afonso Henriques à freguesia da Estela*, «Boletim Cultural da Póvoa de Varzim», Vol. XII, 1973.
- <sup>188</sup> Consultar os n.ºs 12 a 19 desta carta arqueológica.
- <sup>189</sup> Junto à igreja e nos campos do Paço há sinais evidentes da presença romana.
- <sup>190</sup> Susana Oliveira Jorge, *op. cit.*, pág. 819.
- <sup>191</sup> Susana Oliveira Jorge, *op. cit.*

(Continua)



*Igrejas e Capelas de Antas*

PRIMEIRA VERSÃO EM VERNÁCULO <sup>1</sup> DO TEXTO LATINO  
DO  
IV CONCÍLIO PROVINCIAL BRACARENSE

*José Cardoso*

*(continuação)*

1. D. Frei Bartolomeu dos Mártires, por graça de Deus e da Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga, Metropolita da Província Bracarense e Primaz das Espanhas, aos, em Cristo, Rev.<sup>mos</sup> Padres e Senhores D. Rodrigo Pinheiro, Bispo do Porto, D. Gonçalo Pinheiro, Bispo de Viseu, D. João Soares, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil, D. António Pinheiro, Bispo de Miranda, Bispos Sufragâneos, e a quaisquer outros que por direito ou costume devem ser convocados para o Concílio Provincial, saudamos em nosso Senhor Jesus Cristo que é a verdadeira salvação.

O Sagrado Concílio de Trento impôs-nos que, no espaço de um ano a partir do final do mesmo, fizéssemos uma assembleia provincial dos Bispos, o que também ardentemente desejávamos. Porém — por razões graves e, até certo ponto, inadiáveis, sem que até agora tivéssemos concretizado esse desejo, havemos por bem reunir um Concílio de todos os Bispos desta Província Eclesiástica para o dia 8 do próximo mês de Setembro, que é o dia dedicado à Natividade da Virgem Maria Mãe de Deus. De facto o convocamos com as seguintes cartas.

A cada um dos citados Rev.<sup>mos</sup> Padres e Senhores Bispos sufragâneos, exortamos e requeremos que estejam presentes, no dia aprazado, nesta nossa cidade Metropolitana, e Primaz, nesta antiga e nobre cidade de Braga, para se celebrar o Concílio Provincial.

Vão estabelecer-se e definir-se, com prudência, e amadurecimento, e circunspecção, os preceitos que terão por finalidade corrigir costumes, moderar excessos e reconciliar desavenças, e rever as demais práticas permitidas pelos sagrados cânones.

Acreditamos que nenhum dos Bispos desta Província irá faltar ao

---

<sup>1</sup> Revista pelo Dr. Ambrósio de Pina, S. J. — maximamente no que concerne à nomenclatura jurídico-canónica.

cumprimento do seu dever. Todavia, para que não fique a impressão de que nós próprios faltaremos ao exercício das nossas obrigações, estabelecemos e ordenamos que estas nossas presentes *indicções* e cartas convocatórias sejam afixadas nas portas de cada uma das Sés Catedrais desta Província Eclesiástica, depois de terem sido apresentadas pelos respectivos notários a cada um dos Bispos Comprovinciais.

Também aos notários, em razão da santa obediência e sob pena de excomunhão, lhes ordenamos e recomendamos que, apenas as referidas cartas convocatórias lhes tenham sido confiadas pelo nosso correio e mensageiro, as entreguem a cada um dos Bispos desta Província acima referidos, e lhas leiam. — Tanto da publicação e intimação como da resposta exarem públicos instrumentos e no-los enviem para serem incorporados nas Actas do Concílio.

Em seguida, devem afixar-se nas portas das Igrejas Catedrais essas mesmas cartas convocatórias.

Proceda-se assim, na presença de, pelo menos, duas testemunhas. Dêem também fé com esse testemunho do facto da afixação — e apensem-no.

Dadas em Braga, em 23 do mês de Junho do Ano do Senhor de 1566.

## AFIXAÇÃO

2. O referido edital foi afixado nas portas da Igreja Metropolitana de Braga, Primaz das Espanhas, no dia 13 do mês de Julho, no mesmo ano de 1566, à ordem de Roque Vieira, notário da Câmara Arquiepiscopal. Estavam presentes Francisco Gonçalves, cónego da mesma Igreja, e Francisco Gerales, e André Gonçalves. Solicitado e requerido o testemunho de alguns outros presbíteros.

## CONVOCATÓRIA

3. D. Frei Bartolomeu dos Mártires, por graça de Deus e da Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga, Metropolita da Província Bracarense e Primaz das Espanhas, ao Rev.<sup>o</sup> Deão e Capítulo desta nossa referida Igreja Metropolitana e Primaz de Braga, e igualmente aos demais Deãos e Cabidos das Sés Catedrais desta província, a saber: do Porto, de Coimbra, de Viseu e Miranda, saúda n'Aquele que é a verdadeira Salvação. Tornamos conhecido de vós que o início do Concílio Provincial está marcado para esta nossa cidade, para o dia 8 de Setembro próximo, dia que é consagrado à Natividade da Virgem Maria, Mãe de Deus. Também para esse mesmo dia, mercê de outras cartas já divulgadas, mandamos convocar a assembleia dos Rev.<sup>mos</sup> Padres e Senhores Bispos desta Província, para a celebração de um *Concílio Provincial* — com vista à correção dos costumes, à moderação de excessos e à reconciliação dos desavindos, e a tudo mais que é permitido pelos sagrados cânones. Assuntos esses postos à consideração dos Cabidos das Igrejas Catedrais. Como os Cabidos das Igrejas Catedrais costumam e devem ser convidados para a discussão destas questões e de outras de igual teor que vierem a ocorrer no mesmo Concílio, nós em completa observância das disposições dos

sagrados cânones, advertimos cada um dos referidos Cabidos tanto desta Igreja Metropolitana e Primaz como das outras Igrejas Catedrais, pedindo-lhes insistentemente que enviem os seus legítimos procuradores na data aprazada, para poderem assistir às discussões. Se por qualquer razão, não comparecerem ou não quiserem participar nos debates, a que atrás se alude, seja a que pretexto for, ou se por acaso vierem a estar presentes mas depois, de novo, deixarem de comparecer, nós e os Bispos Comprovinciais, de acordo com as penas canónicas, enquanto se celebrar o Sagrado Concílio Provincial, julgamo-los convidados, e mais ainda requeridos quanto à sua presença física pelo que se refere aos requisitos do mesmo Concílio. Por isso, com o auxílio de Deus, Nós não deixaremos de prosseguir. Exigimos e mandamos a todo e qualquer notário, em razão da virtude da obediência e sob pena de excomunhão, que, mal esta provisão lhes for apresentada, dela dê parte ao Deão do Cabido dessa Igreja Catedral junto da qual se encontrarem. Ordenamos também, que na presença de, pelo menos, duas testemunhas, afixem tal convocação nas portas da mesma Igreja. Acerca da notificação e resposta, bem como da afixação darão fé mediante instrumento público por eles lavrado.

Dada na nossa cidade de Braga, em 23 de Junho do Ano do Senhor de 1566.

#### 1.<sup>a</sup> SESSÃO

4. Esta primeira sessão do *IV Sagrado Concílio Provincial Bracarense* decorreu em Braga, na Sacratíssima Sé Catedral desta mesma cidade—templo dedicado à Virgem Maria, Mãe de Deus, em 8 de Setembro —, dia consagrado à Natividade da mesma Virgem e Mãe de Deus. Sucedeu no ano 1566 do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, durante o segundo ano do Pontificado do Nosso Santíssimo Senhor Papa Pio V; no décimo do reinado do nosso sereníssimo e piedoso Rei e Senhor D. Sebastião, primeiro deste nome em Portugal. Presidiu o Reverendíssimo em Cristo Padre e Senhor D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo e Senhor de Braga, Metropolita da Província Bracarense, Primaz das Espanhas. Com ele estavam presentes os Rev.<sup>mos</sup> Prelados e Senhores D. Rodrigo Pinheiro, Bispo do Porto; D. João Soares, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil; Bispos Comprovinciais. Estavam também os Rev.<sup>os</sup> Deão e Cabido da Igreja Metropolita e Primacial de Braga. Assistia outrossim um grupo venerando de Padres seculares e regulares, juntamente com numerosa assembleia de Magistrados, de fidalgos e de cidadãos bracarenses.

#### PERGUNTA DO REV.MO SENHOR ARCEBISPO

Rev.<sup>mos</sup> Padres:

5. Acaso vos apraz no dia de hoje, que é o dia 8 deste mês de Setembro e é dedicado à Natividade da Virgem Maria, Mãe de Deus, abrir, iniciar e prosseguir o Sacrossanto Concílio Provincial a celebrar nesta ilustre e vetusta cidade de Braga, para louvar a glória de Deus Pai Omnipotente, do Filho e do Espírito Santo, com o fim de, nesta Pro-

víncia, reformar os costumes, refrear os excessos, consertar as desavenças e realizar tudo o que é permitido nos Concílios Provinciais de acordo com as penas canónicas?

*Responderam: Sim...*

6. Porventura vos apraz deliberar que este mesmo Concílio Provincial tenha já seu início e abertura?

*Responderam: Sim...*

7. Porque de harmonia com um antigo e consagrado costume dos Sacrossantos Concílios, toda a sua actividade deve começar pela profissão da Fé Católica, aprouve a cada um dar testemunho da sua fé, começando por rezar em público o símbolo (dos Apóstolos), que a Igreja Católica Romana costuma recitar nas cerimónias da Santa Missa.

8. Creio num só Deus, Pai Onnipotente, Criador do Céu e da Terra, das coisas visíveis e invisíveis, num só Senhor, Jesus Cristo, filho unigénito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado e não criado, consubstancial ao Pai por quem todas as coisas foram feitas, o qual por nós homens e por causa da nossa salvação desceu dos Céus e incarnou do Espírito Santo no seio de Maria Virgem e se fez homem. Também foi crucificado sob Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado, e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as escrituras, subiu ao Céu e está sentado à direita do Pai. E de novo há-de vir com glória julgar os vivos e os mortos. O seu reino não terá fim. Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, procede do Pai e do Filho e com o Pai e o Filho é simultaneamente adorado e glorificado. Ele que falou pelos Profetas. Creio na Igreja una, santa, católica, apostólica. Confesso um só baptismo para remissão dos pecados. E espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há-de vir. **Amen.**

*Cada um recitou o Credo a uma só voz e com unção.*

**REV.MOS PADRES**

9. Nenhum de vós ignora ter estabelecido o Sagrado Concílio Ecuménico de Trento que cada um dos que presidissem a Concílios Provinciais ou que apenas se reunissem por direito da sua Sé Episcopal, para a celebração dos mesmos, explicasse piedosamente os dogmas da Fé e deles fizesse profissão segundo a forma prescrita pelo nosso Santo Romano Pontífice — Cabeça, Chefe e Pastor da IGREJA Universal.

Apraz-vos seja essa profissão da verdadeira Fé mais firme, de acordo com o que foi estabelecido pelo mesmo Concílio de Trento?

*Responderam: Sim, apraz-nos.*

10. O Senhor Arcebispo dirigindo-se, pois, a eles e interrogando os Bispos do Porto e de Coimbra, estes responderam o mesmo simultaneamente.

«Antes de mais e acima de tudo, acreditais no Credo e confessais uma vez por todas<sup>1</sup> as verdades que estão reveladas no símbodo da Fé, proclamado no Concílio de Niceia, e que a Santa Igreja Romana,

<sup>1</sup> Ou: professais uma por uma todas as verdades ...

Mãe da Religião, usa na sua Liturgia? A seguir, o Rev.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo recitou na íntegra o Símbolo dos Apóstolos. Em seguida, os referidos Bispos aproximaram-se dele (e responderam):

*Assim o cremos e confessamos.*

11. Confessais também que, com verdade e rigor, são sete os sacramentos da nossa Lei instituída por Nosso Senhor Jesus Cristo para salvação do género humano, a saber: o Baptismo, o Crisma, a Eucaristia, a Confissão, a Extrema-Unção, a Ordem e o Matrimónio? Que todos eles aumentam a graça e que é grande crime e sacrilégio receber mais de uma vez o Baptismo, a Confirmação e a Ordem?

Todos responderam:

*Assim o cremos e confessamos.*

12. Também aprovais e aceitais o ritual e os costumes da Igreja Católica Romana na realização e administração destes Sacramentos?

Responderam os Rev.<sup>mos</sup> Senhores Bispos:

*Aprovamos e aceitamos.*

13. Além disso, abraçais e aceitais uma por uma todas as verdades que acerca do pecado original e sua justificação foram definidas e declaradas pelo Sagrado Concílio Ecuménico de Trento?

Responderam:

*Aprovamos e aceitamos.*

14. Além disso, confessais que na Missa se oferece a Deus o sacrifício verdadeiro, e propiciatório pelos vivos e pelos mortos, e que no Santíssimo Sacramento da Eucaristia se encontra verdadeira, real, e substancialmente o Corpo e Sangue juntamente com a Alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo? Que a substância do pão se converte totalmente no Corpo e a substância do vinho se converte completamente no Sangue — mudança que a Igreja Católica chama Transubstanciação?

Responderam:

*Assim o cremos e confessamos.*

15. Confessais também que, sob cada espécie e em cada uma das partes dessa mesma espécie, se comunga todo e inteiro a Cristo, e se recebe um verdadeiro Sacramento?

Responderam:

*Assim o cremos e confessamos.*

16. Também vos lembrais constantemente que existe o purgatório e que as almas que lá permanecem, são aliviadas pelos sufrágios dos fiéis?

Responderam:

*Firmemente o acreditamos.*

17. Igualmente confessais que os Santos, que reinam no Céu juntamente com Cristo, devem ser venerados e invocados, e que por nós eles intercedem a Deus? E que os seus próprios corpos e as suas relíquias devem ser tidas em grande respeito e veneração?

Responderam:

*Assim o cremos e confessamos.*

18. Além disso, sustentais que para sempre as imagens de Cristo e de Sua Mãe a Virgem Maria e as de todos os demais Santos devem

ser conservadas e salvaguardadas, e que a essas imagens se lhes deve prestar devido culto e veneração?

Responderam: *Assim o cremos e confessamos.*

19. Afirmais ainda, que o poder das indulgências foi confiado à Igreja por Cristo Senhor, e que o seu uso habitual é muito útil e sobremodo salutar para o povo cristão?

Responderam: *Nós o afirmamos.*

20. Também aceitais e abraçais os sacramentais, as tradições, apostólicas e eclesiásticas, as demais observâncias e leis da Santa Igreja Romana?

Responderam:

*Sim, aceitamos e abraçamos essa doutrina.*

21. Também aceitais a Sagrada Escritura segundo o sentido exegético, que sempre teve e tem a Igreja-Mãe benfeitora à qual compete julgar acerca da verdadeira exegese e interpretação das Sagradas Escrituras?

Responderam: *Aceitamos.*

22. Além disso, proclamais que a Santa Igreja Católica e Apostólica Romana é Mãe e Mestra de todas as Igrejas? Prometeis fidelidade e obediência ao Romano Pontífice, sucessor de S. Pedro, Príncipe dos Apóstolos e Vigário de Jesus Cristo?

Responderam: *Sim, proclamamos e prometemos.*

23. Também aceitais tudo o que está contido no Código do Direito Canónico, os Concílios Ecuménicos legitimamente e especialmente convocados, e tudo aquilo que foi estatuído, definido e proclamado pelo Sagrado Concílio de Trento? Condenais também e anatematizais tudo o que for contrário (ao Concílio) e as heresias condenadas pela Igreja, e de modo especial, tudo o que foi condenado e anatematizado no mesmo Concílio de Trento?

Responderam: *Aceitamos. Mais ainda: Rejeitamos e abominamos o contrário e todas as heresias.*

Assim os próprios Rev.<sup>mos</sup> Senhores Bispos tudo subscreveram.

24. Em seguida, o Bispo do Porto, no mesmo tom, interrogou ao Rev.<sup>mo</sup> Arcebispo que respondendo singularmente, proclamou claramente fazer profissão da mesma Fé.

25. No final desta Sessão, foram lidos e publicados alguns avisos. Com estes se significava deviam realizar-se reuniões no paço Arcebispal, na sala pelo vulgo denominada Sala da Rosa, lugar a que teriam livre acesso todos aqueles que quisessem tratar de assuntos oficiais da Província Eclesiástica ou de questões de foro privado. Todos aí deviam benignamente ser acolhidos pelos Padres. Então houve um discurso feito pelo Rev.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo. Fez-se oração deprecativa e, após a bênção solene do Rev.<sup>mo</sup> Arcebispo, encerrou-se a Sessão.

## NOVA CONVOCATÓRIA

27. D. Frei Bartolomeu dos Mártires, pela graça de Deus e da Sé Apostólica, Arcebispo e Senhor de Braga, Metropolita da Província

Bracarense e Primaz das Espanhas: aos Rev.<sup>mos</sup> Senhores D. Rodrigo Pinheiro, Bispo do Porto, D. João Soares, Bispo de Coimbra e Conde de Arganil, D. António Pinheiro, Bispo de Miranda, Bispos Comprovinciais, a cada um dos que virem estas cartas, saúda n'Aquele que é a verdadeira Salvação.

O Sagrado Concílio Provincial foi convocado para esta cidade pelo Rev.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo de Braga, Metropolita e Primaz. Assim, pois, todos os Bispos Comprovinciais foram para a celebração do referido Concílio. Na presença daqueles que puderam comparecer no dia aprazado, foi aberto o mesmo Concílio e realizou-se a sua primeira Sessão, apesar de não terem ainda comparecido no plenário os restantes Bispos e também a maior parte dos procuradores dos Cabidos das Igrejas Catedrais não estarem presentes — não obstante as cartas do Rev.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo Metropolitano e Primaz lhes haverem sido entregues e eles terem sido convidados, advertidos e insistentemente solicitados.

Enquanto se aguardava a chegada dos restantes Bispos Comprovinciais e dos procuradores ausentes, para maior solenidade, discutiram-se algumas questões necessárias para depois tratar assuntos que viriam no seu encadeamento.

Já então estavam reunidos todos aqueles sobre cuja chegada existia maior probabilidade. Então o Sagrado Concílio, a propósito do estabelecimento da disciplina eclesiástica desta Província, do refrear dos excessos, da conciliação dos desavindos, da erradicação dos desmandos, começa a estabelecer e a sancionar tudo quanto parecia ser conforme à Glória de Deus, Ótimo e Máximo, à salvação das almas. A todos e a cada um desta Província, tanto abades, comendatários, reitores e demais personagens eclesiásticos, seculares e regulares, como leigos que se distinguem por toda e qualquer dignidade, damos a saber que se algo têm a relatar ao Concílio, o relatem, e, com toda a liberdade, o exponham.

Por meio deste edital, que vai ser afixado nas portas de cada uma das Sés Catedrais desta Província Eclesiástica, avisamos ainda a cada um e a cada um pedimos, com todo o empenho, que, por si ou pelos seus procuradores, se algo existir que julguem poder interessar-lhes em particular ou à comunidade em geral, não deixem de o trazer ao conhecimento dos Padres Conciliares.

O Sagrado Concílio, com o auxílio da graça de Deus, envidará esforços no sentido de que a cada um se faça justiça na íntegra.

Porém, acerca da afixação deste édito, queremos que faça fé o notário que se afixou, e que, do acto de o afixar, apresente também, pelo menos, duas testemunhas.

*Carta dada em Braga, no dia 6 de Outubro de 1566.*

## AVISO

28. Repetiu-se e fez-se segunda Convocatória antes da segunda Sessão, em que o Bispo de Miranda fez solene Profissão de Fé dogmática, depois de o Rev.<sup>mo</sup> Senhor Arcebispo o interrogar na presença dos outros Bispos da *Província Eclesiástica Bracarense*. Pareceu, porém, ao Santo

Concílio que, neste passo, não deveria interromper-se a ordem dos decretos, antes que se chegasse ao início da segunda Sessão.

## DECRETOS LIDOS ANTES DA SEGUNDA SESSÃO NO PRINCÍPIO DELA

29. A cada um dos presentes, mediante os editais deste Concílio, há muito se deu informação, de acordo com o que estabelecem os sagrados cânones e os mesmos recomendam. Pelo presente decreto que deve ser integrado nas actas conciliares, de novo este Santo Concílio anuncia que todos aqueles que a propósito dos negócios pertinentes a este Concílio tiverem queixas contra quaisquer pessoas eclesiásticas desta Província eclesiástica apesar de estarem investidos de autoridade ordinária, o façam livremente, se assim o quiserem.

O Santo Concílio, com a maior piedade que puder e, quanto possível, dentro da observância das práticas jurídicas, dirimirá controvérsias e também satisfará a queixas e a agravos. Se até ao presente se mostrou propenso a realizar tudo, igualmente agora está disposto ao mesmo.

Tendo prosseguido sob a autoridade das leis canónicas, o Sagrado Concílio Provincial de Braga resolveu que se devem ler, no início desta Sessão, aqueles capítulos que acerca da celebração e da importância dos Concílios Provinciais foram promulgados, a fim de que, de harmonia com o seu conteúdo, se estabeleça, por graça de Deus, a disciplina eclesiástica, conforme as suas forças e suas possibilidades. Isto está de acordo com o que se contém nas Cartas Decretais, nos Decretos e livros que seguem, a saber: O capítulo acerca da Resignação, como se fazia antigamente: o capítulo demasiado grave sobre os Benefícios Eclesiásticos e o cânone 18, pois do Sétimo Sínodo se trata<sup>1</sup>. (Fez-se a leitura desses decretos).

30. Aos demais decretos do mesmo Concílio Ecuménico, que devem ser executados pelos Ordinários ou que devem ser regulamentados nos Concílios Provinciais de acordo com a decisão do mesmo Concílio de Trento, cabia com a maior diligência que fosse possível dar-lhe cumprimento nas assembleias particulares dos meses anteriores. (Fez-se a leitura do Decreto).

31. Igualmente segundo o capítulo 2.º, da 24.ª Sessão, do Concílio Ecuménico de Trento se definiu o uso e a vantagem dos Concílios Provinciais e as práticas a que os mesmos devem obedecer e que neste capítulo foram prescritos. Apraz ao Santo Concílio Bracarense que se leia esse capítulo<sup>2</sup>.

32. O que de novo se há-de publicar nos Concílios Provinciais, a seu tempo será divulgado. Julgou-se dar início a esta segunda Sessão

<sup>1</sup> Pois está em discussão o cânone 18 do Sétimo Sínodo.

<sup>2</sup> *Capítulo* é sinónimo de *decreto* ou *cânone* — em nossa opinião. Mantemos, porém, o vocábulo do texto latino — ainda a despeito de, sob o ponto de vista canónico, não ser canónico.

começando pela forma de instrução do processo a pôr em prática na eleição de Clérigos para o governo das Igrejas Catedrais, porque, em suma, desta única coisa depende o fundamento da boa disciplina eclesiástica.

## SEGUNDA SESSÃO

33. A segunda Sessão do *Quarto Concílio de Braga* foi realizado na Sé, no Templo mais importante desta cidade, consagrada à Assunção da Virgem Maria, Mãe de Deus. *Domingo da Paixão*, dia 16 de Março. Ano segundo do Pontificado do Papa S. Pio V. Ano décimo do reinado do muito poderoso e piedoso rei D. Sebastião, primeiro deste nome, sob a presidência do II.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> em Cristo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo e Senhor de Braga, Metropolita desta Província Bracarense e Primaz das Espanhas, com a assistência dos em Cristo Rev.<sup>mos</sup> Padres Rodrigo Pinheiro, do Porto, João Soares, de Coimbra e Conde de Arganil, António Pinheiro, de Miranda, Bispos Comprovinciais. Também com a presença do Deão e do Cabido da mesma Santa Igreja Metropolitana, e a do Procurador do Rev.<sup>mo</sup> Bispo de Viseu, o Bispo Provincial D. Gonçalo Pinheiro. Presentes também procuradores dos Cabidos das Igrejas Catedrais do Porto e Miranda. Assistiu e esteve reunido o Reverendo e religioso Clero. Ainda magistrados e numerosos cidadãos da mesma cidade. *No Ano de 1567 do Nascimento de Cristo.*

## DA FORMA DO PROCESSO EM PROVER AS IGREJAS CATEDRAIS

(Conc. Trid., Sessão 14, Cap. 1)

### CAP.º 1

34. Do modo<sup>1</sup> de fazer o inquérito acerca da vida, idade, cultura, e demais qualidades indispensáveis, de que devem ser dotados aqueles que são escolhidos para administrar as Igrejas maiores, segundo o testemunho grave e idóneo dos homens bons, não pode em toda a parte exhibir-se um critério uniforme de acordo com a variedade dos povos e costumes. Por isso com toda a prudência, o Concílio Ecuménico de Trento decidiu que, no Concílio Provincial dos Bispos, se estabelecesse uma fórmula própria conforme a situação de cada Província e que se prescrevesse uma fórmula<sup>2</sup> que deve ser aprovada segundo o parecer do nosso Santíssimo Senhor e Romano Pontífice.

Seguindo a orientação do Concílio de Trento, este Sínodo Provincial Bracarense indicou a fórmula que mais oportuna e vantajosa é para os costumes desta Província Bracarense.

<sup>1</sup> Ou: acerca da metodologia ou processologia...

<sup>2</sup> Ou: esquema...

Julgou útil que já, no início das suas sessões, se devia expor tal fórmula, a fim de que o mais breve possível, da mesma se desse conhecimento ao mesmo Nosso Senhor o Papa. — Depois da sua suprema aprovação se se dignar fazê-lo — quanto à escolha de clérigos, para as Catedrais ou para as Igrejas maiores desta província observar-se-á tal norma e disciplina.

## A QUEM COMPETE FAZER O INQUÉRITO DE IDADE E DOS COSTUMES DO CLÉRIGO ELEGÍVEL

(Conc. Trid., Sessão 2, Cap. 2)

### CAP.º 2

35. Quanto ao inquérito acerca do nascimento, da idade, dos costumes e da vida, e das restantes qualidades exigidas aos que presidem ao governo das Igrejas Catedrais e Igrejas Matrizes, é de parecer o Santo Concílio que esse deve ser feito na diocese em que constar que viveram mais tempo os candidatos.

Se, porém, o inquiridor por quem essa instrução tiver de ser feita, por parentesco ou por alguma outra razão legítima, dessa incumbência não pudesse haver-se à altura, com aquela lealdade e inteireza que são seu ornamento, orientará esse inquérito o Ordinário mais próximo.

Se na data em que o Ordinário deve conduzir o seu inquérito sobre o clérigo que há-de ser escolhido para administrar a Igreja Catedral, for caso que a Diocese esteja sem Bispo, este Santo Concílio julga que este inquérito não deve ser conduzido pelos ministros escolhidos pelo Cabido com *Sede vacante*; antes será feito por um dos Ordinários da vizinhança. Estes façam o inquérito por si, e não confiem tal investigação aos seus Vigários ou a outras quaisquer personalidades, ainda que de reconhecida probidade de carácter.

## DE QUE COISAS DEVEM PRINCIPALMENTE SER INTERROGADAS AS TESTEMUNHAS

### CAP.º 3

36. Para que se estabeleça uma norma mais rigorosa para fazer o inquérito, julga este Santo Concílio que, além de outras disposições passíveis de pena canónica e exigidas pelos Decretos do Sagrado Concílio de Trento, é oportuno que os Ordinários interroguem as testemunhas com grande minudência, sobre a matéria destes capítulos que imediatamente se seguem.

37. Investigue-se se este, de cuja promoção para a vacatura da Sé se está tratando, nasceu de pais unidos por parentesco consanguíneo e se os avós mais próximos eram cristãos; se algum labéu de perfídia em qualquer altura pendeu sobre eles, ou ainda, se estão tocados de qualquer heresia conhecida ou de alguma outra mancha de fundamentada infâmia, pela

qual, de acordo com as penas canónicas, não possa ser escolhido para governar a *Sé vaga*, ou não o deva ser ao menos por delictos públicos.

38. Indague-se de qual a sua sobriedade e moderação no decurso da sua vida já passada, de que prudência, solicitude, firmeza e perseverança deu provas na gestão de negócios (se é que de alguns tratou). Indique-se se serão cristãos ou judaizantes.

39. Porém, se nunca<sup>1</sup> tratou de negócios públicos ou particulares, ainda assim, procure saber-se que conceito se pode fazer acerca das esperanças a depositar no seu talento, na sua linguagem e na sua ciência a respeito da utilidade e prática de valores superiores.

40. Se curou Igrejas paroquiais de segunda ordem, indague-se ao menos, se curou uma ou várias freguesias. Se, porém, paroquiou várias, saiba-se sob que privilégio ou dispensa, ou se por vínculo de união feita por toda a vida.

Do mesmo modo, em que circunstâncias entrou na posse de direitos sobre elas, e sob que condições, encargos ou reservas o clérigo as renunciou.

Indague-se que diligência, solicitude e vida honesta levou enquanto esteve na posse dessa Igreja, e como apascentou as ovelhas confiadas a seu cuidado. Indague-se com que generosidade usou com os paroquianos pobres para lhes mitigar a sua pobreza. Finalmente, há-de saber-se com que entusiasmo, e magnanimidade *aformorseou* a sua Igreja, e se tal fez espontaneamente ou, se por penas impostas pelos Visitadores.

41. Depois, há-de inquirir-se que vigor ele põe no ensino e na instrução do povo, e em apaziguar aqueles que se lhe opõem.

42. Enfim, se é um varão apumado, casto, bom administrador da sua casa, e isento de ira, leviandade, fausto, ambição e dos demais defeitos, de que S. Paulo quer que os Bispos estejam isentos de tal maneira que nada nele se encontre que, ou possa ofender os outros, ou deva ser nele objecto de censura.

43. Porém, se anteriormente, obteve numa Igreja Catedral alguma dignidade ou o canonicato, indague-se com que assiduidade assistiu aos officios divinos, quão frequentemente tomou parte em solenidades religiosas e celebrou a missa.

Há-de indagar-se com que zelo aumentou o culto divino, fomentou a piedade das cerimónias religiosas e as demais práticas que dizem respeito ao prestígio da Ordem Eclesiástica. Com que espontaneidade e circumspecção expôs as suas opiniões nas reuniões do Cabido e com que deferência e escrúpulo venerou a seu prelado.

Porém, se tiver de ser proposto (um clérigo) de algum Instituto de Ordem regular, quando a condição da vida regular o permitir, acerca dele far-se-ão as mesmas perguntas.

44. Interrogar-se-ão de que espécie de prudência ele deu provas na administração dos negócios da Ordem e na formação dos costumes dos

---

<sup>1</sup> Implicitamente pergunta-se se, acaso, se trata de *cristãos novos*. O actual Arcebispo de Paris é um judeu convertido ao cristianismo.

seus subordinados. Procurar-se-á ainda saber que exemplo da observância regular ele deu.

45. Entretanto, depois de as testemunhas (terem feito) juramento sob sigilo, serão interrogadas sobre cada um dos artigos. Se afirmarem algo saberem (acerca do clérigo elegível), serão obrigadas a fazer um relatório, que o notário juntamente com a testemunha assinarão.

## ACERCA DA IDADE EM QUE DEVE SER ELEITO O BISPO (Conc. Trid., Sessão 22, Cap. 2)

### CAP.º 4

46. Ainda que este Concílio não ignore que segundo o direito canónico se requer para ascender ao episcopado a idade de trinta anos, todavia julga que muito aproveita à dignidade de uma Igreja Catedral que aquele que houver de ser escolhido para o seu governo, tenha mais anos do que prevê a lei, ou que ao menos, nos costumes seja um adulto. Em lugar de cãs, possua piedade e uma vida imaculada desde há muitos anos. E seja varão robusto, esforçado, e saudável, e ainda a despeito do depauperamento natural que se vai acentuando com a idade, esteja à altura de exercer seu múnus nas visitas pastorais da diocese e de suportar os demais trabalhos da sua solicitude pastoral.

### Acerca das Sés Catedrais

Que forma de exame parece dever ser posta em prática para indagar da ciência do clérigo que há-de ser eleito para reger a Igreja Catedral.  
(Conc. Trid., Sessão 22, Cap. 2)

### CAP.º 5

47. De harmonia com o decreto do Sagrado Concílio de Trento, convém que aqueles que hão-de ser eleitos para o governo duma Igreja Catedral, sejam pessoas idóneas pelo seu muito saber e de tal maneira que possam dar cumprimento às exigências do múnus em que vão ser investidos.

Claramente consta que, em conformidade com as palavras de S. Paulo, a principal função dos Bispos está em exortar e instruir ao povo e em refutar os adversários da fé autêntica.

Disto se conclui que aqueles, que devem ser propostos para o governo das Igrejas Catedrais ou das Igrejas Maiores, ainda quando podem ter possuído grau de Teologia para o mestrado ou o doutoramento, ou grau de simples licenciatura, ou ainda quando tenham obtido grau de Direito Canónico, em princípio não devem ser tidos à conta de pessoas idóneas. Apenas o devem ser, se constar que possuem força e aptidões para educar o povo na verdadeira doutrina e para combater sábia e prudentemente aqueles que se opuserem à sã doutrina.

Pelo que, se for teólogo, inquirir-se-á se exerceu as suas sagradas funções, e por quanto tempo. Em contrapartida, se for um perito em Direito Canónico (indagar-se-á das) capacidades que possui para mover ao amor de Deus, mediante exemplos da Sagrada Escritura, as ovelhas a si confiadas. Mas de tal maneira que baste tanto ao teólogo como ao professor de Direito Canónico serem professores (sem graus) numa e noutra arte e disso se possa concluir que possui aptidões para exercer o seu múnus.

48. No entanto, segundo o decreto do Concílio de Trento, convém seja Mestre, Doutor ou Licenciado em Teologia ou Direito Canónico aquele que deve presidir aos destinos duma Igreja Catedral.

(Conc. Trid., Sessão 22, Cap. 2).

Este Santo Concílio adverte que aquele que for fazer a instrução do processo, exija que aquele que deve ser promovido à Igreja Catedral, mostre os diplomas comprovativos dos graus recebidos. Examinará minuciosamente o conteúdo de tais diplomas e se obteve tais graus numa Universidade aprovada (pela Igreja) conforme aos seus estatutos.

## DO EXAME DAQUELES QUE NÃO TIVEREM GRAUS ACADÉMICOS PRESCRITOS PELO CONCÍLIO DE TRENTO

### CAP.º 6

49. Porém, consoante o mesmo decreto, podem igualmente ser nomeadas para a gestão das Igrejas Catedrais pessoas que não possuam os mencionados graus académicos, contanto que sejam apresentadas como idóneas para ensinar por um testemunho suficiente duma Universidade aprovada.

Se essa testemunha carecer daquela serenidade e dignidade, exigidas pelo prestígio do mister que vai ser executado, não se concederá por sufrágio ao Bispável a aprovação de nenhuma Academia, ainda a despeito de aprovada, a menos que venha a ser observada esta fórmula de que de seguida se darão explicações.

50. Em primeiro lugar, se este (clérigo), de cuja aprovação (para o governo de uma Diocese) se trata, em provas públicas, der a medida do seu talento e da sua erudição e receber o grau de bacharel exigido na Faculdade de Teologia ou na de Cânones, de boamente poderá aceitar-se a aprovação desta Academia; ademais, se a isso acrescer, em vez de exame final, qualquer prelecção pública, donde ele logrou extrair algumas teses, que defenderá perante professores de Teologia e de Direito Canónico, que se refutem.

51. Mas, se a Universidade, publicamente, a alguém concedeu essa aprovação, porque nessa Universidade fez estudos durante muito tempo e até talvez com louvor, se não obteve nenhum grau académico, julga este Santo Concílio que se lhe não deve conceder tal aprovação. Terá primeiro de dar duas lições sobre teses teológicas, uma sobre Sagrada

Escritura e a outra sobre duas questões (teológicas). Serão arguentes contra<sup>1</sup> as suas teses, os mestres, os licenciados ou até os bacharéis da mesma Faculdade. Feitas as duas preleções e havidas as arguências, o Reitor que presidir aos actos, com o recurso ao sagrado juramento, perguntará ao mestre e aos licenciados, que assistiram ao decorrer das provas, se o candidato, de quem se trata, possui a ciência indispensável ao desempenho do seu múnus (pastoral). Se a maior parte dos arguentes for de opinião que o proposto (para Bispo) é realmente versado em tal ciência, o Reitor ordenará que lhe seja passado o diploma que testifique que ele tem os conhecimentos indispensáveis ao bom desempenho do seu múnus episcopal.

52. Mas, se o (clérigo) que vai ser eleito para o governo duma Igreja Catedral for versado em Direito Canónico, propor-se-lhe-ão dois artigos tirados à sorte para serem explicados: um das Decretais, outro, porém, do Livro dos Decretos (do Código de Direito Canónico). Até ao fim de cada uma das leituras ele coligirá algumas teses de cuja defesa se incumbirá na disputa contra os doutores e licenciados, que o refutam ou até contra os bacharéis da mesma Faculdade. No final das suas lições e respectivas arguições, o Reitor pedirá a opinião dos mesmos Doutores e Licenciados. E fá-lo-á sob juramento. Se a maior parte dos arguentes for de opinião que o candidato domina bem a ciência indispensável ao múnus episcopal, por ordem do Reitor, conceder-se-lhe-á o diploma que atestará possuir os conhecimentos suficientes.

53. Se alguma vez for caso que aquele que à Universidade reconhecida e aprovada requer aprovação, nunca tal Universidade haja frequentado (ainda quando seja conhecido de outra parte pelos professores dessa Universidade), convém que o Reitor o interrogue sobre o plano dos seus estudos. Indagará seguramente o Reitor onde ele fez os estudos, que professores teve e que faculdade cursou. Procurará saber quanto tempo estudou Teologia ou Direito Canónico, que provas exibiu da sua cultura e erudição e quem as confirma. Mandar-lhe-á que apresente as provas de tudo isso ou mediante documentos oficiais ou o testemunho de particulares.

54. Finalmente, dentro daquele mesmo esquema, a que já antes se aludiu, marquem-se-lhe três lições com outras tantas discussões, se acaso for teólogo. Uma das lições versará questões teológicas; a segunda, questões do Novo Testamento. Finalmente, a terceira, questões do Antigo Testamento.

Juntará (algumas) teses para defender, no final de cada uma das lições.

Porém, se, na opinião daqueles que contra eles arguiram, como atrás se disse, for considerado pessoa idónea para ensinar a doutrina ao povo, como antes foi dito, disso se dará conhecimento mediante a aprovação oficial da referida Universidade.

55. Se, por outro lado, declarar ser ele versado em Direito Canónico, para além das leituras anteriormente expostas, aceitará uma disputa. Esta constará de várias teses extraídas de diversos passos do (código) de Direito Canónico.

---

<sup>1</sup> Ou: arguentes das suas teses...

Se durante a defesa das teses, satisfizer (aos interrogatórios) dos professores da mesma Faculdade e, mercê ainda (do mérito) das prelecções anteriores, for julgado idóneo, conceder-se-lhe-á a aprovação nos termos em que já se falou relativamente aos outros casos.

Mas, se aquele que daqui em diante pedir a uma Universidade reconhecida oficialmente, a aprovação, não conseguir, na verdade, obter algum grau em qualquer Faculdade, nem frequentar aquela onde pediu aprovação, mas, mercê da prática continuada do Magistério Teológico, pela sua reputação não só alcançar a aprovação pública da sua sólida e robusta erudição posta ao serviço da religião católica, mas também for reconhecido idóneo devido ao sufrágio de quase todos os homens bons, julga este Santo Concílio que não deve sujeitar-se mais a nenhum exame, antes o Reitor da Universidade o há-de mandar para uma ou outra Faculdade pública. Ouvida esta, o Reitor e os professores da Faculdade de Teologia discutirão com ele alguns passos mais escolhidos da Sagrada Escritura e da Suma Teológica. Todavia, passar-lhe-ão o diploma que testifique, num plano superior, as teses em que a sua erudição e a ciência indispensável à ensinaça do Povo na doutrina, foram patenteadas e reconhecidas.

Mas, se acaso se tratou da escolha dum clérigo regular para o governo duma Igreja Catedral, para avaliar dos seus conhecimentos e ciência, requerer-se-á a aprovação em exame, de acordo com o mesmo decreto. Iguualmente se (procurará) investigar onde e com quem esteve reunido para prestar provas públicas do seu saber e isto para que se reconheça com que prudência e, com que exemplo de vida se houve à altura do seu cargo. No entanto, este Concílio exorta os superiores de qualquer Ordem Regular que, com a maior isenção e escrúpulo, concedam testemunho de suficiente cultura literária, e que, esforçadamente, considerem a enorme responsabilidade que o Sagrado Concílio de Trento sobre eles impõe. No entanto, ao passo que dos sacerdotes seculares exigiu tantas provas dos seus conhecimentos, com os padres regulares contentou-se apenas com a aprovação dos seus superiores. Por essa razão esforçar-se-ão em esclarecer nesse diploma em que testemunharem possuir o sacerdote a ciência suficiente para governar a Sé sem Bispos, durante quanto tempo o sacerdote regular Bispável estudou Teologia, quantos anos participou em actos académicos públicos, ou com que grau é laureado, se, porventura, ele possui grau académico, ainda que ao clero regular não se exija necessariamente nenhum grau. Porém, quanto ao resto, a saber: da idade, do nascimento, e de outras qualidades exigidas pelo Direito Canónico e estabelecidas pelo Sagrado Concílio de Trento, faz-se o inquérito.

Organize-se o processo com o mesmo número de testemunhas, e por idênticas razões, tanto dos Padres regulares, como dos seculares.

O Ordinário que presidir à organização do inquérito e do processo, terá consigo um notário, um provisor ou um substituto, ou outro sacerdote secular, ou até regular, de reconhecida inteireza de carácter e cultura, e maduro de idade. O Ordinário primeiro receberá o juramento do sigilo a observar.

Como testemunhas, interrogar-se-ão nunca menos de trinta, e, quanto

possível, os indivíduos experimentados e mais dignos de crédito, tanto membros do clero secular como do regular. Serão pessoas que possuam o conhecimento daqueles assuntos sobre os quais serão interrogados. Esses examinadores depois de fazerem o seu depoimento, também sob juramento, serão obrigados ao sigilo — pelo menos naquilo em que se deve guardar. Serão citados todos estes padres pelo Ordinário que conduzir, no desempenho da espinhosa missão, o inquérito e organizar o processo. Nunca se aceitará a colaboração de quem quer que seja designado de candidato a Bispo.

INSTRUÍDO O PROCESSO, o Ordinário tratará de o mandar escrever em pública forma com inteira aprovação. Com a profissão de Fé, cuidará lealmente de, por intermédio de um idóneo e leal legado, o enviar ao Santíssimo e Romano Pontífice Nosso Senhor. Este, em face dos informes sobre o assunto e a pessoa, pessoalmente decidirá se deve pô-lo à frente da Sé vacante.

## EXORTAÇÃO DO SÍNODO AO SERENÍSSIMO REI D. SEBASTIÃO, NOSSO SENHOR

Este Santo Concílio verdadeiramente confia que o Sereníssimo Rei D. Sebastião, Nosso Senhor, assaz zeloso na preservação da disciplina cristã, nesta conjuntura de tamanha gravidade, e da qual sobremaneira depende a pureza e integridade da mesma disciplina cristã, nada terá em maior apreço que a glória de Deus, o bem das almas, o prestígio e a dignidade da Igreja. Na verdade, em assunto de tanta importância, nenhuma advertência, principalmente saída deste Concílio, religioso e piedoso, pode parecer supérflua. Exorta pois, este Santo Concílio e, pelas chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo o implora, ao nosso piedosíssimo Rei que, todas as vezes que se propuser e eger bispo para o governo das igrejas Catedrais, tenha gravado na sua mente os ditames da Sagrada Escritura quanto às qualidades dos Pastores que devem ser eleitos, principalmente e antes do mais, aquele Santíssimo decreto (*Concil. Trid., Sessão 25, Cap. 1*) do Concílio de Trento. Este assevera que participam dos pecados alheios e gravissimamente pecam todos aqueles que não cuidarem, com o maior zelo e diligência, de colocar à frente das Igrejas apenas aqueles que julgarem mais idóneos e mais úteis para governarem essas Igrejas. Devem ser eleitos não por pedidos ou amizades, ou ainda por sugestões dos interesses locais, antes pelos méritos que se lhes exigem.

## DA AUSTRIDADE DOS MÓVEIS DO BISPO

### CAP.º 7

Fica bem que os costumes de todos os prelados sejam tais que a vida dos outros homens seja condimentada com o exemplo deles como se sal fosse. Todavia, no desejo de que cada um dos actos já oficiais,

já do foro particular de todos os Bispos desta Província Eclesiástica seja pautado pelos ditames e pela orientação do Evangelho e, sobretudo pelos decretos do Sagrado Concílio de Trento, este Santo Concílio ordena que todos os Prelados desta Província Bracarense se contentem com a austeridade, ou antes: com a parcimónia da mobília dos leitos, das cadeiras, das tapeçarias, que ornamentam as paredes dos aposentos, e das louças — e de tal sorte que todo o serviço doméstico mais aparente sobriedade com uso conveniente que volúpia vaidosa dos olhos. Em vez de requintada elegância tenha-se em conta a matéria das alfaias e móveis, e não das mãos que as fabricam.

Se o próximo Sínodo Provincial chegar à conclusão de que há abusos contra esta disciplina ele, mediante decretos mais austeros e leis sobre gastos supérfluos, afastará os clérigos do fausto e prazeres, para a sobriedade e moderação. Também os reprimirá com multas em dinheiro que reverterão em favor e proveito dos pobres.

## SIMPLICIDADE E SOBRIEDADE DA MESA DO BISPO

### CAP.º 8

O Santo Concílio desta província Bracarense ordena que os seus Prelados se sujeitem à sobriedade dos alimentos e que se abstenham de muitos e variados pratos e iguarias. Não invoquem o pretexto de receber quaisquer hóspedes ilustres, que devem não apenas ser recebidos com cordialidade, mas até ser convidados pelos Bispos. Julga este Santo Concílio que a frugalidade da mesa do Bispo convém ser tal que os próprios hóspedes entendam que o Bispo de alma e coração repele o fausto, o prazer, o esplendor e todo o vão aparato. O motivo é que os rendimentos dos bispados podem mais ser aplicados na penúria dos pobres do que ser malbaratados em banquetes e gozo de ricos.

Tratem os Bispos de, à sua mesa, se fazer sempre a leitura de algum autor sagrado ou piedoso. Nunca se intercale uma leitura fútil ou profana, antes uma discussão, por vezes piedosa e modesta, ou ao menos, uma conversa circunspecta e séria de maneira que os convivas não participem menos do pascigo da alma que do corpo.

## CASA CIVIL DOS BISPOS: OS EMPREGADOS

### CAP.º 9

Ordena este Santo Concílio a cada um dos Prelados desta Província que não se rodeiem publicamente dum sem-número de empregados, criados e pessoal doméstico. Antes aceitem com grande prazer apenas aqueles que julguem indispensáveis à prática dos serviços caseiros. Igualmente procurem que todos os seus empregados sejam pessoas de bons costumes. Os fâmulos acompanhantes sejam somente aqueles que esperam ser ini-

ciados nas Ordens Sacras, e instruídos nas Humanidades. Para mais facilmente alcançarem este objectivo, no seu palácio, terão como prefeito<sup>1</sup> um sacerdote. Este será tido em grande apreço, pela sua integridade de carácter e pelo seu acrisolado zelo. O Bispo sujeitará cada um dos seus fâmulos não apenas a um plano de estudos, mas também lhe dará aulas no seu Palácio, sempre que não existirem escolas públicas no local onde exercita o seu múnus.

Tenham os Bispos um prefeito do Paço que, ao declinar o dia e ao principiar a noite, mande fechar as portas públicas do Paço, e que também tome conta do pessoal doméstico que se encontra fora do Paço. Assim, o porteiro, por ordem expressa do prefeito, não os deixará entrar. Se previamente advertidos pelo prefeito, em seguida regressarem ao Palácio mais tarde que o regulamento disciplinar da casa o permitir, dar-se-á parte ao Bispo que os avisará e punirá, ou até os tirará do quadro dos seus empregados.

Cuidem os Bispos de que cada um dos seus criados, de harmonia com o prescrito no estatuto disciplinar do Paço, ao menos em cada uma das festas da Natividade do Senhor, do Pentecostes, da Assunção da Virgem Maria e de todos os Santos, se abeirem do salutar tribunal da Penitência e se robustecem com a Sagrada comunhão do Corpo do Senhor. Mais ainda: terão em apreço a piedade e o comportamento daqueles que todos os meses frequentam estes Sacramentos.

Tomem os Bispos as providências necessárias, para que não somente nada do que diz respeito ao trajo e vestuário dos seus empregados, inclusivamente dos destinados aos misteres mais humildes, esteja isento das leis régias contra o luxo, mas também que eles em nada exibam elegância requintada e mundanismo ainda que, à face das leis régias, não exista proibição<sup>2</sup>.

É desejo deste Santo Concílio que o vestuário se circunscreva aos limites da modéstia cristã e jamais se manche com o labéu da futilidade ou da moda. Se, porém, alguns dos seus familiares se destinarem aos Sagrados misteres da Igreja — tarefas que quase todos devem exercer — é desejo ardente deste Santo Concílio usem eles vestes talares —, e de tal sorte que o seu teor de vida e disciplina estejam de acordo com a instituição clerical.

Os Bispos tenham consigo como esmoler ordinário um sacerdote de tão grande virtude que a ele possam comodamente recorrer (na distribuição) de algumas esmolos extraordinárias que muitas vezes importa sejam mais avultadas e do povo pouco conhecidas.

<sup>1</sup> Ou talvez: *ecónomo* — pensando no «ECONÓMICO», de Xenofonte.

<sup>2</sup> D. Sebastião promulgou uma lei contra o luxo no vestuário que abrangia nobres, clérigos e o povo miúdo.

## RESIDÊNCIA DOS BISPOS NAS SUAS DIOCESES E IGREJAS CATEDRAIS

### CAP.º 10 (*Conc. Trid., Sessão 23, cap. 1*)

O Sagrado Concílio de Trento cuidadosamente declarou com que extremos de zelo deveria cada um dos pastores dar assistência ao seu rebanho e velar por ele. Por isso nenhum Bispo desta Província decline algo dos seus cuidados, julgando que deu plena satisfação ao Cânone da residência pessoal, pelo facto de viver em pessoa no meio das suas ovelhas, estando de alma e coração absorto e ocupado com outros cuidados e preocupações. Este Santo Concílio considerou que, mediante o presente decreto, todos os Prelados desta Província devem ser admoestados de que se convençam que, verdadeiramente, só residem nas suas Igrejas, se se ocuparem no governo das mesmas com extremos de solicitude. O Bispo deve actuar com singular zelo, quase chamando as suas ovelhas pelo seu nome, e frequentemente por elas oferecer o sacrifício da missa. Dar-lhe-á o alimento espiritual, muitas vezes, pela pregação da palavra divina, de vez em quando, pela administração dos Sacramentos, amiúde pelo exemplo das boas obras. Os Bispos dispensarão os seus cuidados aos indigentes, aos enfermos, às viúvas e a todas as demais pessoas que vivam miseravelmente. Sem dificuldade facultem a entrada aos que se desejam reunir. Saibam como se administra a justiça nos seus tribunais aos que os demandam. Na medida do possível, visitem em pessoa as Igrejas da sua Diocese. Em suma, escrupulosamente cumpram as demais obrigações pastorais. Mesmo que convoquem os fiéis para outra parte, terão a sua Sede nas suas Igrejas Catedrais. A estas como suas esposas, como é seu múnus, devem assistir e, nelas residir. Não se hão-de afastar das suas dioceses a não ser para recobrar forças e descansar — e isso mesmo por poucos dias.

## DA ANÁLISE DOS MOTIVOS DA AUSÊNCIA DOS BISPOS DAS SUAS IGREJAS

### CAP.º 11 (*Conc. Trid., Sessão 23, cap. 1*)

No estudo dos motivos da ausência legal das Dioceses, o Metropolita e os outros Bispos, a quem por força do referido decreto do Concílio de Trento, cabe essa missão, usem dum critério demasiado austero. Este Santo Concílio estabeleceu que, antes de ser aprovada a razão da ausência temporária da Diocese, se conheça cuidadosamente, posto que brevemente, tal razão. Se assim parecer conveniente àquele que tem o direito de proceder ao estudo e à análise dessa razão, assegure-se se é justa e legítima, de modo que o Bispo, de consciência tranquila e com segurança, se possa ausentar da sua Diocese até ao tempo estabelecido segundo parecer aprovado. Embora a escusa seja pública, e digna de ponderação, todavia,

antes que seja considerada válida, comparar-se-á com os prejuízos que a Diocese virá a sofrer durante o tempo em que o pastor estiver ausente.

Procurar-se-á saber a que providências e remédios recorrerá aquele que pretende ausentar-se. Realmente devem constar das qualidades do substituto que deixou; que género de pessoa pôs à frente do governo do seu Bispado, e que regulamento de distribuição de esmolas estabeleceu. Por fim informe-se se com menores desvantagens para o governo do Bispado, não poderá adiar para outra altura tal ausência.

Porém, se, após se haverem pensado todos os prós e contras, se julgar justa a razão para se ausentar, conceder-se-lhe-á a licença só pelo tempo suficiente. O Concílio subscreverá essa autorização e apor-lhe-á o selo branco.

No entanto, o Concílio Provincial Bracarense, com severidade e judiciosamente, se debruçará sobre as autorizações concedidas aos Bispos para se ausentarem das suas Igrejas. Se, acaso, encontrar excessos na concessão de tais licenças, não somente as restringirá, senão que as revogará. Pelos poderes a si conferidos pelo Concílio Ecuménico de Trento, punirá com pena canónica os autores destas autorizações.

Para que ninguém abuse dos poderes a si conferidos pelo Concílio de Trento, deliberou este Santo Sínodo que, no próximo plenário dos Bispos sufragâneos, se faça uma devassa acerca daqueles Bispos que, por moto próprio se afastaram das suas Dioceses pelo espaço de dois ou três meses. E isto com o propósito de se saber se o fizeram por justa causa e tomaram as providências, para que as Igrejas em nada ficassem lesadas, se porventura sem necessidade se ausentaram por breve tempo que seja, das suas Igrejas na quadra do Advento, ou no tempo da Quaresma.

Neste caso, se o Sínodo Provincial chegar à conclusão de que isto foi realizado com excessiva negligência por alguém, esse será culpado e, inclusivamente, aplicar-se-lhe-á uma multa.

É de desejar que os Prelados desta Província, ao menos uma vez por mês, visitem as prisões do seu Bispado, e averiguem se criteriosamente se distribui justiça àqueles que estiverem a ferros e forem réus. Socorram nas suas necessidades aos presos pobres. Tomem até providências para que aos reclusos se ensine a palavra de Deus, aos domingos. E até nos dias de festa se isso se puder facilmente fazer. Porém, aos sacerdotes presos, exortem-nos a que comunguem pelo menos todos os meses — depois de previamente haverem procedido à Santa confissão dos seus pecados.

## ACERCA DO GOVERNO DAS DIOCESES: OS EMOLUMENTOS DO SELO NAS CHANCELARIAS DOS ORDINÁRIOS

### CAP.º 12

É opinião deste Santo Concílio que diz respeito à recta definição da disciplina pública, além do mais, o facto de que cada um dos Ordinários

desta Província, por direito próprio, pode perdoar até mesmo no foro externo, acções que poderiam ofender alguns.

Por isso, honestamente não ignora que, de direito, não se desaprovam os emolumentos da Chancelaria e o imposto do selo, e até se aprovam as receitas dos Bispos por costumes piedosos. Julgou-se que as multas, que até ao presente era costume pagarem-se nas Chancelarias desta Província, ou deviam ser completamente perdoadas ou reduzidas ao mínimo de dinheiro. Estabeleceu-se que se observasse o regulamento aprovado por este Concílio para cada Chancelaria. Não se acrescente mais nada do que aquilo que nisto está estabelecido. Entretanto, cada um dos Ordinários publicará para a sua Câmara Eclesiástica, no prazo de três meses, a tabela preconizada pelo Concílio.

O total proveniente das receitas, até agora arrecadadas, do imposto do Selo e da Câmara Eclesiástica aplicar-se-á, de harmonia com a boa fé do Ordinário desta Província, na fábrica das suas Igrejas Catedrais ou em outras Obras Pias. Mas por causa da aplicação dos proventos da Chancelaria, nada arrecadem da contribuição ordinária para os gastos da fábrica das suas igrejas, uma vez que para a fábrica alguns proventos se reservam por direito das mesmas igrejas.

O Concílio Provincial procurará saber se esses proventos tiveram aplicação diferente ou se algo da costumada distribuição de esmolas aos pobres, foi arrecadado. Nesse caso, aplicará uma multa que consistirá em dupla restituição.

Acerca do ordenado dos funcionários, que fazem o expediente da Chancelaria ou secretaria Episcopal, declara este Santo Concílio que nada foi alterado relativamente ao decreto anterior, nem proíbe que os prelados possam fazer gratuitamente, a quem lhes parecer conveniente, uma entrega de emolumentos que, de acordo com o regulamento da Câmara Eclesiástica, deveriam ser pagos.

*(continua)*



*Igrejas e Capelas de Mar*

## O MOSTEIRO DE SÃO SALVADOR DE PALME

J. C. Viana

### 1. — INTRODUÇÃO. RAIZES DO MONAQUISMO.

1.1 — Nascido do impulso dos cristãos, já a partir dos primórdios da Igreja, para uma vivência mais profunda e consentânea com o espírito evangélico, como reacção lógica a relaxamentos ou degenerescências, o *monaquismo* foi surgindo em generosa doação de muitos seguidores. A sua constância era tal que nem as próprias perseguições lhe conseguiam obstar, antes pelo contrário. Retirando-se para lugares desertos, aí se entregavam à oração, à meditação e à penitência, no silêncio e na solidão.

Não admira, pois, que das fontes mais puras fossem brotando as mais variadas modalidades de vida religiosa consagrada, sobretudo a partir do século IV: os *ascetas*, na prática de uma vida austera; os *eremitas*, no seu retiro, em contemplação mística e penitência; as *virgens consagradas*, com voto de castidade e vida mortificada; os *anacoretas*, nas ermidas de Tebaida, no Egipto, tendo Santo Antão como pai e modelo; os *cenobitas*, embrião da vida monástica comunitária, cujas honras de fundador vão para São Pacómio; todos eles suscitam a nossa admiração pela generosidade posta ao serviço de Deus e nos ensinam caminhos diversos de buscar a perfeição da vida cristã<sup>1</sup>.

1.2 — Inquirindo sobre os lugares onde aquele impulso se veio a concretizar, deparamos com os pioneiros da vida monástica em terras do Próximo e Médio Oriente, designadamente no Egipto e Capadócia. Mas logo também na Igreja do Ocidente, a partir do quarto século, ela surgiu e se foi desenvolvendo. *No Oriente*, graças a São Basílio que, empenhado no aperfeiçoamento do cenóbio, não deixava, entretanto, de procurar a intervenção dos seus monges em obras de caridade: hospícios, hospitais, colégios; *no Ocidente*, muito por iniciativa e obra de Santo Atanásio: habitando em Roma, promoveu ali e nas proximidades a construção de numerosos mosteiros que dirigia com grande piedade e zelo.

Ainda no século IV, nasceu e viveu em França aquele que viria a ser o grande *São Martinho de Tours*. Varão ilustre, desenvolveu actividade

notável em prol da evangelização, incremento da vida cristã e fundação de mosteiros. É célebre o de Ligugé<sup>2</sup>, próximo de Poitiers, por ele fundado. Em poucos anos eram já numerosos os monges. Após uma vida cheia de merecimentos, falecia no ano de 397. A sua fama espalhou-se por toda a parte.

Estava Martinho da Panónia (depois *São Martinho de Dume*), aí pelo ano 550, de visita e peregrinação ao túmulo do seu homónimo de Tours. Por coincidência, ali se encontra com emissários do Rei suevo Charrarico que tinham ido em demanda de relíquias do Santo, para implorar a cura dum filho do mesmo monarca. Este facto iria contribuir para se criarem condições favoráveis à *conversão dos Suevos*, cujo Reino tinha Braga por capital. O próprio Martinho foi o portador das relíquias. Veio e cá ficou. E, com a experiência que possuía do monaquismo oriental, dedicou-se ao apostolado e à vida religiosa, fundando em Dume um mosteiro que quis dirigir e dotar de uma regra.

Além de monge, foi bispo de Dume desde 556, e de Braga desde o falecimento do bispo Lucrécio. Era o reconhecimento das suas virtudes, ciência e notável acção.

Por influência e acção de São Martinho de Dume, os Suevos vieram a converter-se ao cristianismo, originando-se deste modo uma nova e importante fase da vida da Igreja na Península, como corolário duma actividade cheia de merecimentos.

Faleceu este santo bispo no ano de 579<sup>3</sup>.

Alguns anos mais tarde, outra personagem da vida monástica surgia como grande continuador desta obra: foi *São Frutuoso*. Fundador de mosteiros, entre os quais o de Montélios, próximo de Braga; igualmente bispo de Dume e da diocese bracarense (de 656 a 665), — da sua vida, virtudes e obra fala-nos São Valério, seu contemporâneo que viveu entre 623 e 695<sup>4</sup>. A igreja de Montélios, hoje importante monumento pela sua antiguidade, é o lugar da sepultura de São Frutuoso.

1.3 — A vida monástica iria, porém, sofrer profunda transformação com o aparecimento dum grande vulto da História do Cristianismo: *São Bento de Núrsia*. Graças a ele foi possível não só reformar mas também impulsionar esta maneira especial de ser e de actuar em igreja. E *Santa Escolástica*, sua irmã, acompanhá-lo-ia como preciosa colaboradora, ocupando-se do ramo feminino.

Muito novo ainda, Bento retirara-se para a solidão, em Subiaco, não longe de Roma. Os excelentes dotes que possuía, mais uma grande força de ânimo fizeram-no modelo de desprendimento e de muitas outras virtudes. Em breve, atraía numerosos admiradores que se tornaram seus discípulos e a quem, mais tarde, distribuiria por diversos pequenos mosteiros por ele fundados. E em 529, no *Monte Cassino*, lançava os fundamentos de um dos mais célebres mosteiros que têm existido.

A Ordem Beneditina cresceu rapidamente, expandindo-se por toda a parte. O segredo dessa explosão encontrava-se, obviamente, no génio do Santo fundador e na expressão da *Regra* com que dotou a mesma Ordem, sintetizada e dinamizada na mística da divisa «*Ora et Labora*» (reza e trabalho)<sup>5</sup>.

Os frutos foram maravilhosos, não só espiritualmente mas ainda nos aspectos social e cultural e até material.

Se as invasões dos povos bárbaros desencadearam mudanças, migrações, fusão de raças, podemos ver na Ordem Beneditina a providencial contribuinte para tornar possível a convivência de povos antigos e modernos, até ao vínculo fraterno, lançando os fundamentos daquela que viria a chamar-se «*Civilização Ocidental*». Assim nasceram diversas novas nações, entre as quais Portugal<sup>6</sup>. E não foi sem razão que a São Bento se viria a atribuir o epíteto de «*Pai da Europa*»<sup>7</sup>.

A célebre *abadia de Cluny*, fundada em 11 de Outubro de 910 por Guilherme o Pio, duque de Aquitânia, e a reforma, também beneditina, de *Cister*, cuja fundação se deve a São Roberto, abade beneditino de Molesme, em princípios de 1098, tornaram-se focos imensos donde irradiava espiritualidade e cultura, trazendo consigo a dinâmica do progresso social e material.

Os religiosos desta *nova observância* monacal obrigavam-se à mortificação, silêncio, obediência, estudo das ciências sagradas e profanas, hospitalidade para com os estrangeiros e ao próprio trabalho manual<sup>8</sup>.

1.4 — Sob a influência e direcção da «*casa-mãe*» dos beneditinos, muitos outros cenóbios se fundaram, alguns dos quais em Portugal. O mosteiro do *São Salvador de Palme* inclui-se nesse número.

Percorrendo o território nacional, mormente na região Norte, ressalta à vista do observador atento, aqui ou acolá, um e outro mosteiro que, no seu conjunto, atingem número considerável. O muito ou o pouco que resta das suas edificações e bens anexos, o ambiente geográfico em que foram inseridos, a influência sócio-económica sobre os povos circunjacentes, o contexto histórico com seus dados cronológicos e, quiçá, outros aspectos da vida interna e externa conventual trazem consigo enorme carga de emotividade. Se atentarmos, porém, no acervo documental ainda existente «*sob o pó dos Arquivos*», em grande parte provenientes dos Cartórios Monasteriais — mau grado o muito que se perdeu —, então aí podemos encontrar estímulo e uma dose de «*paciência beneditina*» para trabalho de investigação.

Desde há um certo tempo que, nesta freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, me chamou à atenção um *topónimo* atinente a propriedades de cultivo: «*Palme*». Embora bastante distanciado do Mosteiro do mesmo nome, vim a constatar que existe relação entre uma coisa e outra. Trata-se de terras outrora pertencentes ao senhorio directo do Mosteiro que eram emprazadas a determinados enfiteutas, geralmente fidalgos, os quais, usufruindo de domínio útil, as trabalhavam ou arrendavam e, do rendimento, pagavam uma certa porção chamada foro. Daí a denominação de *terras foreiras*.

Do «*prazo*» do *Casal de Palme* em Santa Leocádia de Geraz do Lima encontra-se documentação no Arquivo Distrital de Braga<sup>9</sup>, bem como, evidentemente, de muitos outros prazos.

## 2. — O MOSTEIRO DE PALME E SUA LOCALIZAÇÃO

2.1 — A cerca de 13 km de Barcelos, sede do concelho, limites das freguesias de Sant'Iago de Aldreu e de Santo André de Palme, e próximo da estrada nacional 305 que passa por Alvarães em direcção a Barca do Lago, podemos ver edificações e terras daquilo que constituiu ou daquilo que resta do antigo *Mosteiro de São Salvador de Palme*.

Se, como consta, a parte urbana e certa extensão rústica se situam dentro dos limites de Aldreu, já uma fértil e assás dilatada várzea com outras áreas de terreno bravio se estendem pela freguesia de Palme. Isto, porém, não significa que os domínios do Mosteiro se confinassem a este núcleo ou assento. Pelo contrário: muitos outros bens localizados em diversas freguesias, umas próximas e outras mais distantes, eram pertença sua.

É a zona do Mosteiro contornada da seguinte forma: a norte situa-se Sant'Iago de Aldreu; a nordeste, Fragoso; pelo nascente, ramificações do monte Tamel; Sant'Iago dos Feitos para sudeste; por Santo André de Palme a sul; Vila Chã, mais ou menos para sudoeste; pelos montes de Belinho, para poente; e pela freguesia de Santa Marinha de Forjães, para noroeste.

Referindo-se à localização do Mosteiro, *frei Leão de Santo Tomás*, autor e monge beneditino do século XVII, dizia que ele foi edificado «entre as duas nobres villas de Barcellos & Viana, porque avendo quatro legoas de caminho hũa a outra, o Mosteyro de Palme fica no meyo delle afastado duas legoas de Barcellos & outras duas distante de Viana [...] em hũa granja chamada Palme ...»<sup>10</sup>.

O Mosteiro situa-se na zona outrora denominada «Terra de Aguiar de Neiva», segundo uma antiga divisão administrativa. Tinha a ele anexas algumas freguesias ou paróquias: *Sant'Iago de Palme* (hoje Sant'Iago de Aldreu), *Santo André de Paivães* (hoje Santo André de Palme); *Santa Marinha de Forjães* e *São Bartolomeu do Mar*. *Sant'Iago de Eixate Frio* (hoje Sant'Iago dos Feitos) também esteve anexa, mas só em vida do dom Abade Pedro Barbosa, em finais do século XV, como se verá. Era o dom abade quem apresentava vigário para essas freguesias. Por sua vez, o *Mosteiro também constituía paróquia*, com vigário igualmente proposto pelo dom Abade e seu convento e confirmado pelo Arcebispo de Braga, formada pelos lugares de Palme e de Bustelo. Persistiu até meados do século XIX, em que foi abolida e os seus lugares integrados nas paróquias vizinhas. O seu nome era *São Salvador de Palme* e no Arquivo Distrital de Braga ainda se encontram os livros do *Registo Paroquial* seguintes: *Misto 1* (com baptismos de 1565 a 1691, casamentos de 1598 a 1690 e óbitos de 1592 a 1705); *Misto 2* (com baptismos 1692-1773, casamentos 1697-1793 e óbitos 1693-1811); *Misto 3* (com baptismos 1811-1856, casamentos 1796-1854 e óbitos 1811-1858); *Baptismos 1* (1765-1810); e *Testamentos* (1814-1833). Em 1602, os fregueses desta paróquia eram os seguintes: lugar de *Palme* 11 pessoas; lugar de *Bustelo* 11 pessoas, como se pode ver registado no Livro Misto 1<sup>11</sup>.

Talvez que um contencioso existente entre as duas freguesias Aldreu Palme acerca da jurisdição sobre o Mosteiro se possa explicar a partir destes



*Aspecto parcial dos passais ou quinta do Mosteiro, com os edifícios em segundo plano.*



*Fachada do lado norte do Mosteiro, vendo-se a nascente a frente da capela já transformada no século XIX pelos novos possuidores. Encaixada entre a escadaria, a portada manuelina anterior da mesma capela.*

dados: abolição da paróquia de São Salvador; anexação dos lugares; nome da paróquia de Palme; e origem dos caseiros que lá têm residido desde a secularização.

### 3. — FUNDAÇÃO E DOTAÇÃO DO MOSTEIRO DE PALME

3.1 — Afastada a onda muçulmana de destruição, foi-se a vida monástica refazendo a pouco e pouco, principalmente a partir da segunda metade do século IX. Ascetérios e mosteiros surgiram por toda a parte, através dos séculos seguintes, devendo-se incluir neste número o de *São Salvador de Palme*, segundo tradição antiga baseada em documentos que se perderam.

Afirma o autor de «Benedictina Lusitana» que «*Palme se edificou no anno de 1028 [...]. O fundador delle foy hum cavaleyro fidalgo & poderoso que depois de seguir a milicia recolheuse àquella parte de entre Douro & Minho que fica entre os rios Neyua & Lima, aonde tinha sua casa & fazendas. Chamauase Lovezendo, filho de outro nobre varão por nome Sazi, & na quinta que tinha em Palme edificou o dito Mosteyro, entregando-o a Monges de S. Bento [...] dando-lhe propriedades & rendas muy bastantes pera se poderem sustentar*».

Mais refere que o fundador, satisfeito com a vida edificante dos religiosos, fez uma larga dotação ao Mosteiro, passados poucos anos, conforme um documento que ainda se conservava no Cartório, cujo teor era o seguinte:

«Ad ipsius loci sanctis nominatus Sancti Saluatoris cuius basilica est in villa Palmi subtus alpe Tamiel territorium bracharense concedimus ad ipsius loci sanctis haereditamentum quod adueniat in villa Laboratas subtus mons Galinariae rituulo Limiae die quo erit decimo quarto kalendis novembris era 1077»<sup>12</sup>.

Trata-se, obviamente, de documento escrito em latim da época, designado por «latim bárbaro»<sup>13</sup>. Frei Leão de Santo Tomás traduz assim: «Aos santos daquelle lugar chamado S. Salvador, cuja igreja está na quinta de Palme ao pé da serra Tamiel diocesi de Braga, damos os bens & herança que temos na aldea de Aleborada ou Leboeira ao pé do monte Galinario, junto ao Rio Lima». Contendo, no entanto, erros, a tradução carece de ser aperfeiçoada:

— «*Aos santos do próprio lugar denominado de São Salvador, cuja igreja (basilica) está na vila de Palme, abaixo do monte Tamel, da diocese de Braga, damos aos santos desse mesmo lugar a herança que nos toca na vila de Lavradas, abaixo do monte da Galinheira, junto do rio Lima*»; e segue-se a data: «*no dia catorze das calendas de Novembro, era de 1077*».

Como se disse, este documento ainda existia no século XVII. Antiquíssimo, ele dá-nos conta do ano da *dotação*: 19 de Outubro de 1039, considerando o cômputo das «kalendas» e da era hispânica em relação ao nosso calendário. É pena ter desaparecido: valha-nos ao menos a citação de



*Portão da entrada principal para a quinta e casa de Palme.*

Frei Leão de Santo Tomás, cuja tradução errou ao interpretar «Laboratas» por Aleborada ou Leboeira, quando é precisamente Lavradas, freguesia do concelho de Ponte da Barca, situada abaixo do monte da Galinheira e junto do Rio Lima. Aliás, nunca o topónimo latino «Laboratas» poderia evoluir para «Leboeira», e «Aleborada» é também forçado e desconhecido.

Convém acrescentar que ainda em 1947 existia no Mosteiro uma *tela*<sup>14</sup> já bastante deteriorada, onde constavam as herdades e rendas doadas pelo fundador. Hoje (1988) ignora-se o seu paradeiro.

Que a tradição se manteve é um facto, tanto em relação à pessoa do fundador como à data da fundação. Leia-se um relatório escrito em 1788 em resposta a um inquérito ordenado por D. Maria I: aí se podem encontrar esses dados históricos confirmados<sup>15</sup>.

#### 4. — A VIDA DO MOSTEIRO

4.1 — Não abundam os dados relativos aos primeiros tempos da existência do Mosteiro. Porque muita da documentação medieval se perdeu, escassos elementos chegaram até nós.

Apesar de tudo, esse pouco e mais o paralelismo com instituições congéneres permitem-nos fazer uma ideia aproximada de como se foi processando o ambiente intra e extra claustral.

Diz Frei Leão de Santo Tomás que «*começarão os Religiosos a viver com tanta perfeição & com tanto exemplo, que se pagou grandemente Lovezendo do seu procedimento, & por esse respeito lhe fez larga doação ...*»<sup>16</sup>. Desta dotação já se falou atrás.

É de supor, portanto, que reinava ali o espírito claustral num contínuo progresso de edificação e de espiritualidade.

#### 4.2 — Século XII

4.2.1 — Era abade do Mosteiro, em 1113, *dom Soeiro (abbas Suarius de Palmi)*. Efectuando-se, nesse ano, uma *escritura de escambo* de certa propriedade sita num local chamado Rebordões, próximo do monte de Bastuço águas vertentes para o Cávado, por outra sita em Forjães, cujos outorgantes eram um tal Mido Ermiges e sua mulher, por um lado, e a Sé de Braga na pessoa do Arcebispo Dom Maurício Burdino, por outro, ali esteve o referido dom Abade Soeiro de Palme presente e confirmou com a sua assinatura<sup>17</sup>.

4.2.2 — Porque os mosteiros eram, muitas vezes, fundados por nobres fidalgos, ricos e influentes, estes em geral não prescindiam do *direito de padroado*, ou por vaidade ou por ambição, apresentando para provimento no governo desses mesmos mosteiros parentes seus; ou então, aposentando-se a si próprios, ali residiam, o que resultou em abuso de intervenção laical.

Daí, as providências que houveram de ser tomadas no concílio de Leão, no ano de 1020, onde ficou determinada a jurisdição dos bispos sobre os abades, abadessas, monges e outros religiosos; e no concílio de Coiança, em 1050, onde, entre outras coisas, se estabeleceu que os leigos não tivessem poderes sobre as igrejas e sobre os clérigos<sup>18</sup>.



*Aspecto da capela-mor gótico-manuelina da igreja do Mosteiro, vendo-se ao fundo o retábulo maneirinho (séc. XVII) que, segundo consta, foi trazido de Beiriz em razão das obras da sua nova igreja, entre os anos de 1865 e 1872.*

Isto, porém, não obistou a que continuassem a existir intromissões e interesses pessoais ilegítimos. Com efeito, a 16 de Abril de 1158, em carta de testamento e escritura firme, *Godo* ou *Godino Soares* dá e concede tudo quanto possui ou de direito deve possuir no Mosteiro de São Salvador de Palme, ao Arcebispo Dom João Peculiar e à Sé de Braga<sup>19</sup>. E a 27 de Maio de 1159, em documento da mesma natureza, *Mendo Soares*, fidalgo com direitos em diversos mosteiros, doa às mesmas entidades igualmente tudo quanto possui ou de direito lhe pertence no dito Mosteiro<sup>20</sup>.

4.2.3 — Um sinal de vitalidade e de ajuda material do Mosteiro de Palme é-nos transmitido através de uma *escritura de enfiteuse* feita no ano de 1186, em que *Pedro Ermiges* empraza a *Gonçalo Mendes* o «*Casal de Forjães*» (Frogianes) cujo senhorio directo era o Mosteiro, sendo abade dom Pedro. O emprazante recebeu dez maravedis do enfiteuta e mais seis soldos sacados em uma tela de dom frei Cresconio e um sestércio de trigo<sup>21</sup>. Atendendo aos nomes e à propriedade, este documento pode estar relacionado com o que se menciona atrás, do ano 1113.

### 4.3 — Século XIII

4.3.1 — Logo em 1213, segundo refere o prof. doutor J. Mattoso<sup>22</sup>, foi o *dom Abade de Palme*, cujo nome não consta, nomeado pelo Papa Inocêncio III para julgar o caso de um homem incurso em excomunhão que, aliás, veio a morrer arrependido.

4.3.2 — Vamos, no entanto, fazer incidir a nossa atenção em dois acontecimentos importantes deste século: as *Inquirições de 1220* e *as de 1258*.

*Nas de 1220*, ordenadas por El-Rei *Dom Afonso II*, não aparece este Mosteiro directamente inquirido. Constata-se, porém, que em bastantes outras freguesias vêm mencionados bens ou casais a ele pertencentes. Enumeremo-los:

— Na *Terra de Prado*, Santa Maria de Igreja Nova 3 casais.

— Na *Terra de Penela*: São Miguel de Gondufe 1 casal e Santa Maria de Beiral 2 casais.

— Na *Terra de Neiva*: Santa Maria de Abade de Neiva 1 casal; São João de Vila Chã 10 casais; São Martinho de Vila Frescainha 1 casal; São Tiago do Castelo de Neiva 7 casais; Santa Eulália de Palmeira 4 casais e quarta; Santa Marinha de Forjães 5 casais; Santa Maria de Vila Cova 11 casais e quebradas<sup>23</sup>; São Tiago de Eixate (Feitos) 4 casais; São Miguel de Cepães (Marinhas) 1 granja, 8 casais e algumas entradas<sup>24</sup>; São Tiago de Palme (Aldreu) 11 casais e meio; São Martinho de Vila Fria uma terça de casal; São Tiago de Anha 2 casais; São Pedro de Cortegaça (Subportela) 2 casais; São Martinho de Gandra (c. Esposende) 1 casal menos quarta; Santa Eulália de Vila de Punhe 1 casal; São João de Aster (Chafé) 2 casais; São Pedro de Capareiros (Barroselas) 2 casais; São Pedro de Frago 11 casais e a igreja é sua e mais 5 quintas de uma quinta; São Paio de Antas 5 casais; Santo André de Paivães (Palme) 5 casais e quebradas, uma quinta e uma ermida e esta igreja é sua (do Mosteiro); São Bartolomeu de Vila d'Atam (do Mar) 3 casais e esta igreja é sua.

— Na *Terra de Nóbrega*, São João de Grovelas 2 casais.

—Na *Terra de Aguiar de Pena* (sic)<sup>25</sup>, São Julião de Paçô (Freixo) 1 casal e algumas leiras.

—Na *Terra de Aguiar de Riba de Lima*: São Martinho de Aborim 1 casal e esta igreja é de Carvoeiro e de Palme; Santa Maria de Quintiães 5 casais e esta igreja é de Carvoeiro e de Palme; São Martinho de Balugães 2 casais; Santa Lucrecia de Aguiar 2 casais; São Tiago de Poiares 1 casal.

—Na *Terra de Santo Estêvão de Riba de Lima*: São Miguel da Facha 8 soldos de renda e prado de rico-homem; Santa Leocádia de Geraz do Lima 2 casais<sup>26</sup>.

Suponho ter apresentado tudo o que a este respeito vem nas Inquirições de 1220. Apesar de se estar ainda em princípios do século XIII, já os bens eram de certa monta, acumulando-se e «amortizando-se» progressivamente, neste como nos outros mosteiros. Daí o fundamento de conflitos que foram surgindo entre a Coroa e a Igreja, e leis régias sobre amortização e desamortização.

4.3.3 — Ano de 1258, as *Inquirições de Dom Afonso III*. Nessa altura, era Abade do Mosteiro dom João (domnus Johannes). Ele juntamente com João Peres juiz, Tomé, Pedro Peres, Soeiro Anes, Domingos Anes, Joanino, Estêvão Soares, Pedro Peres, João Branco, João Abril, Paio Peres, Pedro Soares e João Peres constituíram a comissão dos inquiridos, dizendo que do Couto do Mosteiro davam ao Rei em cada ano vinte e três maravedis. E o Rei deixou ao Mosteiro três maravedis e a São Tiago (Aldreu) e a Santo André (Paivães), que estavam dentro do Couto, um maravedi, ficando, portanto, para o Rei dezanove maravedis. Do Mosteiro davam cada ano ao Rei, por quarta de colheita, vinte maravedis<sup>27</sup>.

Há ainda alusões a Palme em diversas freguesias inquiridas. Assim, na de *Santa Maria de Vila Cova*, pode ler-se o seguinte: «Item, ha in Vila Cova j. casal de Palmi que soya a dar al Rey na renda, et ora non na da. Item, ha in Mareces j. erdade que foy de Suerio Barvas, que era mayordomo del Rey in Fao, et devia sua devida al Rey; et vendeu esta erdade ao abbade de Palmi pro lxxx. (80) maravedis, et non ha elRey a erdade nem a divida dele. Item, dixerom que duas quintas in Vila Cova, que eram de Palmi, faziam foro al Rey; et ten as Johannes Petri Redondo et Petrus Bravo et non fazem foro al Rey delas». E mais: «E com esta erdade jaz outra de Palmi, que soya a dar renda al Rey, et ten a filada esse Petrus Bravo e Martinus Petri e perde o Moesteiro a erdade e elRey non ha a rennda. Item, dixerom que in Mareces ha uno casal de Palmi que ten Dominicus Michaelis, que soya a dar na renda et ora non na da»<sup>28</sup>. Também na freguesia de *São Tiago do Castelo de Neiva*: «Item, Gomez Menendi tem uno casal in Sindim de Moesterio de Palmi, que est foreiro delRey et ora non da renda al Rey. Item, Johannes Nuniz filiou in Sendim meyo casal de Palmi, qui est rendeiro delRey et ora non da renda al Rey». E na freguesia de *São Paio de Antas*: «... os da vila d'Antas levam segnos feixes de geesta ao Castello, excepto ij. casaes, scilicet, j. de Palmi, et outro de Sancto Romano».

Finalmente, na freguesia de *Santa Marinha de Forjães*: «Item, domna Maria Gomez tem ij. casaes meyo de Palmi in Pineiro, que davam renda cada ano al Rey et non na da»<sup>29</sup>.

#### 4.4 — Século XIV

4.4.1 — Falou-se atrás de interferência dos nobres nos mosteiros e seus bens. Um caso era *dona Berengária Aires*, detentora de muitas propriedades, entre as quais o Mosteiro de Palme. Isto acontecia em 1302, portanto já nos princípios do século XIV<sup>30</sup>. Esses bens herdara-os de seu pai dom Aires Nunes que, por sua vez os houvera de seu irmão Fernão Nunes, casado com dona Maria Pires, falecidos sem filhos sobreviventes. Era dom Aires Nunes casado com dona Sancha Pires de Vide. Sua filha e herdeira dona Berengária (ou Berengueira) Aires casou, por sua vez, com Rui Garcia, em segundas núpcias deste<sup>31</sup>.

Tais intervenções tornaram-se realmente nocivas, face às necessidades materiais e à tranquilidade interna dos mosteiros.

4.4.2 — Para obviar à pobreza em que o Mosteiro de Palme se encontrava por esta altura, procurou o seu *dom Abade João Peres* fazer *escambo* de certos direitos de que usufruía o seu Mosteiro por outros que eram pertença do Arcebispo de Braga *Dom Martinho de Oliveira*, o que, efectivamente, conseguiu. O instrumento de permuta (carta de escambo) foi assinado em 29 de Dezembro de 1304. Nesse contrato, doa o dom Abade e seu «convento» ao Arcebispo: a) metade do direito de padroado na igreja de *Ardegão* e o direito sobre a igreja de *Panque* sujeita a *Ardegão*; b) mais cinco oitavas do direito de padroado nas igrejas de *São Julião de Paçô* (Freixo) e de *São Mamede de Sandiães*; c) ainda todo o direito que o mosteiro tinha nas igrejas de *São Mateus de Rio Boo* (Ribeira) e de *São Salvador do Souto*, próximas do Mosteiro de Baldreu (Valdreu), Terras do Bouro<sup>32</sup>, e de *São Tiago de Poiares*, e também na igreja de *Vilarinho*; o Arcebispo cedia todos os direitos temporais que tinha na ermida de *São Bartolomeu* (do Mar) e na igreja de *Santo André de Paivães* (Palme), isto é, as próprias igrejas com seus rendimentos que ficariam a pertencer ao Mosteiro «por causa da pobreza do mesmo», como diz o documento, e com certas obrigações: de as prover no espiritual, pondo-lhes capelão idóneo, reservando o Arcebispo para si alguns direitos<sup>33</sup>.

4.4.3 — Pelos anos de 1320, parece já ter o Mosteiro recuperado um pouco na sua situação material. Com efeito, andando Dom Dinis empenhado na guerra contra os mouros e necessitando de auxílio económico, obteve do Papa João XXII, por bula dada em Avinhão a 23 de Maio de 1320, a concessão da décima de todas as rendas eclesiásticas de seus Reinos, durante três anos, com excepção das igrejas, comendas e benefícios pertencentes à Ordem de São João do Hospital de Jerusalem (mais tarde Ordem de Malta). Foi então o *Mosteiro de Palme* taxado em 500 libras, só superado, na Terra de Aguiar de Neiva, pelo Mosteiro de Carvoeiro taxado em 600 libras<sup>34</sup>. O dom Abade continuava a ser o referido João Peres.

4.4.4 — Em 1324, o Arcebispo de Lisboa *Dom Gonçalo Pereira*, na qualidade pontual de nuncio do Papa João XXII, foi encarregado de transmitir aos abades e priores claustrais assuntos provenientes de Roma. Convocados para comparecerem no castelo de Leiria, fizeram-se representar o *dom Abade de Palme* e o *Prior claustral frei Lourenço Peres*, por seu bastante procurador João Afonso, porcionário da Igreja de São Tiago de

Coimbra, mediante instrumento dado no Mosteiro a 22 de Novembro de 1324<sup>35</sup>.

4.4.5 — Mas, ao tratar de assuntos deste XIV século, não podem deixar de acudir à nossa mente as crises que conturbaram esse período, tanto lá fora como cá. Crises de decréscimo demográfico, abaixamento de produção e suas evidentes sequelas, cuja causa principal e acelerador se encontra na chamada «*Peste Negra*» que, em 1348 e 1349, assolou o nosso país<sup>36</sup>. Se bem que, quanto ao Mosteiro de Palme não apareçam dados concretos, é muito natural que também aí se tivessem sentido os efeitos.

4.4.6 — Uma praxe que nos é dado observar por estas alturas, prolongando-se até pelos séculos seguintes e merecendo ser registada, é a comunicabilidade e intercâmbio do clero, no exercício de funções ou cargos em mais que uma diocese, simultaneamente. Uma abertura simpática, pela qual as igrejas locais não se isolavam em si mesmas.

Assim, não estranhamos que o *dom Abade de Palme, Gonçalo Esteves*, apareça como vigário geral de Dom Turíbio, bispo de Tui (1382-1398) na Administração autónoma da comarca de Valença do Minho, conseqüente da separação que a parte portuguesa fez do restante território espanhol daquela diocese. Além de outros vigários gerais havidos por dom Turíbio naquele espaço de tempo, Gonçalo Esteves ocupava o cargo em 1392 e ainda em 1395<sup>37</sup>.

4.4.7 — O dom Abade de Palme Gonçalo Esteves deve ter falecido ou, pelo menos resignado em 1397. Com efeito, a 9 de Maio desse ano era «confirmado» pelo Papa Bonifácio IX, no oitavo ano do seu pontificado, um novo dom Abade, de nome *frei Afonso Peres*.

Tal como em relação a outros abades do mosteiro de Palme, na Idade Média, poucas referências nos chegaram àcerca de dom Afonso Peres. Sabemos, porém, que tomou parte no Sínodo Diocesano de Braga reunido em 15 de Novembro de 1398 pelo Arcebispo *Dom Martinho Afonso Pires de Charneca*<sup>38</sup>.

#### 4.5 — Século XV

4.5.1 — Eram numerosos os mosteiros ou casas de monges ou monjas já existentes neste século, cuja fundação se processou sobretudo até à centúria anterior, da Ordem de São Bento. Bastantes, porém, tiveram que ser extintos ou convertidos em igrejas paroquiais, ou fosse por crise económica ou por relaxação de costumes nos seus membros. Então, os bens ou rendas foram anexados a outras instituições religiosas. Mas não foi só isso. Praticamente, todos eles sofreram e continuariam a sofrer o flagelo dos «*comendatários*», desde que se constituíram em «*comendas*», pelas quais os monarcas, com o assentimento da autoridade eclesiástica, pretenderam recompensar clérigos ou leigos de certos serviços ou méritos, fazendo-os desfrutar das rendas dos próprios mosteiros, com residência ou não ali. Isto causou enormes problemas e foi a ruína de muitos que não puderam subsistir. Felizmente, o de Palme não parece ter sido dos mais afectados<sup>39</sup>. O dom Abade Afonso Peres continuou à frente do Mosteiro, talvez durante o primeiro quarto do século.

4.5.2 — Compulsando o Livro das *Confirmações de Dom Fernando da Guerra* (1416-1467), não se encontra a data em que começou a ser *dom frei Afonso Martins* abade de Palme, como sucessor de Afonso Peres<sup>40</sup>. Mas sabe-se que faleceu em 1440, pois vem mencionado no registo da «confirmação» de *dom Frei Afonso*, monge professo de São Miguel de Bus-telo e novo dom Abade do Mosteiro<sup>41</sup>.

4.5.3 — Logo pelo ano de 1443, porém, parece ter-se iniciado uma nova fase da vida do Mosteiro de São Salvador de Palme. Trata-se do regime dos abades comendatários. O Arcebispo, ausente em Évora numa das suas múltiplas viagens, autoriza o seu «lugar-tenente» em Braga para que confirme como dom Abade de Palme a *Frei Vasco*, «criado» do duque de Bragança, quando vague o Mosteiro. O duque tinha enorme influência. Era Dom Afonso, 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, filho bastardo do Rei Dom João I, sendo-lhe dadas as terras de Neiva, Aguiar, Darque, Faria e Vermoim, com seus termos e herdades e muitas outras pelo casamento com D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira. Todos esses bens constituíram o «corpo senhorial da Casa Ducal de Bragança»<sup>42</sup>.

No citado livro do tempo de Dom Fernando da Guerra não vem mencionado se realmente Frei Vasco terá ocupado o cargo de dom Abade. Se o foi, seria por pouco tempo, pois cerca de 1445 já *dom Frei João* o substituiu, permanecendo até 1450, data da sua renúncia.

Suceder-lhe-ia *dom Bartolomeu Gonçalves*, tesoureiro da capela do duque, desde que tomasse o hábito beneditino<sup>43</sup>.

Se é verdade o que diz Felgueiras Gaio no seu Nobiliário, título dos Maciéis, menos quanto à data, trata-se de *Dom Bartolomeu Gonçalves Maciel*, filho de Gonçalo Anes Maciel, descendentes do alcaide-mor de Vila Nova de Cerveira. Foi abade comendatário e teve vários filhos bastardos, dos quais um, Fernão Anes ou Gonçalves Maciel seria também comendatário de Palme, e uma das filhas casou com Álvaro Barbosa, senhor da casa de Aborim, em Quintiães, concelho de Barcelos<sup>44</sup>.

Por aqui se explicam duas coisas: que os primeiros comendatários de Palme, se não eram da família do conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, seriam seus «familiares»; e que os abades do Mosteiro que se seguiram na segunda metade deste século e até próximo dos finais do século XVI eram dos Barbosas de Aborim ou seus descendentes, como se verá.

4.5.4 — De facto, aos 9 de Dezembro de 1479, o Arcebispo Dom Luís Pires confirma em dom Abade do Mosteiro de Palme, após eleição levada a efeito pelo respectivo prior claustral e convento, a *frei Pero (ou Pedro) Barbosa*<sup>45</sup>.

Permaneceu bastantes anos no exercício do cargo. Em 24-2-1490, o Arcebispo Dom Jorge da Costa anexou ao Mosteiro a freguesia de Exate Frio (nome antigo de Sant'Iago dos Feitos), mas somente em vida de dom frei Pedro Barbosa:

— «Item aos xxiiij dias do mes de fevereiro da dita era (1490) o dito Senhor anexou a igreja de Santa Maria (sic, mas corrigido para Santiago) d'Exate Frijo de terra do arcediagado de Neiva ao moesteiro de Palme de q̄ ora he dom abade dom frey P.º Barbossa

em vida soamente do dito dom abade e mais nom assy q̄ vagando o dito mosteiro per sua morte ou per outro q̄lquer modo a dita igreja fiq̄ vaga e em desposiçom do dito Senhor pera della proveer como sua mercee for (servido) por ser im solido da sua apresentaçom E eu ...»<sup>46</sup>.

Nos chamados «Livros de Mostras» do A. D. B., onde consta a documentação apresentada perante a legítima autoridade pelos clérigos, em que se indicavam as ordens recebidas e os cargos exercidos por eles, com as respectivas datas, pode ler-se a respeito de *dom Pedro Barbosa*:

— «... non mostrou carta de ordēs quia religiosus»; e ainda:

— «as igreias anexas ao dicto mosteiro (...) sam estas que se seguem sl. Samtiaguio e Samto Andre e Samta Marinha e Sam Bertolomeu e Samtiaguio dEste Frio»<sup>47</sup>.

Dom Pedro Barbosa, o primeiro dom Abade com este apelido, deve ser da família de Fernão Gonçalves Barbosa, senhor da honra de Aborim e, portanto, parente de Álvaro Barbosa que foi o dom Abade seguinte<sup>48</sup>. Não foi possível determinar com exactidão a sua genealogia por estar confuso o § 143 do citado Nobiliário de Felgueiras Gaio.

Deve ter ocorrido o seu óbito na primeira década do século XVI.

4.5.5 — Ainda com referência ao século XV e como nota positiva e honrosa para o Mosteiro do Divino Salvador de Palme, convém não olvidar o facto de, em 25 de Janeiro de 1455, o Arcebispo Dom Fernando da Guerra (sobrinho do Rei Dom João I e destacado membro da Corte), de passagem por Santarém, ter despachado autorização para que *frei Diogo, monge de Palme*, fosse confirmado em dom Abade do Mosteiro de São Romão de Neiva, desde que eleito segundo as normas canónicas<sup>49</sup>.

E com respeito aos *privilégios* concedidos ao Mosteiro de Palme pelos nossos primeiros monarcas, eles continuaram a ser confirmados nos reinados seguintes. Não só Dom João I, mas também Dom Duarte e Dom Afonso o fizeram<sup>50</sup>.

#### 4.6 — Século XVI

4.6.1 — Se o dealbar deste século coincide com um período áureo para Portugal, o mesmo não se poderá dizer a respeito da vida dos mosteiros. Como ficou dito, eles sofriam crises disciplinares e económicas, na sua maioria, para o que muito contribuíam os comendatários. O de Palme não parece ter sido dos mais afectados, como também já dissemos atrás.

Século de grandes e profundas transformações, ele foi marcado pelo renascentismo, humanismo e classicismo, nos mais variados aspectos da vida e actividades do Homem: ciências, artes, letras e imprensa; navegação e comércio; «Reforma» e «Contra-reforma»; Concílio de Trento e tantos outros acontecimentos que nos dão bem uma ideia de viragem. Era a Europa, sobretudo ela, envolvida na Idade Moderna.

Então, a vida do Mosteiro compreende-se. O Homem já não se detém apenas em Deus como centro quase exclusivo das suas atenções, mas também

a Natureza e os atractivos do século o fascinam. Por isso, houve mister uma adaptação aos tempos e veio a impor-se como indispensável uma reforma monasterial pós-tridentina.

4.6.2 — Continuou a *comenda do Mosteiro do Salvador de Palme* sob o domínio e influência da poderosa *Casa de Bragança*, desde o 1.º duque e conde de Barcelos, condado este que por Dom Nuno Álvares tinha sido doado a sua filha Dona Beatriz (ou Brites), como prenda, poucos dias antes do casamento com Dom Afonso que ficaria o titular<sup>51</sup>. Vieram depois: dom Fernando I, 2.º duque (1462-1478); dom Fernando II, 3.º duque (1479-1483); dom Jaime, 4.º duque (1483-1532); dom Teodósio II, 7.º duque (1584-1630), ficando incluído todo o século XVI e entrando já pelo seguinte, até ao 8.º duque, depois Rei de Portugal, Dom João (1630-1656). Depois, seguiu a Casa de Bragança na dinastia real.

Note-se, no entanto, que o regime dos comentários em Palme terminou em 1588, como veremos adiante, não só devido ao óbito do último deles mas também como consequência da reforma tridentina.

4.6.3 — A dom Pedro Barbosa sucedeu *dom frei Diogo Barbosa*, filho bastardo de Álvaro Barbosa, senhor de Aborim, em Quintiães, e de Mécia de Figueiredo. Segundo Felgueiras Gaio<sup>52</sup>, «*vivia pelos anos 1514 ...*» e instituiu um vínculo nos bens que possuía em Santa Lucrécia de Aguiar e em Quintiães, em favor de seu filho bastardo Manuel Barbosa. Mas teve mais outros bastardos, um dos quais foi Pedro Barbosa, futuro sucessor na comenda do Mosteiro de Palme e que se não deve confundir com o homónimo de quem se tratou já<sup>53</sup>.

Uma das mais antigas datas que consegui dando Diogo Barbosa como abade comendatário de Palme foi 1516 e consta do Tombo de 1551. Frei Francisco de Jesus, prior crasteiro (claustral) de Palme, declara aos vedores que viera para ali em 1516, já monge professo, prestando obediência ao então Abade comendatário frei Diogo Barbosa<sup>54</sup>.

Manteve-se, pois, muitos anos à frente do Mosteiro até que veio a renunciar, aí por 1534, nas mãos do Papa Clemente VII que aceitou a cessão da comenda e a concedeu a Francisco da Veiga, executor apostólico. Este, porém, nunca chegou a tomar posse, nem regimento nem bens do dito Mosteiro, cedendo, por sua vez, esses direitos a Pedro Barbosa, a quem o Papa Clemente proveu, desde que obtivesse dispensa do impedimento do «defeito nataliū» e de «como filho do dito Diogo Barbosa» e para depois que «Pero Barbosa tomaasse ho abito do dito moesteiro e fizeese a profisão acostumada de se fazer pelos mōjes delle ...»<sup>55</sup>. Cumpridas estas condições, o Papa Paulo III proveu-o de novo em 31 de Maio de 1538.

Dom frei Diogo Barbosa deve ter falecido pelo ano de 1539, visto seu filho Manuel Barbosa, de Aborim, ter tomado posse do vínculo, como seu administrador, aos 5 de Fevereiro de 1539, data da respectiva instituição em Braga.

4.6.4 — Quando *frei Pedro Barbosa* pediu a Roma para ser provido na comenda de Palme, já era subdiácono, mas ainda não integrado na vida religiosa-monasterial. Assim se explica o que atrás fica dito. Para ter acesso às ordens (menores e sacras), houve que se resolver o seguinte condicionalismo:

— Sendo filho de presbítero (fr. Diogo Barbosa) e «de soluta» (Ana de Barros), pediu e obteve dispensa de tal impedimento, por bula da Penitenciaria Apostólica dada aos 19 de Agosto de 1519. Ficava apto para receber as ordens assim como para «ter hũ beneficio ainda que fose cõ cura de allmas». Era no sétimo ano do pontificado de Leão X.

Então, logo em 3 de Março de 1520, recebe as ordens menores na Sé de Braga, dadas pelo bispo Jeropolense. Mas, ordens sacras só as iniciaria doze anos mais tarde com o subdiaconado, na mesma Sé e pelo bispo Dumense, a 21 de Setembro de 1532; a de diácono, quatro anos depois, em 31 de Março de 1536, pelo bispo Salonense, na igreja de Santa Maria da vila de Madrigal, diocese de Ávila (Castela); e, finalmente, a ordem de sacerdote (presbiterado), de licença do seu prelado e do de Ávila, na mesma igreja de Madrigal, pelo mesmo bispo e no mesmo dia<sup>56</sup>.

Por concessão especial da Santa Sé, tanto um como outro destes comendatários frei Diogo e frei Pedro Barbosa tiveram anexas ao Mosteiro as igrejas de São Tiago de Vila Chã (Ponte da Barca) e de Santa Lucrécia do lugar de Pouçada (sic), mas em vida deles somente.

Faleceu este dom Abade Pedro Barbosa, em Janeiro de 1545, como se verá a seguir.

4.6.5 — *Frei Francisco (Frater Francisco)* foi o dom Abade que se seguiu, por eleição feita no Mosteiro, em 1545. Um documento que encontrei<sup>57</sup> dizia em título:

— «*Pareceres de que o Cabido de Braga sede vacante devia confirmar a eleição de Abade do Mosteiro de Palme que vagara no mes de Janeiro de 1545 ...*» e mais abaixo: «*... eleição que se fez em favor de Frater Francisco ...*».

Este parece não ser comendatário. Talvez eleito provisoriamente, só exerceu o cargo durante um ano, aguardando o seguinte que era mesmo descendente da Casa de Bragança.

4.6.6 — Chamava-se *D. João de Portugal*. Este nome reporta-nos ao drama de Garret, «Frei Luís de Sousa» que inclui uma personagem com nome idêntico. Não são, de facto, a mesma pessoa; o comendatário de Palme é tio do outro a quem o drama se refere<sup>58</sup>.

Era filho de dom Francisco de Portugal (bisneto de dom Afonso, 1.º duque de Bragança, conde de Vimioso, vedor da fazenda do Rei D. Manuel e de D. João III e do seu conselho, camareiro-mor do príncipe dom João, senhor de Aguiar da Beira, comendador de Calvelo da Ordem de Cristo e falecido em 1549) e de D. Joana de Vilhena (neta de dom Fernando)<sup>59</sup>. Nasceu em Évora. Estudou Cânones e Teologia em Coimbra, doutorando-se em 1550.

Ainda antes da sua formatura, o Papa Paulo III, em bula apostólica dada a 18 de Junho de 1546, 12.º ano do seu pontificado, «encomendou-lhe» o Mosteiro de São Salvador de Palme. Determina-se na bula que ele «*nam poderaa alienar bens immoveis nem moveis preciosos do dito moesteiro ...*» e que «*... se a mesa abacial he apartada da conventual a quarta parte dos frutos della e dos redditos e proventos do dito moesteiro se gastem e despendam na fabrica e ornamentos delle ou em esmolas de pobres se esta for mais urgente e necessaria e que se a dita mesa abacial e conventual*

*estam mixtas que em tal caso a terça parte dos frutos e reditos do dito mosteiro se despenda na fabrica e ornamentos e esmolas de pobres como fica dito»<sup>60</sup>.*

Alguns anos depois, nova e importante etapa da sua vida se iniciava. Nomeado *bispo da Guarda* por Dom João III, confirmou-o o Papa Paulo IV nessa dignidade e nesse cargo, em 23 de Março de 1556, pela bula «*Gratiae divinae praemium*». Na sua diocese, exerceu diversa actividade pastoral, fez uma concordata com o Cabido e reuniu dois sínodos: o de Abrantes, em 1565, e o da Guarda, em 1570.

Após uma desavença com o cardeal Dom Henrique, ausentou-se, buscando apoio para as suas posições e deixando o governo da diocese entregue ao provisor e membros da sua Relação, até 1580, ano em que faleceu o Cardeal-Rei.

Seguiu então o partido do Prior do Crato, mas foi preso à ordem de Filipe I que, entretanto, pedia à Santa Sé para o substituir no governo da diocese. Continuou a ser perseguido, foi processado e julgado, praticamente por motivos políticos, até que, por sentença, veio a ser deposto do bispado, pelo ano de 1582. Vivendo os últimos anos da sua vida num convento de Espanha, ali viria a falecer com mais de 70 anos, aí por 1588<sup>61</sup>. Com efeito, tendo-se ausentado da sua diocese desde 1575, mas sendo também dom Abade de Palme, foi este Mosteiro desde essa data governado por «prieores» trienais durante 13 anos. Tratava-se de reforma pós-tridentina apenas conventual, porque a reforma com a integração *pleno jure* na Congregação de São Bento só se consumaria em 1588, com tomada de posse a 30 de Abril, após o falecimento do bispo e comendatário, sendo atribuído então ao prior frei Gaspar da Paz o título de dom Abade<sup>62</sup>.

Não obstante o seu absentismo, foi um dos abades que mais tempo esteve à frente do Mosteiro de Palme (1546-1588). Assim mesmo, levava dali, cada ano, «*quinhentos e tantos mil reis, como cõsta da inquirição que o Arcebispo Dom Fr. Bertholameu dos Martyres, por mandado do cardeal Dom Henrique mandou tirar dos Mosteyros de S. Bento pellos annos de 1568*»<sup>63</sup>.

4.6.7 — A citada inquirição é resultante da *reforma decretada pelo Concilio*, como se vê. Segundo ela, dentro de um ano todos os mosteiros isentos se uniriam em Congregação; depois haveria de três em três anos um «Capítulo Geral» da Ordem e uma visita cuidadosamente feita a cada um dos mosteiros. Além disso, cessaria o abadessado perpétuo, passando os abades e abadessas a exercer o cargo em regime trienal<sup>64</sup>.

Em Portugal, parece ter havido certa dificuldade em executar uma conveniente reforma. No ano de 1566, o Papa São Pio V, tendo em conta o que lhe representara o Rei Dom Sebastião, uniu em Congregação os mosteiros da Ordem de São Bento, por bula «*In eminenti*» de 30 de Abril, a qual ficou a denominar-se «*Congregação de São Bento de Portugal*», com sede e casa-mãe em Tibães, próximo de Braga<sup>65</sup>. O Rei nomearia um visitador e reformador com os necessários poderes, por dez anos. Foi escolhido *frei Pedro de Chaves*, simultaneamente nomeado dom Abade Geral de Tibães. O primeiro capítulo Geral teve lugar ali, em 1570.

Os mosteiros onde a reforma era possível foram assim reduzidos à

«regular observância» pela bula «Ex injuncto» do mesmo Pontífice, dada a 26 de Outubro de 1567<sup>66</sup>.

4.6.8 — Como se disse, o Mosteiro de Palme foi reformado e ligado à Congregação, desde 1575, apenas na parte conventual e, em ausência do abade dom João de Portugal, governado por *priores trienais*. Foram eles:

— *Frei Gonçalo de Geraz*, natural de Geraz do Lima<sup>67</sup>, eleito em 1575 e reeleito em 1578;

— *frei Bernardo de Refoios*, eleito em 1581;

— *frei António da Silva*, eleito em 1584, sendo depois Geral da Congregação;

— *frei Gaspar da Paz*, natural de Vila do Conde, eleito em 1587 e que reassumiu no ano seguinte o título de dom Abade, como também ficou dito, por óbito do último comendatário.

A partir daqui, vem a série dos *abades trienais* que se prolonga até ao fim da vida do Mosteiro, consequente do decreto de extinção, em 1834, com excepção de quatro triénios (1593-1605) em que se lhes atribuiu o título de «*presidente*» e abrangia mais que um mosteiro. Foram presidentes:

— *Frei Arcenio* (sic), de 1593 a 1596;

— *frei Ambrósio*, de 1596 a 1599;

— *frei Fabião*, de 1599 a 1602;

— *frei Teodoro de Santa Maria*, de 1602 a 1605<sup>68</sup>.

Quanto a frei Arcenio, ele foi eleito em 20-6-1593 presidente dos mosteiros de Palme e de São Romão de Neiva<sup>69</sup>.

4.6.9 — Continuou o Mosteiro de Palme, tal como outros, a usufruir de *privilégios* concedidos pelos nossos monarcas. Dom Sebastião renovou essa concessão a 29 de Julho de 1569.

Da mesma forma, por alvará de 1 de Março de 1586, El-Rei Dom Filipe determinou que o uso dos privilégios de que gozavam diversos mosteiros, entre os quais Palme, Carvoeiro, Ganfei, etc., fosse prorrogado por mais dois anos<sup>70</sup>.

4.6.10 — *O Mosteiro de Palme em 1551*

Pareceu-me de certa utilidade apresentar uma panorâmica da vida e do estado do Mosteiro de Palme num ano concreto, em pleno século XVI, antes do Concílio de Trento. E isso é possível, graças ao Tombo elaborado em 1551<sup>71</sup>.

A nossa atenção incidirá especialmente nestes pontos: complexo urbano, herdades do «assento», bens móveis e semoventes, objectos do culto, encargos, quem vivia no Mosteiro e obrigações.

Dos cinco primeiros far-se-á uma transcrição abreviada, em apêndice; dos restantes dois dá-se, desde já, notícia.

*Quem vivia no Mosteiro?*

— *O Abade comendatário dom João de Portugal*, de quem já se falou;

— *frei Francisco de Jesus, prior crasteiro*<sup>72</sup> que viera para ali em 1516, já monge professo, prestando obediência ao então abade dom Diogo Barbosa;

— *frei João de Santa Maria* que viera para o Mosteiro haveria vinte e três anos prestando também obediência ao dom abade Diogo Barbosa, e já monge professo;

— *frei Pedro*, também monge professo, veio de Castela, haveria dezasseis anos;

— *frei Barlolomeu de São Martinho*, vindo do mosteiro de São Romão de Neiva para este de Palme, já monge professo, no ano de 1545.

Em 1516, conforme declara o prior crasteiro, não havia em Palme mais que três padres «*nem houvera nunca*», além de um clérigo criado do referido dom Diogo Barbosa, que «*não servia mais que em ajudar a dizer as missas da somana ...*» e ao qual davam da fazenda do convento somente dois mil reis. Agora, porém, em 1551, já eram quatro os padres, pois o Infante Dom Henrique, por suas visitas, mandara acrescentar um padre que é frei Pedro<sup>73</sup>.

O prior crasteiro auferia do Mosteiro uma ração e meia «*como sempre tiveram os priores passados*», recebendo cada um dos outros monges uma ração, o que, ao todo, perfazia quatro rações e meia<sup>74</sup>.

Diga-se ainda que frei João de Santa Maria era monge professo de Santa Maria de Carvoeiro.

As obrigações dos monges de Palme eram as seguintes:

— As missas de «prima» e «tércia» de cada dia, e a de «tércia» cantada somente à segunda;

— nos Fiéis Defuntos: missa de «prima» cantada e responsos, em procissão pela crasta, e suas «horas» no coro;

— desde os Santos até à Septuagésima, levantam-se à meia-noite e rezam «matinas».

Isto, além de outras coisas, como tinham por seu costume, não sabendo de aniversários nem de outras mais obrigações antigas, conforme declaravam<sup>75</sup>.

#### 4.7 — Século XVII

4.7.1 — Com as reformas conciliares e o óbito do último abade comendatário, iniciava-se uma época de actualização e de estabilização na vida do Mosteiro de São Salvador de Palme.

Este século a que nos reportamos entra já sob o regime provisório de «*presidente*», sendo titular frei Fabião (1599-1602), título esse que só abrangeria mais o seguinte: frei Teodoro.

Segundo frei Leão de São Tomás, chamava-se este último presidente *frei Teodoro de Santa Maria* (1602-1605) e era natural de Arronches, no bispado de Portalegre. Quando novo, tomou parte na batalha de Alcácer-Quibir, onde ficou prisioneiro e foi posto ao serviço de um turco rico e poderoso. Pelas qualidades de que era dotado, caiu nas graças e na estima do seu senhor, a ponto de ganhar certa preponderância no meio, sem no entanto se deixar seduzir. O que mais o fazia sofrer no cativo era presenciar afrontas e escárneos aos outros cristãos prisioneiros. Providencialmente, veio a ser libertado e, uma vez na Pátria, quis manifestar a sua gratidão fazendo-se monge beneditino e vivendo santamente os seus dias. A prova disso foram os honrosos cargos em que foi investido<sup>76</sup>.

*Frei Rafael Nogueira*, natural de Coimbra, foi o sucessor, eleito em 1605, já com o título de dom abade, para reatar a tradição interrompida desde dom João de Portugal.

Nesta primeira metade do século, tudo foi decorrendo com norma-

lidade. Pelos relatórios elaborados em cada triénio denominados «Estado do Mosteiro», para apresentar nos capítulos Gerais da Ordem e que se conservam desde 1626, verifica-se como era gerido o Mosteiro: distribuição de cargos, receita e despesa, obras que se faziam na igreja, claustros, refeitório, celas, hospedaria, cozinha, portaria, varandas, livraria ou biblioteca, barbearia, adega, estrebaria, abegoaria, pombal, bem como na parte rústica: plantação de vinha e árvores de fruto ou não, vedações, canalizações, etc., tudo num contínuo esforço de progresso, ordem e asseio.

Se a isto juntarmos os cuidados do espiritual, não era letra morta o ideal do Santo fundador expresso na divisa «ora et labora» e, gradualmente, construía-se a paz e a prosperidade da vida claustral<sup>77</sup>.

4.7.2 — Por volta de 1642, porém, essa paz e quietude vêem-se perturbadas. Uma mulher conhecida por *Maria do Juncal* (ou *Juncaleira*), da freguesia de *Santa Marinha de Forjães*, frequentava a igreja do Mosteiro nos domingos, dias-santos e até em dias de trabalho. Ou fosse por maldade ou por alterações psíquicas, irrompia em gritos, palavras e atitudes ofensivas e inconvenientes para com os religiosos ou outras pessoas que a mandassem calar, causando grande escândalo e perturbando os actos do culto.

Humilhados e ofendidos, sem meio de conseguirem solução para o caso, vêem-se os monges obrigados a recorrer ao juiz-de-fora de Barcelos, afim de a notificar e providenciar para que ela se corrija e deixe de os inquietar.

Na petição, declaram que ela: os injuria com feias e afrontosas palavras; os não deixa dizer missa nem pregar, antes «*lhes grossa as pregações dizendo que sabe mais que todos*»; tudo isto faz «*por ser imigua capital dos spplícantes e pellos afrontar*»; «*he de bom entendimento e por se prezar de boba e dezadeira lhes faz os ditos asintes e trovas e matracas cõ pesquins infames*»; «*a supplicada os inquieta cõ grande malicia e escandalo*»; e «*he molher solteira disoluta errada e que sempre viveo disolutamente sem modestia*». Por isso, pediam «*lhes mande passar mandado para que a supplicada seja notificada que cõ pena de cem cruzados e degredo fora de villa e termo mais os não inquiete nem va ao seu mosteiro e igreia e sendo habi achada os quadrilheiros a prendam*».

Ouidas as testemunhas António Pinto de Caldas, morador em Vila Chã; Pedro Domingues, lavrador, residente na aldeia de Palme; Pedro Afonso Carpenteiro, lavrador, morador em S. Tiago de Aldreu; e João Domingues, lavrador, da aldeia de Palme, todos eles confirmaram o procedimento e as atitudes da Maria do Juncal, acrescentando que «*a supplicada não he desasizada porcoanto fala a preposito e trata com todos fora das igreias muito a proposito...*»

O licenciado Miguel de Sousa Correia, juiz-de-fora na vila de Barcelos deu provimento à petição, mandando citar a ré. E André Gonçalves, quadrilheiro, morador em Santo André de Palme, executava o mandado, em 21 de Junho de 1642.

Veio, por fim, o veredicto do juiz: «*mando seja notteficada não va ao Mosteiro dos supplícantes nem os inquiete por algum modo, sob pena de cadeia e multa ...*»<sup>78</sup>.

Era dom Abade do Mosteiro de Palme, nesta altura, *frei Agostinho da Apresentação*.

4.7.3 — Iam decorrendo os anos. A simpatia para com os frades por parte das populações circunvizinhas não parece ter sido a melhor. As razões poderiam encontrar-se nos tempos difíceis das guerras da Restauração: carências alimentares, impostos, dificuldade em pagar rendas, talvez implacabilidade ou demasiada rigidez do Mosteiro em as receber e, quiçá ventos de libertação consequentes da vitória sobre o jugo estrangeiro.

O certo é que, em 1664, essa má vontade traduziu-se em afrontas, injúrias e perseguições a *Padres Visitadores da Ordem*, quando se dirigiam de visita ao Mosteiro de São Romão de Neiva.

Em resumo, diz uma «representação», por escrito, enviada a El-Rei Afonso VI <sup>79</sup>:

— «*Dizem os Rd.<sup>os</sup> Padres Visitadores Gerais da Religião do Patriarcha S. Bento Fr. Damaso da Sylva e Fr. Constantino do Emparo, e o D. Abade do Mosteiro de Palme termo da villa de Barcellos que em os 17 dias do mes de Março deste ano corrente de 1664, indo elles Padres Visitadores a visitar o mosteiro de São Romão de Neiva, passando pela freguesia de S. Marinha de Forjaëns padroado do dito mosteiro de Palme ...*»:

— a) «*se começou de hum lugar alto a tocar huã buzina por pessoa selariada para isso*»;

— b) «*logo os moradores de Santa Marinha convocando com a dita buzina os moradores de Villa Cham, Belinho, e S. Claudio, S. Andre de Palme, S. Tiago de Aldreu e Fragoso todos cumulados e juntos e conjurados, feito assento e concelho de antes, de proposito, levantando grande motim, armados de paos, pedras, fouces, dardos e mais armas ...*»;

— c) «*se forão aos suplicantes Visitadores e os apedrejarão e maltratarão e levarão te o Rio Neiva, onde sendo religiosos e velhos, se lançarão a agoa e estiverão quasi afogados por evadir a morte e lhe ferirão hum criado e elles cõ pizaduras dos paos e pedras*»;

— d) «*E não he menor a queixa do dito Padre D. Abade ..., porque antes do dito motim e conjuração mandando elle por hum quadrilheiro em 4 dias do dito mes de Março citar os cazeiros do seu assento da Magdalena sito na dita freguesia de Palme, lhe resistirão os ditos cazeiros e convocando os moradores das ditas freguesias o forão perseguindo te as portas do dito Mosteiro com paus e pedras para o matar*»;

— e) «*e tornando em 14 do dito mes hum alcaide por nome Manuel de Mattos com mandado de justiça pera com efeito citar os ditos cazeiros da Magdalena, tocarão logo huã buzina e ao som della acudirão os moradores das freiguesias*»;

— f) «*de suada e proposito forão seguindo e apedrejando ao dito alcaide e o ferirão e levarão te a porta do dito Mosteiro*»;

— g) «*e tratarão abalroar as portas delle e the quebrarão os telbados, chamando aos religiosos afrontosos nomes, ameaçando lhes a morte e abrazar o convento e dahi passar a Galiza*»;

— h) «*e ja oje não podem os religiosos sahir delle sem risco de vida*»;

— i) «*e os ditos cazeiros da Magdalena forão autores e cabeças destes motins e fizerão pera isso junta e concelho*»;

— j) «e em 16 do dito mes avendo pregação no dito Mosteiro, vierão muitos dos supplicados a ela e fizeram corpo de armas a porta da dita igreja mais insolentes do que antes, dizendo se resolvessem que o primeiro que haviam de matar avia de ser o Abbade e o Prior».

— «E porque pella via ordinaria não podem alcançar justiça».

— «Pedem a Vossa Majestade lhe faça merce seguralos e defendelos dos supplicados e mandar dos dittos delittos devassar por hum ministro seu e proceder contra elles com justiça e R. M..

— Protestão os supplicantes não aver effusão de sangue».

Apenas pude encontrar este documento, ignorando-se, pois, o restante do processo. De qualquer forma, é elucidativo e demonstra que o ambiente não era nada propício. O Mosteiro tinha também as suas tribulações. Crise repartida e por todos compartilhada.

Nessa data, era dom Abade do Mosteiro de Palme frei João de Novais.

4.7.4 — Uma visita episcopal à paróquia do Mosteiro.

Num dos livros do Registo Paroquial de São Salvador de Palme, paróquia com sede na igreja do Mosteiro, vem registada uma visita feita por Dom Jorge Queimado, confessor, desde 1589, e depois coadjutor, desde 1599, do Arcebispo de Braga Dom Frei Agostinho de Jesus Castro, e bispo titular de Fez<sup>80</sup>. Tendo já falecido o citado Arcebispo em 1609, foi a visita efectuada no ano seguinte, ainda com a Sé vagante. É assim relatado o acontecimento:

— «Aos dezanove de agosto do anno de seiscentos e dez huã sexta fr.<sup>a</sup> vespora de Sam Bartholameu forão crismandos dous filhos de A.<sup>o</sup> Míz da nossa freg.<sup>a</sup> de Bostello .s. Martinho e Thome, e dous de Gregoria Alvez .s. Fr.co e Izabel, e dous de João Domingues .s. Frãcisquo e Maria pello Sõr Bispo de anel Dom Jorge na see vagante quando faleceo o Sõr Bispo Dom Agostinho de boa memoria. E por verdade asinei aqui dia ut supra frej Manoel da Esperança»<sup>81</sup>.

A pequena paróquia, cuja cura estava confiada a um monge com o título de vigário, a apresentação do dom Abade, não contava mais que 22 fregueses, por altura de 1602, assim distribuidos: no lugar de Palme (proximidades ou Tras-o-Mosteiro), onze fregueses; e, no lugar de Bustelo, outros onze. Esta paróquia fora instituída em 1575, aquando da eleição do primeiro prior trienal (frei Gonçalo de Geraz) o qual acumulava o cargo de vigário, a princípio; mais tarde, cada um destes dois cargos tinha o seu titular. Persistiu até 1833, data em que foi extinta pela autoridade diocesana e integrada na de Santo André de Palme, em consequência da secularização dos conventos<sup>82</sup>. Foi, pois, seu instituidor o Arcebispo Dom Frei Bartolomeu dos Mártires e a extinção deu-se durante a vacância da Sé de Braga (1827-1842), em que a vida religiosa da Arquidiocese sofreu bastante agitação, resultante das rivalidades e lutas entre liberais e absolutistas.

#### 4.8 — Século XVIII

4.8.1 — Folheando os relatórios trienais elaborados expressamente para serem apresentados no Capítulo da Congregação, constata-se do contínuo progresso e zelo em relação ao Mosteiro. Melhoramentos, obras de conser-

vação e arranjo, novas plantações, tudo vai aparecendo num ritmo que causa boa impressão, como reflexo de paz e tranquilidade.

A vida conventual processava-se em ritmo harmonioso e feliz, de tal modo que qualquer acontecimento menos bom não conseguia deslustrar. A competência e virtudes dos abades, a acção laboriosa e benéfica dos monges e seus auxiliares, e um contexto político-económico favorável terão contribuído para essa realidade. Talvez possamos adiantar que a primeira metade do século XVIII deve ter sido uma das fases mais prósperas do Mosteiro. Para a segunda metade, parece haver já indícios de decadência geral.

Um episódio que, seguidamente, se vai referir, constitui, de facto, excepção. No fundo, ele tem a ver mais com o século anterior.

4.8.2 — Logo nos princípios deste século, exactamente a 9 de Março de 1700, o dom Abade de Palme, *frei Cipriano de São Francisco*, comunicava ao Arcebispo de Braga, Dom João de Sousa que «... pessoa ou pessoas de que não hera sabedor que não temendo a Deos Nosso Senhor nem a estreya cõta que de tudo por elle lhe ha de ser tomado em grave damno e condenação de suas almas, que a poucos tempos atras lhe cortarão quantidade de carvalhos novos e lhe furtarão muytos matos e folhas e lenhas das devezas e lhe cortarão muytas vides nas vinhas [...] Assim pedia lhe desse algum remedio com justiça ...».

Em resposta, decretou o Arcebispo: «... mando que sob penna de excomunhão mayor ipso facto e da maldição de Deos todo poderoso [...] ha todas as pessoas q̃ o sobredito fizerão, encobrem ou tem em si o restetuum ao supplicante por si ou por outrem ...»<sup>83</sup>.

Era realmente uma acção que deveria ter causado um misto de desgosto e repulsa por parte dos monges; mas também significava certa má vontade, incompreensão ou vingança este acto de vandalismo. Enfim, tribulações que surgem nos caminhos da vida, e que contribuem, afinal, para que esta não seja monótona.

4.8.3 — Ainda nos alvares do século, encontramos a reger o Mosteiro um Abade de muito prestígio e cultura, o *padre pregador jubilado frei Manuel de Santiago Lobão*. Eleito em 1701, exerceu o cargo num triénio (1701-1704) e, mais tarde, num outro (1710-1713). Folheando a documentação da época, encontramos muitas referências a ele. Faleceu, no mesmo cenóbio, a 29 de Agosto de 1718 e foi-lhe dada sepultura nos claustros, ao canto nordeste. Na lápide da sua sepultura, ainda hoje (1988) bem visível, pode ler-se:

S.A DO P. P. JUB. FR. M.EL  
DE S. TIAGO LOBÃO BEM-  
FEITOR DESTE MOST. F. A  
29 D. AG. AN. 1718

Como se vê, a leitura é fácil: «Sepultura do padre pregador jubilado frei Manuel de Santiago Lobão benfeitor deste Mosteiro faleceu a 29 de Agosto ano 1718».

É de realçar a característica de ser considerado benfeitor do Mosteiro.



*Cobertura granítica com inscrição da sepultura do padre pregador jubilado frei Manuel de Sant'Iago Lobão, dom abade, 1701 a 1704 e de 1710 a 1713. É uma das várias que se encontram no pavimento do claustro do Mosteiro.*

São reconhecíveis ainda outras sepulturas, de abades ou não, naquele recinto. Por exemplo, esta:

S.A DO P. P. FR. XPÃO  
DA MADRE DE DEOS F. A  
15 DE IAN. 1723 A.

(Sepultura do padre pregador frei Cristóvão da Madre de Deus falecido a 15 de Janeiro 1723 anos)

*Frei Cristóvão da Madre de Deus* foi dom Abade de 1716 a 1719.

Outras sepulturas se poderiam mencionar ou identificar; mas disso nos dispensamos, por desnecessário e fastidioso.

Convém, entretanto, referir outras personalidades que sobressairam durante este período. Assim, o *padre-mestre doutor em Teologia e depois jubilado, frei Manuel de Santo António*, dom abade de 1749 a 1752; e o *padre-mestre frei Gaspar de Jesus Maria*, dom abade de 1770 a 1773, depois também jubilado.

É pena que não nos ficassem crónicas ou relatos da vida e virtudes de tantos monges que por ali passaram e seriam, porventura, dignos da nossa admiração. A intimidade espiritual da clausura mais o carácter ascé-

tico das normas conventuais escondiam, com toda a certeza, muita virtude, ciência e trabalho.

4.8.4 — Reportando-nos ao problema da *subsistência do Mosteiro* e sua situação económica, verificamos que os rendimentos eram de certa monta. Provinham: do cultivo dos passais de dentro e de fora — trigo, milho, centeio, feijão, grão-de-bico, vinho, fruta variada, etc.; de animais de várias espécies, ali criados ou provenientes de rendas ou de foros; de domínios, ltuosas, foros e rendas das propriedades de fora, dispersas por bastantes freguesias e ao Mosteiro pertencentes, como temos dito.

Isto ajudava enormemente a resolver o problema alimentar. A comunidade consumia ou usava para seu consumo produtos e géneros diversos, tais como arroz, bacalhau e outro peixe seco, por exemplo cação, carne de vaca, carneiro, cabrito, anho, leitão, presunto, capões, galinhas e frangos, coelhos, sardinhas, lagostas, ovos, manteiga, pão, azeite, açúcar, doces, queijo, fruta variada, passas, nozes, figos, castanhas, vinho, açafraão, mostarda, canela, pimenta, vinagre, sal, etc. Propositadamente, cito especificando estes produtos animais e vegetais, géneros e condimentos, para avaliarmos melhor a abundância de alguns deles e os costumes da época.

Mas o Mosteiro não tinha apenas de acudir à comunidade; acolhia também peregrinos e dava hospedagem, esmolas e refeições aos pobres que por ali passavam e não deviam ser poucos, e despedia ainda com os trabalhadores.

No que concerne a vestuário e ao mais provimento da casa, gastava sarjas, pano de linho, estopa, vestes para os pobres, tecidos e roupas para a hospedaria, para a sala de jantar, bem como os objectos necessários para a vida interna e externa dos seus membros, cuidando também do provimento de tudo o indispensável para o exercício do culto divino. Isto para não falar das obras de conservação ou aumento e dos utensílios agrícolas, animais de trabalho e de transporte<sup>84</sup>.

4.8.5 — *A administração dos bens do Mosteiro e sua conservação* contava, entretanto, com uma máquina bem montada. Tudo era rigorosamente contabilizado e de tudo se prestaria contas no Capítulo Geral.

Para os títulos da receita e da despesa, funcionavam as secções seguintes:

— O «*depósito*» ou reserva das provisões e de tudo quanto se recebia, depois de subsidiados os gastos dos outros sectores de consumo; e guardava ainda os direitos recebidos do padroado sobre igrejas, de domínios, ltuosas<sup>85</sup>, dízimos, avenças, empréstimos e outras receitas eventuais;

— o «*recebedor*» que se encarregava de arrecadar as rendas provenientes do exterior: foros em dinheiro, trigo, «segunda» (milho grosso, miúdo e painço)<sup>86</sup>, vinho, carneiros, capões, galinhas, frangos e frangas, ovos, manteiga, alhos, tainhas e palha painça. Os foros iam para o depósito na totalidade; o trigo era entregue, na maior parte, ao «forno» e o restante ao depósito; a «segunda» ao depósito; o vinho ao depósito e à despensa; os carneiros, as galinhas, capões, frangos e frangas, ovos, manteiga e alhos também ao depósito e à despensa; as tainhas ao depósito; a palha painça ao palheiro e, por vezes, parte ao depósito. Dos cereais deduzia-se uma porção para os encargos;

— a «*granaria*» arrecadava as rendas dos passais de fora e de dentro:

milhão (milho grosso), roão<sup>87</sup>, milho miúdo, centeio; e dava daí para salários, esmolas, sementeiras, criações, alimento dos machos e para o forno. Outra parte ficava no depósito. Recebia também feijão dos passais de fora, dando para semear, para esmolas e para gastos de casa; no depósito ficava a outra parte. Recebia ainda galinhas que entregava à despensa;

— o «*despenseiro*» que recebia trigo do recebedor e o dava ao forno; e recebia «segunda» da granaria e dava também ao forno;

— o «*gastador das demandas*» recebia do depósito e gastava o que fosse necessário nos litígios eventuais;

— a «*sacristia*», subsidiada pelo depósito, gastava em tecidos, galões, fitas, franjas, holandilhas, ramos, palmitos, rendas, alcatifas, damascos, algodão, garça, goma, incenso, botões, cera, espelho, dourados, alfinetes, tachas, cordões, caixões, aparadeiras, sabão, canastras, benjoim, caminhos, prateados e outros aprestos;

— o «*gastador das obras*» da casa era financiado pelo «depósito» e pagava as obras que se faziam no Mosteiro e suas dependências: melhoramentos, compras, materiais, objectos, ornamentos, pintura, escultura, serviço de pedreiro, salários, utensílios agrícolas, serviço de alfaiataria, etc. Financiava ainda as obras que se efectuavam nas igrejas das freguesias anexas ao Mosteiro. Parece que a partir de meados do século anterior as três igrejas: Santo André, Sant'Iago e Santa Marinha já não contribuía para o Mosteiro nem as suas obras eram por ele subsidiadas. É o que se depreende dos relatórios que, infelizmente, já não existem na totalidade<sup>88</sup>. Por essa razão, só encontramos mencionada a igreja de *São Bartolomeu do Mar* através deste século XVIII como anexa ao Mosteiro de Palme que, por sua vez, nela promovia as obras e melhoramentos, até 1834, ano em que se deu a secularização.

4.8.6 — Em 1731 eram os seguintes *monges professos* que viviam no Mosteiro de São Salvador de Palme:

- o dom Abade frei Domingos da Conceição;
- o prior frei Roque da Ascensão;
- o dor. frei João Evangelista;
- frei Manuel de S. Tiago;
- frei António de São João;
- frei Luis da Ascensão;
- frei João de Jesus Maria;
- frei João da Madre de Deus;
- frei Joseph de Jesus Maria;
- frei Fernando Baptista;
- frei Manuel de São Francisco.

No relatório do ano de 1767 vem expresso o «Catálogo dos Religiosos deste Mosteiro» que ali habitavam nesse ano. São eles:

- o dom Abade padre pregador frei Manuel da Conceição;
- o prior, vigário e organista, padre pregador frei José de São Bento;
- o padre pregador frei António da Ascensão;
- o padre pregador frei Francisco de Santa Teresa;
- o padre pregador frei Félix dos Mártires, cantor e sacristão;
- o padre pregador frei Caetano da Ascensão, recebedor;

- o padre pregador frei Pedro da Ascensão, gastador;
- o padre pregador frei António de São José, graneiro;
- o irmão frei Lizardo de São Bento, despenseiro.

No triénio seguinte ou melhor, em 1770, os religiosos eram estes:

- o dom Abade padre pregador frei Felisberto da Encarnação;
- o prior padre pregador frei Manuel da Rainha dos Anjos;
- o padre pregador frei António da Ascensão;
- o padre pregador frei Francisco de Santa Teresa, enfermeiro;
- o padre pregador frei Pedro da Ascensão, recebedor e gastador;
- o padre frei Manuel dos Serafins, organista;
- o padre pregador frei José do Loreto, sacristão-mor;
- o irmão frei Francisco de Santa Gertrudes;
- o irmão frei Lizardo de São Bento, despenseiro e mordomo.

Comparando estas duas últimas relações dos monges verifica-se que havia bastante mudança de uns triénios para outros, o que parece de algum modo salutar para a revitalização do espírito monasterial.

Também se repara que a «população» do Mosteiro de Palme era relativamente pequena. Isto demonstra que *«foi sempre mosteiro secundário»* no contexto da Congregação de São Bento de Portugal<sup>89</sup>.

4.8.7 — *Uma contrariedade para o Mosteiro: roubo de pratas.* De o terem perpetrado, viram-se citados os réus João José Gallego Carlos, solteiro, natural da cidade de Braga; Laura Bezerra, natural da antiga vila de Eiras, do concelho de Coimbra; Cipriana Luisa, natural da cidade de Braga; e Sebastiana Maria, da vila de Ponte de Lima.

Felizmente, o roubo foi apreendido e voltou à posse do Mosteiro. Consistia em pratas com o peso de *«quarenta e quatro marcos, seis onças e seis oitavas»*, o mesmo que constava dos autos. Frei Caetano da Assunção monge daquele Mosteiro, provisionado por Frei Manuel da Conceição, dom Abade, compareceu aos 4 de Setembro de 1766 na Relação do Porto para jurar como aquela prata era pertença do Mosteiro de Palme e, seguidamente, tomar conta dela, por acórdão do Tribunal. Uma parte da prata já a tinha recebido em Braga<sup>90</sup>.

4.8.8 — O aumento progressivo do número dos conventos através da longitude temporal seria uma das causas da *decadência das ordens antigas*. Em vez de se suprirem alguns para melhorar a qualidade, eles proliferaram e, em muitos casos, o estado religioso tomava-se «por vida e não por espírito», o que reclamava providências, não só para obviar à falta de recursos como para pôr cobro à indisciplina e abusos. Este estado de coisas trazia preocupações, mas nem sempre as reformas se operaram, por falta de iniciativa ou de coragem. Em 1763 contavam-se 538 casas religiosas, mas o número ainda continuou aumentando<sup>91</sup>.

Procurou a Rainha D. Maria I entrar a decadência, ordenando um inquérito acerca do número, estado e encargos das casas religiosas, em 1788. No respeitante à Congregação de São Bento, constituída por dezanove mosteiros e cinco «presidências», encontramos o seguinte relatório<sup>92</sup>:

— *«Informação que dá à Secretaria de Estado o Dom Abade Geral dos Monges de S. Bento dos Mosteiros e rendas da sua Congregação e dos*

*mais artigos contemplados nas Reais ordens de Sua Majestade expedidas pello Il.mo e Ex.mo Visconde de Villa Nova de Cerveira».*

Ali se vê incluído o de Palme, informando sobre a sua fundação, situação, capacidade, celas, capelas, rendas, etc. Em resumo, diz o seguinte:

— Que o Mosteiro de São Salvador de Palme foi fundado por dom Lovezendo, filho de Sazi, na era de 1028; está situado no termo da vila de Barcelos da qual dista duas léguas, num sítio plano e ameno junto da estrada real que vai da dita vila para a de Viana; o seu edifício está na maior parte reedificado e continua-se na parte que falta; tem suficiente igreja e as oficinas necessárias; tem doze celas para a habitação dos monges; costumava ter dez ou doze monges antes da «proibição»<sup>93</sup>, actualmente tem seis; não tem capelas com fundo de rendimento certo, mas tem obrigação de uma missa quotidiana pelos benfeitores do mesmo mosteiro de Pendorada, por contrato que fez com o dito mosteiro, e tem mais obrigação de três missas cada ano por uns benfeitores que deixaram as suas terras. Tem de rendas: dos dízimos de São Bartolomeu 196\$200 que, deduzindo os encargos (fábrica e cura), fica líquido 150\$000 reis; dos foros em dinheiro e em géneros 884\$115; da cerca e do passal, abatida a cultura, 318\$680; de modo que importa tudo em 1.352\$795 reis. Desta importância paga anualmente para o mosteiro do Porto (São Bento da Vitória) 10\$000 reis e, portanto, a renda cifra-se em 1.342\$795. — «Com esta renda poderá sustentar 10 monges».

Efectuado o inquérito, logo a Rainha instituía, por decreto de 21-11-1789, a «Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das Ordens regulares» a que presidiu o bispo do Algarve e confessor da Rainha, Dom José Maria de Mello, com faculdades conferidas pelo Papa Pio VI para a reforma.

O Mosteiro de Palme subsistiu e foi seguindo normalmente até à secularização e extinção em 1834.

#### 4.9 — Século XIX

4.9.1 — Entramos na última fase da vida do Mosteiro. Quem o diria? O fim aproximava-se a passos largos e viria a consumir-se em 1834, por decisão do poder secular, como veremos.

Estando as ordens monásticas antigas em decadência, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, por factores diversos, tais como falta de recursos, indisciplina ou desmoralização e também abusivas intervenções do poder secular, parece que esse estado de coisas não se podia atribuir ao *Mosteiro de Palme*, a avaliar pelos relatórios trienais e ainda porque reduzido número de gente a povoá-lo, com apreciáveis recursos, seria viável prover à sua sustentação. A isto acrescia a tranquilidade e paz internas.

O número de monges oscilava, de há muito, entre os sete e os dez e, raramente, onze ou doze, incluindo algum irmão leigo. Se próximo dos finais do século XVIII, concretamente em 1789, eram sete, incluindo o dom abade, e desempenhavam os seguintes cargos, às vezes em acumulação: dom abade, prior, padre mestre, celeireiro, mordomo, vigário, recebedor, sacristão, notário, gastador e enfermeiro — em 1818 eram oito: o dom abade,

o prior, o depositário, o vigário, o organista, o recebedor, o procurador, o celeireiro e o mordomo. Como nem todos tinham cargo, um ou outro deles desempenhava mais que um<sup>94</sup>.

Neste século, a vida parecia decorrer, decorria mesmo normalmente naquela comunidade. Mas o fim estava próximo para todos os mosteiros e conventos. O espírito do liberalismo transtornava e confundia muitas consciências, levando às mais variadas arbitrariedades por parte dos detentores do poder. Os citados decretos de D. Maria I, ainda que bem intencionados, seriam mais tarde aproveitados, exagerada e abusivamente, para fundamentar ou contribuir para o processo da espoliação, sobretudo aquele de 29-9-1791, em que a Rainha ordenava se não admitissem, até ordem em contrário, noviços nos conventos<sup>95</sup>.

Tudo se consumou em 1833-1834. As primeiras *Cortes Constituintes* tomaram a liberdade de proibir a admissão de noviços e determinaram a redução das casas conventuais, por decreto de 18/1822. E embora o regime miguelista logo suspendesse aquele decreto, o subsequente domínio liberal levaria avante a decisão com medidas de carácter geral em 1833, que culminaram com o famigerado *decreto de Joaquim António de Aguiar, ministro da Justiça*, de 28 de Maio de 1834, a que já aludimos. Nele se ordenava: a) a imediata extinção de todas as casas de religiosos; b) que os seus bens fossem incorporados na Fazenda Nacional, exceptuando os vasos sagrados e os paramentos que seriam entregues aos Ordinários diocesanos; c) que aos religiosos sem benefício ou emprego fosse concedida uma pensão anual, mediante certas condições.

Da crueldade com que foi executado o decreto falam-nos os cronistas: religiosos sem hábito, cobertos com mantas e descalços; doentes e parálficos desumanamente tirados das enfermarias; promessa de pensões que não chegava à realidade, etc.

Dali em diante, pois, abundavam e vagueavam religiosos egressos das diversas ordens e congregações, muitos deles mendigando esmola. Só em Viana, em 1843, viviam cerca de vinte e nove religiosos egressos, além de muitos outros espalhados pelas freguesias do concelho<sup>96</sup>. Uma calamidade!

4.9.2 — Sempre ou pelo menos muitas vezes, sobretudo em tempo de crise, foram as pessoas tentadas a supor que a acumulação de bens e sua amortização em instituições religiosas eram a causa do empobrecimento do país; e por essa razão algumas vezes se decretou *o confisco ou a desamortização* deles. A experiência, porém, nos diz que, não obstante alguns inconvenientes lógicos resultantes dessa possessão, jamais aquelas medidas trouxeram remédio para os males.

De facto, a incorporação dos bens monasteriais e conventuais bem como, mais tarde, a desamortização doutros bens sob administração canónica: passais, confrarias, etc., foram levadas a cabo uma ou outra vez; mas o país continuava em decadência, sem ao menos poder minorar os seus males. Por um lado, aqueles bens que poderiam ajudar em relação à dívida externa resultante de crises diversas (invasões francesas, guerras civis, etc.) foram, por vezes, mal aplicados ou até desbaratados<sup>97</sup>; por outro lado, a má administração, a leviandade e a falta de estabilidade só poderiam gerar consequências funestas.



*D. António Bernardo da Fonseca Moniz (1789-1859)  
(abade de Beiriz e bispo do Algarve e do Porto).*

#### 4.9.3 — O Mosteiro após a extinção. Mudança de propriedade.

4.9.3.1 — Logo depois de incorporados na Fazenda Nacional, foram os bens imóveis constantes do Mosteiro de Palme vendidos em hasta pública, parece que já no mesmo ano de 1834 em que principiaram as arrematações<sup>98</sup>, sendo compradora a família Fonseca Moniz na pessoa de um dos três irmãos que dela faziam parte, o padre dr. Carlos Felizardo da Fonseca Moniz, conforme informações dos actuais possuidores descendentes da mesma família<sup>99</sup>.

Pelo que nos foi dado saber, trata-se de pessoas ilustres que sobressairam no seu tempo. Além do referido padre dr. Carlos Felizardo, também os outros dois: o padre dr. António Bernardo da Fonseca Moniz e o brigadeiro José Maria da Fonseca Moniz, de quem apresentarei breves apontamentos. Eram filhos do bacharel advogado Francisco José Nunes da Fonseca Moniz e de D. Ana Maria de Madureira Torres Ferreira de Castro.

4.9.3.2 — Nasceu António Bernardo na vila da Torre de Moncorvo, aos 11 de Março de 1789. Concluidos os estudos universitários em Coimbra, aí se formou em Direito, no ano de 1814. Sentindo-se, porém, vocacionado para a vida eclesiástica, decidiu seguir essa carreira e recebeu ordens sacras em 1816. Intensa e diversa actividade o esperava: logo vigário geral da comarca de Valença, durante três anos; abade de Gemeses, Esposende; procurador-geral da Mitra de Braga, desde 1819; desembargador da Relação de Braga, promotor apostólico, examinador sinodal e vigário geral da arquidiocese desde 1822; arcediogo de Neiva, em 1824; abade de Beiriz, Póvoa de Varzim, em Junho de 1826, sendo e continuando simultaneamente secretário do arcebispo de Braga Dom Frei Miguel da Madre de Deus, até à morte deste prelado (1827). Nesse ano foi residir para Beiriz, com algumas intermitências derivadas de situações políticas. Sua mãe acompanhou-o e ali faleceu em 5 de Abril de 1832 e foi sepultada no dia seguinte, na capela-mor da igreja, assistindo ao funeral grande número de sacerdotes e fiéis. Em 1834, é nomeado governador do bispado de Coimbra, tesoureiro-mor da Sé de Lisboa e aí também cônego. Em 1836, porém, transferido para governador do arcebispado de Braga, renuncia do múnus de abade de Beiriz em favor de seu irmão o padre dr. Carlos Felizardo e ocupa, meses depois, um lugar nas Cortes como senador pelo distrito de Viana do Castelo e deputado pela província do Minho, sendo par do Reino. Até que, em 5 de Janeiro de 1840 é eleito *bispo do Algarve*, eleição esta só confirmada em 1844. Recebe então, neste ano, a sagração episcopal das mãos do arcebispo de Braga, Dom Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Melo, na capela do Mosteiro de Palme. Em 7 de Julho de 1851, chega a ser escolhido para o cargo de ministro da Justiça, mas não toma posse. Finalmente, em 1854, por motivos de saúde, é transferido para *bispo da diocese do Porto*, onde permaneceria até ao fim da vida ocorrido aos 4 de Dezembro de 1859, contando 70 anos. Jaz sepultado na cripta da catedral do Porto.

Pelo que se observa, teve actuação destacada, intensa e de bastante mérito, segundo rezam as crónicas. Foi galardoado com as comendas de Cristo e de São Tiago de Espada<sup>100</sup>.

4.9.3.3 — Carlos Felizardo da Fonseca Moniz, o segundo dos irmãos a



P.º Dr. Carlos Felizardo da Fonseca Moniz (1797-1880)  
(abade de Beiriz e possuidor que foi do Mosteiro de Palme).

abraçar a vida eclesiástica, formou-se também em leis na Universidade de Coimbra. Seu primeiro cargo foi o de desembargador na Relação Eclesiástica de Braga, exercendo ao mesmo tempo o de vigário geral de Chaves. Abade de Gemeses sucessor de seu irmão, foi igualmente cônego honorário da Sé de Lisboa. Tendo vagado a *paróquia de Beiriz* por renúncia do abade dr. António Bernardo, em 1836, foi o padre dr. Carlos Felizardo ocupar esse lugar. Mas, em 1843, talvez por falta de saúde para a actividade paroquial, retira-se para a sua casa do Mosteiro de Palme, onde residiria longos anos, conservando, todavia, o contacto com a paróquia de Beiriz,

entregue a curas ou coadjutores, pois continuava ele a ser o abade «colado». Durante esse período promove a reconstrução da igreja paroquial da sua freguesia levada a efeito de 1865 a 1872, para a qual contribui com 400.000 reis e a cuja bênção presidiria neste último ano, em Beiriz. Faleceu em Palme, na casa da quinta do Mosteiro, aos 10 de Novembro de 1880, e foi sepultado na capela anexa.

Consta ser uma pessoa de «costumes irrepreensíveis e grande sensatez» e até se pensa ter sido um conselheiro de benéfica influência junto de seu irmão o bispo D. António Bernardo<sup>101</sup>.

4.9.3.4 — Finalmente, *José Maria da Fonseca Moniz*. Nascido em Moncorvo a 20 de Dezembro de 1794, estava destinado a uma brilhante carreira militar. Assenta praça, como cadete, em 1811, época de invasões francesas e Guerra Peninsular, para onde seguiria dentro em pouco e na qual vai tomar parte, de 1811 a 1814. Era então primeiro sargento e já alferes em 1813. Num dos anos seguintes contrai matrimónio com *D. Maria Clementina Leite de Oliveira Pinto* e em 22 de Novembro de 1817 nascia-lhes a filha única *D. Gertrudes Ermelinda da Fonseca Moniz*.

Pelos dintintos serviços prestados, a sua ascensão nos graus da hierarquia ia-se processando com certa brevidade e num ritmo firme e constante: tenente em 1820; capitão em 1831; em 1837, major; tenente-coronel em 1842; coronel em 1847; e brigadeiro em 29 de Abril de 1851, ano em que também lhe foi concedido o título honorífico de «*barão de Palme*».

Ao longo da sua carreira militar, diversas vezes foi ferido em combate, algumas das quais gravemente. Em contrapartida, pelo valor e mérito demonstrados, recebeu várias condecorações e bastantes louvores.

Faleceu o brigadeiro Fonseca Moniz em Lisboa, aos 20 de Dezembro de 1862. Os restos mortais, depois de trasladados, jazem num belo túmulo de mármore dentro da capela do antigo Mosteiro de Palme.

Sua filha consorciou-se em 14 de Setembro de 1850 com *José Cardoso Coelho de Moraes Pessoa*, filho do capitão-mor de Lafões. Tiveram um filho e uma filha. O filho *António Cardoso Moniz* casou na Guarda com *D. Maria da Glória Pignatelli de Mello da Cunha Abreu*, filha primogénita dos primeiros viscondes de São Pedro do Sul e herdeira do título, nascendo-lhes vários filhos. O primogénito foi *José Cardoso Moniz*, bacharel formado em Ciências pela Universidade de Coimbra e professor do Liceu de Viseu, casado com *D. Maria Frederica Ressano Garcia* e usou o título de barão de Palme. Uma das irmãs do dr. José Cardoso Moniz, *D. Ana Moniz Pignatelli de Mello Castro Corte-Real* ainda é, felizmente, viva e lúcida. Com ela tive a honra dum breve diálogo, informando-me acerca da sua família. Foi casada com *Artur de Araújo Ribeiro de Castro Côte-Real* e herdou a casa e quinta do Mosteiro de Palme<sup>102</sup>.

4.9.3.5 — Assim fica estabelecida transição para o século XX.

D. Ana Moniz e seu marido tiveram os seguintes filhos:

— *D. Maria da Glória Mello Moniz de Castro Côte-Real*, casada com *Pedro Soares de Albergaria Tavares de Castro*;

— *Dr. Artur de Mello Moniz de Castro Côte-Real*, ortopedista no Porto, casado com *D. Maria Manuela Rocha e Silva Côte-Real*;



*Túmulo onde jazem os restos mortais de José Maria da Fonseca Moniz, barão de Palme, na capela do Mosteiro.*

— *Dr.<sup>a</sup> D. Ana Maria de Mello Moniz Ribeiro de Castro Côrte-Real*, licenciada em Histórico-Filosóficas, solteira;

— *D. Maria Vera Pignatelli Moniz de Castro Côrte-Real Alves Pereira*, casada com o *Dr. Carlos Manuel Nunes Alves Pereira*, médico-cirurgião em Lisboa;

— *D. Maria José de Mello Moniz de Castro Côrte-Real Souto Neves*, casada com *Alfredo Maria Souto Neves*.

Que esta ilustre família, actualmente possuidora da casa e quinta do Mosteiro de São Salvador de Palme bem como seus sucessores possam preservar e conservar da melhor maneira esta relíquia dum passado longínquo, são os nossos votos.

#### NOTAS

<sup>1</sup> D. Grandi — A Galli in *História da Igreja*, Ed. Paulistas (1964), p. 82 e ss.; P. Albers S. J. — René Hedde O. P. in *Manuel d'Histoire Écclesiastique*, Paris, 1939, tome premier, p. 204 passim.

<sup>2</sup> Além das op. cit., vid. *Verbo Enciclop.<sup>a</sup> Luso Brasil.<sup>a</sup>*, vol. XII, cols. 1717 e 1718 e vol. XIII, cols. 1169 e ss.

<sup>3</sup> Miguel Oliveira in *Hist. Eclesiástica de Portugal*, Lix.<sup>a</sup> 1948 (2.<sup>a</sup> ed.), pp. 28 e ss.; e Fortunato de Almeida in *Hist. da Igreja em Portugal*, vol. I, pp. 51 e ss.

<sup>4</sup> Cf. op. cit. na nota anterior, pp. 55 e 52, respectivamente; e São Valério na Vida de São Frutuoso, ed. da Livraria Cruz, Braga, 1978.

<sup>5</sup> Dom Gabriel de Sousa O. S. B., in «São Bento Patriarca dos Monges e Pai da Europa», 1983, Ed. Ora et Labora; também as op. cit. passim.

<sup>6</sup> Cf. Grandi—Galli, o. c. p. 83; e A. de Jesus Costa in «A Ordem de Cluny em Portugal», art. da rev. Cenáculo, Braga, 1947/48, p. 185 e ss.

<sup>7</sup> Homília do Papa Pio XII na basílica de São Paulo entra-muros, Roma, 18-9-1947, perante os abades beneditinos: «Vere Europae Pater Sanctus Benedictus est» (São Bento é verdadeiramente o Pai da Europa). O Papa Paulo VI proclamá-lo-ia mais tarde «Patrono da Europa» (breve «Pacis Nuntius» de 24-10-1964), seg. Enciclop. Verbo cit., vol. III, cols. 1098 e 1100.

<sup>8</sup> A. de Jesus Costa, loc. cit. p. 185.

<sup>9</sup> Entre outras escrituras de «prazo» ou seus traslados, posso citar in A. D. B. Fundo Monástico-Conventual. Beneditinos: Palme 80, fl. 35 (17-8-1518); Palme 2, doc. de 10-10-1653; e Palme 22, fl. 19, doc. de 16-4-1720.

<sup>10</sup> Frei Leão de São Tomás in «Benedictina Lusitana», Trat. I, Part. IIII, cap. V, p. 235. A estrada velha era o caminho que passa junto da entrada principal.

<sup>11</sup> A. D. B. Registo Paroquial de São Salvador de Palme, L. Misto I, fl. 14.

<sup>12</sup> Frei Leão de São Tomás, o. cit. p. 236 do vol. II.

<sup>13</sup> P. Arlindo R. da Cunha in «A Língua e a Literatura Portuguesa», Braga 1941, p. 17, diz: «Latim bárbaro», escrito e não falado, usava-se nos documentos oficiais e foi-se reduzindo gradualmente a formas tabeliônicas. Persistiu até ao reino de Dom Dinis.

<sup>14</sup> Deste facto vem notícia na revista «Cenáculo», do Seminário Conciliar de Braga, 1946-1947, fasc. I, pág. 34, num artigo «Os Beneditinos no Minho» da autoria de Martins da Costa. Declara ter lido a tela «com dificuldade devido ao seu estado» e que a mesma se conservava no Convento (1946).

<sup>15</sup> A. D. B., F. Monástico-Conventual, Congregação de São Bento, gav. IV, pasta 7, doc. 13.

<sup>16</sup> Fr. Leão de São Tomás, o. c., p. 235.

<sup>17</sup> A. D. B., Liber Fidei, doc. 383, fl. 108 v.º; Reuter, Documentos Medievais Portugueses, Doc. Particulares, vol. III, p. 382, doc. 445.

<sup>18</sup> Cf. Fortunato de Almeida, H. I. P., vol. I, p. 76.

<sup>19</sup> A. D. B., Liber Fidei, fl. 206, doc. 775.

<sup>20</sup> Ibid. «Liber Fidei», docs. 481 e 518 na edição de A. de Jesus Costa (1978, separata de «O Distrito de Braga»), p. 225 e 265. Veja-se também J. Mattoso in «A Nobreza Medieval Portuguesa», 1981, edit. Estampa, Lisboa, p. 236; e A. de Almeida Fernandes in Arquivo do Alto Minho, vol. 19, «A Estirpe Vianense dos Velhos», p. 86.

<sup>21</sup> A. D. B. «Index do Cabido», gaveta das propriedades particulares, doc. 945.

<sup>22</sup> J. Mattoso in Enciclopédia Verbo, vol. XIV, cols. 1159-1160.

<sup>23</sup> «Quebrada», segundo o Elucidário de Viterbo, dizia respeito a «terra pequena, insignificante casal», porventura situado em local pendurado ou em ladeira.

<sup>24</sup> «Entradas» significava o direito a uma parte das rendas de certos casais, por pertencerem a senhorios diversos. Assim o explica Viterbo.

<sup>25</sup> Ao incluírem São Julião de Paçô (Freixo) nas terras de Aguiar de Pena, as Inquirições erram, talvez por confusão ou inadvertência dos inquisidores nos apontamentos. Deveria estar em Terra de Penela e não de Aguiar de Pena.

<sup>26</sup> Cr. Alexandre Herculano in Portugaliae Monumenta Historica, «Inquisitiones», 1220, vol. I, passim.

<sup>27</sup> Idem in P. M. H., «Inquisitiones» de 1258, vol. I, fasc. III, pág. 320. O maravedi, maravedil ou morabito era uma moeda gótica, corrente em Portugal e noutras partes da Península, com valor à volta de 27 reis o de prata e 500 reis o de ouro.

<sup>28</sup> Ibid., p. 310.

<sup>29</sup> Ibid., pp. 312-314 e 319.

<sup>30</sup> J. Mattoso in Enciclopédia Verbo, vol. XIV, cols. 1159-1160.

<sup>31</sup> Vid. «Livros Velhos de Linhagens» in nova série de Port. Monum. Hist., vol. I da ed. crítica de Joseph Piel e J. Mattoso (1980): LD 10D5, p. 146, LD 11C7 e LD 7H6.

<sup>32</sup> Tratando-se de terras próximo do mosteiro de Valdreu, São Mateus de Rio Bo deve ser a freguesia hoje conhecida por São Mateus da Ribeira, do concelho de Terras do Bouro.

<sup>33</sup> Encontra-se este documento transcrito em dois cartulários: no «Livro das Cadeiras», doc. 33 (A. D. B., Index do Cabido, gav. das Cadeiras) e no «Rerum Memorabilium», doc. 90 (A. D. B., Reg. Geral, 308, fl. 81v. do 3.º vol.).

<sup>34</sup> Vid. Fortunato de Almeida, H. I. P. vol. IV (ed. 1971), p. 99.

<sup>35</sup> A. D. B., Colecção Cronológica, cx. 8, doc. de 22-11-1324.

<sup>36</sup> Sobre este assunto, veja-se A. H. de Oliveira Marques, in «Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV», (vol. IV de Nova Hist. de Portugal, Lisboa 1987), passim. Também Hugh Trevor-Roper, in «Formação da Europa Cristã», ed. Verbo, p. 163 e ss.

<sup>37</sup> A. de Jesus Costa in «A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho», 1981 (Separata do livro I Colóquio Galaico-Minhoto), pág. 133.

Também in A. D. B., Reg. Geral Livro 313, fls. 66 e 72v.: o vigário geral de Dom Turibio e abade do mosteiro de Palme, Gonçalo Esteves, «confirma» a João Domingues como abade de Cristelo Covo (Valença), em 5-1-1392; e em 12-2-1395, a Gonçalo Lourenço como abade de Castanheira (Paredes de Coura).

Haja em vista que nas proximidades de Valença existe outro mosteiro beneditino, o de Gandei, a cuja padroado pertencia Cristelo Covo.

<sup>38</sup> A. D. B., Reg. Geral, Livro 319 (1.º das Mostras), fl. 140 v.;

— Fort. de Almeida, o. c., vol. I, pág. 466;

— A. Garcia y Garcia in «Synodicon Hispanum», edit. BAC, pág. 59, n.º 20 do vol. I.

<sup>39</sup> Idem Fort. de Almeida, o. c., vol. I, p. 324. Também J. Marques in «O Estado dos Mosteiros Beneditinos da Arquidiocese de Braga no séc. XV», Braga 1981, p. 44-45.

<sup>40</sup> A. D. B., Reg. Geral, 331, fl. 38 v.

<sup>41</sup> Ibid., fl. 102 v.

<sup>42</sup> Ibid., fl. 118 v.; também prof. doutor José Marques, o. c., p. 45; e Veríssimo Serrão, in História de Portugal, vol. II, p. 15-16.

<sup>43</sup> A. D. B., Reg. Geral 329, fl. 155 v.

<sup>44</sup> Vid. Felgueiras Gaio no seu Nobiliário, tit. dos Maciéis § 1.

<sup>45</sup> A. D. B., Reg. Geral 321, 59 v.—No citado Nobiliário, tit. dos Barbosas § 143, o autor dá este dom Abade como filho de Pedro da Cunha e de D. Sancha de Barbosa; mas como esse parágrafo está cheio de confusões, não o podemos afirmar peremptoriamente.

<sup>46</sup> A. D. B., Reg. Geral 331, fl. 38 v.

<sup>47</sup> Ibid., 320 fl. 53 v. e 321 fl. 59 v.

<sup>48</sup> Cf. Nobiliário citado, § 1 n.º 21 e § 58 n.º 22 do tit. dos Barbosas.

<sup>49</sup> A. D. B., Reg. Geral 329, fl. 190, cit. por J. Marques na ref. obra.

<sup>50</sup> J. Mattoso in Enciclopédia Verbo, vol. XIV, cols. 1159-1160.

<sup>51</sup> Vid. Abel Gomes da Costa in «O Perfil do 8.º Conde de Barcelos e a sua influência na expansão Portuguesa», Barcelos 1980, pp. 15 e ss. passim; também Domingos Affonso in Enciclopédia Verbo, vol. IV, cols. 1277 e ss.

<sup>52</sup> Felg. Gaio, Nobiliário, tit. dos Barbosas § 58.

<sup>53</sup> Idem ibid, da nota anterior. Parece útil referir que o padre António Barbosa, abade que foi de Santa Leocádia de Geraz do Lima, vigário de Belinho e abade de Balugães, era filho de Manuel Barbosa, da casa de Aborim. Aquele sacerdote instituiu o vínculo e morgado da Portela em São Paio de Antas (cf. M. Saleiro in «Voz de Antas», Abril e Setembro 1985).

<sup>54</sup> A. D. B., Fundo Monástico-Conventual, Palme 93 e 94.

<sup>55</sup> Ibid., Reg. Geral 323 (5.º L.º das Mostras), fls. 353 e ss.

<sup>56</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>57</sup> Ibid., Index do Cabido, gav. das Religiões, Mosteiros, etc., doc. 59.

<sup>58</sup> Felg. Gaio, Nobiliário, tit. dos Sousas § 369 n.º 20, § 370 n.º 21 e § 372 n.º 22.

<sup>59</sup> Idem, ibid. §§ citados na nota anterior.

<sup>60</sup> A. D. B., Reg. Geral 325 (8.º L.º das Mostras), fl. 63.

<sup>61</sup> Fortunato de Almeida, o. c. vol. II, pp. 627 e 635.

<sup>62</sup> Frei Leão de S. Tomás, Benedictina Lusitana, vol. II, p. 236; e Dicionário da História da Igreja em Portugal, vol. II.

- <sup>63</sup> Fr Leão S. Tomás, o. e p. cit. na nota anterior.
- <sup>64</sup> Fortunato de Almeida in vol. II, p. 132 e 133 da o. cit.; e Miguel de Oliveira in História Eclesiástica de Portugal (1948), p. 228 e ss e 315 e ss.
- <sup>65</sup> A. D. B., Fundo Mon.-Conv., Congregação de São Bento, pasta 7, gav. IV, doc. 56; e Fort. de Almeida, o. e vol. cit., p. 133.
- <sup>66</sup> Idem, o., vol. e loc. cit.
- <sup>67</sup> A. D. B., Reg. Paroq., L.º Misto 1 de São Salvador de Palme, nas páginas iniciais. O próprio escreve: «frei Gonçalo de Geraz do Lima».
- <sup>68</sup> Fr. Leão de S. Tomás, o. cit. vol. II, p. 236. — Ainda sobre frei Arsénio, veja-se in A. D. B., Palme 1, (prazos antigos), fl. 13.
- <sup>69</sup> A. D. B., Fundo Mon.-Conv., Palme 1 (prazos antigos), fl. 13.
- <sup>70</sup> Ibid., Congregação de São Bento, gav. IV, doc. 9.
- <sup>71</sup> Ibid., Palme 93 e 94.
- <sup>72</sup> «Crasteiro»: o mesmo que «claustral». Forma popular derivada de «crasta», palavra que, por sua vez, é proveniente do latim «claustra».
- <sup>73</sup> Este Infante Dom Henrique, irmão do Rei Dom João III, era nesta altura (1533-1540) Arcebispo de Braga; foi depois Arcebispo de Évora e, finalmente, Cardeal-Rei.
- <sup>74</sup> «Ração» era a porção que se dava a cada um dos monges para fruição particular na sua vida em comunidade.
- <sup>75</sup> Estas declarações foram feitas aos vedores ou inquiridores do Tombo que então se efectuava, a saber: Martins e Bartolomeu Rodrigues.
- <sup>76</sup> Cf. Frei Leão de S. Tomás, o. c., p. 236. Frei Teodoro foi também vigário da igreja e paróquia de São Salvador de Palme, com sede no Mosteiro, desde 27 de Junho de 1602 até 1605 (A. D. B., Reg. Geral 7, fl. 334).
- <sup>77</sup> A. D. B., Congreg. de São Bento de Portugal, 119 e 120.
- <sup>78</sup> Ibid., Palme B-99, doc. 165.
- <sup>79</sup> Ibid., doc. 114 de 1664, em Palme, 83.
- <sup>80</sup> Ibid., Reg. Paroq., L.º Misto 1 de São Salvador de Palme, fl. 14. Sobre Dom Jorge Queimado, cf. Fortunato de Almeida, Hist. da Igreja em Portugal, vol. II, p. 574.
- <sup>81</sup> A. D. B., Misto 1 de São Salvador de Palme, fl. 14.
- <sup>82</sup> Ibid., loc. e fl. cit. — Vid. também Agostinho de Sá Araújo in «O Convento de Palme e os seus Abades», art. publicado na «Voz do Minho», Barcelos 29-7-1972.
- <sup>83</sup> A. D. B., Palme B-99, doc. 105.
- <sup>84</sup> Ibid., Congreg. de São Bento 119 e 120, passim.
- <sup>85</sup> «Lutuosa» (lutosa, luctuosa, luctosa, luytosa ou loitosa), segundo a variedade da expressão gráfica ou sonora, era uma espécie de direito ou pensão devida ao senhorio (neste caso, o Mosteiro) por óbito de algum rendeiro, ou por vacatura de alguma igreja do seu padroado. Devia ser satisfeito entre o luto e funeral e podia ser um objecto ou peça móvel como recordação.
- <sup>86</sup> «Segunda» refere-se às rendas de milho (grosso, miúdo e painço), em oposição aos cereais de «primeira»: trigo, cevada e centeio.
- <sup>87</sup> «Rolão»: nome dado ao mais grosso da farinha. Segundo A. Moreno, deve ser uma palavra proveniente de ralar, com dissimilação da primeira vogal.
- <sup>88</sup> Os Relatórios do «Estado do Mosteiro» existem, mas com falhas, desde 1625 até 1822. As freguesias de Forjães, Palme e Aldreu parecem ter adquirido mais autonomia em relação ao Mosteiro, em meados do século XVII, pois a partir dessa altura só vemos o mesmo promover obras em São Bartolomeu do Mar.
- <sup>89</sup> Cf. J. Mattoso in Enciclopédia Verbo, vol. XIV, col. XXXX 1160.
- <sup>90</sup> A. D. B., Palme B-99, doc. 112.
- <sup>91</sup> Vid. Miguel de Oliveira, o. c. p. 314 e ss.; e Fortunato de Almeida, o. c. vol. III, p. 135 (ed. de 1970).
- <sup>92</sup> A. D. B., Congreg. de São Bento, gav. 4, doc. 13.
- <sup>93</sup> Não se determina exactamente a que espécie de proibição se refere. Convém, no entanto, recordar que diversas medidas foram tomadas, face à decadência material dos mosteiros, agravada com o terramoto de 1755, tais como: restrição na entrada de noviços, mais rigor nos dotes, etc. No ano em questão (1788), eram somente seis os monges; no ano seguinte, sete: o dom Abade frei Bernardo de Santa Rosa, o padre-mestre frei José de São Miguel, frei Pedro da Conceição (prior, celeireiro e mordomo), frei Gonçalo de São Plácido, padre pregador frei António de Nossa Senhora de Mon-

serrate (dom abade no triénio precedente), padre pregador frei Manuel de São Joaquim e de Santa Ana (vigário e recebedor), e frei António de São José (sacristão, notário, gastador e enfermeiro).

<sup>94</sup> A. D. B., Congreg. de São Bento 120, relat. de 1789 e 1818.

<sup>95</sup> Cf. Miguel de Oliveira in Hist. Eclesiástica de Portugal cit., p. 316.

<sup>96</sup> Ibid., p. 371 e 372; e também vid. in A. D. B., Fundo das Visitas e Devassas, Inquérito de 1843 no arciprestado de Viana, passim.

<sup>97</sup> Miguel de Oliveira, o. c., p. 372.—Também J. Veríssimo Serrão in «História de Portugal», vol. VIII, p. 200 e ss., e 316 e ss.

<sup>98</sup> Cf. Revista «O Tripeiro», Maio de 1953, p. 23, final da nota (2); também A. Machado Pires in «O Século XIX em Portugal» (L. Bertrand 16), p. 68); e J. Veríssimo Serrão, «História de Portugal», p. 200 e ss., etc.—Assim, já vemos como em 1836 o abade cessante de Beiriz, dr. António Bernardo, se retirava para a casa de Palme para «se afastar das lutas políticas».

<sup>99</sup> Informações colhidas da senhora D. Ana Moniz e sua família, a quem agradeço as facilidades concedidas aquando da visita ao Mosteiro.

<sup>100</sup> Fortunato de Almeida, o. c., vol. III, p. 487, 488, 583 e 584 XXXX; boietim «O Sol» (de Beiriz), Março-Abril 1988; quatro artes. de Agostinho de Sá Araújo in «Voz do Minho» (Barcelos), Julho e Agosto 1972; e revista «O Tripeiro» (Porto), 5.<sup>a</sup> série, Maio de 1953, p. 17 e ss.—Agradeço ao actual pároco de Beiriz, Manuel José G. C. Amorim a amabilidade das suas preciosas informações.

<sup>101</sup> Ibid. «O Sol» e «O Tripeiro», como na nota anterior.

<sup>102</sup> Idem, ibidem, conforme as fontes citadas.

(continua)



*Igrejas e Capelas de Palmeira*

## DO PENSAMENTO E DA ACCÇÃO DE ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO

A memória do P.<sup>o</sup> Dr. Manuel Gonçalves Vale,  
mestre e amigo.

*António Maranhão Peixoto*

(Continuação)

### II/ DA ACCÇÃO DE ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO

Neste passo do nosso trabalho propomo-nos reflectir sobre a sua produção jornalística e sobre a sua obra reformadora, quer como parlamentar, quer como governante, já que ele conheceu dos mais altos cargos no regime representativo. Seriam essencialmente estas componentes — o jornalista, o parlamentar e o governante — que dele fizeram uma das mais destacadas figuras da história do liberalismo em Portugal.

Rodrigues Sampaio é um homem que, assimilando formas de pensamento, encontrou maneira de corresponder às exigências do seu tempo, no qual cresce e se movimenta.

#### a) *Rodrigues Sampaio e a imprensa*

Seria no Porto que Rodrigues Sampaio nasceria para o jornalismo. E a sua vocação é «descoberta» por um seu companheiro da prisão, o P.<sup>o</sup> Inácio José de Macedo. Este era adepto também da causa liberal e tinha-se dedicado ao magistério da filosofia, bem como ao jornalismo em «O Velho Liberal do Douro» (Lisboa, 1826) em defesa da Carta Constitucional que acabava de chegar, outorgada por D. Pedro. Assim exposto como liberal destacado, o seu jornal haverá de ser suspenso e ele próprio teria que refugiar-se quando do advento do miguelismo, até ser preso em Lisboa (1829), donde foi transferido para o Aljube do Porto para aqui ser julgado. Entretanto, na convivência da cadeia, apreciou os dotes intelectuais do jovem Sampaio e transmitiu-lhe a sua experiência de jornalista

instigando-o a dedicar-se à sua prática. Aí fez Sampaio os seus primeiros exercícios de jornalista político<sup>146</sup>.

Sampaio encontrou na cadeia, entre outros, dois sacerdotes, também presos pelos miguelistas: um, que o levou para o seu cartório de advogado em Barcelos — P.º Ferreira Tinoco — e outro que o atraiu para o jornalismo — P.º Inácio José de Macedo. Agora iria encetar um jornalismo de apostolado, em que a prédica oral dos sermões ia ser substituída pela acção persistente da pena ao serviço da causa liberal<sup>147</sup>. Veremos que o objecto do sacerdócio, para o qual estava encaminhado antes de ser preso, se desloca: passou do evangelho e da liturgia para o liberalismo, do apostolado da pregação para o apostolado da pena e da imprensa, de tradicional reformador da Igreja para reformador altamente empenhado num mundo social melhor<sup>148</sup>.

Todavia, a sua profissionalização jornalística iniciou-se em 1835, já depois de instituído o novo Estado Liberal. Uma vez terminada a Guerra Civil, começa por ser nomeado guarda da Alfândega, lugar que lhe permitiu acumular com o de tradutor de notícias estrangeiras, primeiro, e depois redactor do jornal diário então fundado no Porto, «A Vedeta da Liberdade», também com um padre a redactor principal: o abade de Valbom, mais conhecido por «Padre Vedeta» — J. António do Carmo Velho de Barbosa. Foi aí, durante cinco anos, que Rodrigues Sampaio fez a primeira afirmação pública dos seus dotes de jornalista ou «escritor público», como então se dizia.

«A Vedeta da Liberdade» foi publicada durante um período de instabilidade de poder, em que o liberalismo, embora definitivamente triunfante, buscava sem grande sucesso um modelo governativo adaptado à realidade portuguesa. Se a conjuntura internacional era francamente favorável à introdução de reformas estruturais liberalizantes, estas esbarravam com a oposição não só dos adversários tradicionais do liberalismo, mas também dos próprios liberais mais ligados aos interesses da pequena e média produção. Assim, enquanto a grande burguesia liberal se apoderava do aparelho do Estado e abria a economia nacional à penetração da concorrência estrangeira, outros estratos da burguesia indignavam-se com os abusos do poder e os casos frequentes de corrupção administrativa, apodando os do Governo de «devoristas».

Como já atrás referimos, seria Manuel da Silva Passos, muito amigo de Sampaio<sup>149</sup>, quem o retiraria do modesto lugar de guarda da Alfândega do Porto e de redactor de «A Vedeta da Liberdade», para o colocar, por decreto de 19 de Setembro de 1836, a secretário geral da administração de Bragança. Ocupou este cargo durante três anos até passar a administrador-geral de Castelo Branco durante poucos meses, sendo saneado deste lugar pelos Cartistas, que entretanto haviam conquistado o Poder.

Nesta altura Sampaio viveu horas difíceis na capital e valeu-lhe na circunstância um jovem deputado, José Estevão, que como também já referimos, o convidou para o corpo redactorial do jornal «A Revolução de Setembro», jornal que o jovem deputado havia fundado com um grupo de amigos. É neste jornal de nome significativo e desafiador de «Revo-

lução de Setembro» que é criado o jornalista enérgico e o revolucionário destemido, que afinal veio a ser a maior auréola da sua vida<sup>150</sup>.

O primeiro número deste jornal saiu em 22 de Junho de 1840, encarregando-se inicialmente Sampaio do noticiário e das notícias estrangeiras. Reconhecendo-lhe depois o seu superior talento, quando a restauração cartista se verifica em 1842, José Estevão entra directamente nas lides parlamentares e conspirativas, acabaram por entregar-lho completamente, ficando, Rodrigues Sampaio, com a missão de dirigir na imprensa a árdua luta contra a ditadura cabralista. E após várias intermitências, «A Revolução de Setembro» passa a imprimir-se clandestinamente desde Maio desse ano, assim se mantendo tenazmente durante quase um ano, apesar de todas as buscas de que foi alvo, até que a revolta da Maria da Fonte a trouxe de novo à publicação legal.

A sua tenacidade, o seu fulgor revolucionário e a sua capacidade literária de intervenção, onde interpreta e exprime a opinião pública, modelando e alicerçando correntes dessa mesma opinião, levariam Rodrigues Sampaio a tornar-se o primeiro escritor político do País, mas essa patente teve como companheiro um período de maior agitação e de toda a casta de provações, chegando a ser encerrado no Limoeiro em 1846, donde foi transferido para bordo da fragata «Duqueza de Bragança». Daí seria solto com a queda do governo cabralista e ascensão do novo ministério de Palmela. Este alimentou como uma das suas ideias mais queridas obter a cooperação directa do grande jornalista, então cheio de glória pela sua renhida, sistemática e vitoriosa resistência à figura odiosa e ditatorial dos Cabrais.

Coube ao governador civil de Lisboa, José Joaquim dos Reis e Vasconcelos, amigo particular do Duque, dar os primeiros passos nessa secreta negociata, oferecendo ao glorioso jornalista o lugar de secretário geral do governo civil de Lisboa, com a condição de ter este emprego a graduação dos governadores civil do reino, atendendo a que Sampaio já tinha sido administrador-geral em Castelo Branco. Sampaio recusou galhardamente o oferecimento por razões várias.

A este seguiu-se-lhe nova oferta: a fundação de um jornal com imprensa própria e com subvenção do Duque durante um ano. Se, decorrido esse período, o jornal tivesse prosperado, periódico e imprensa ficaram propriedade de Sampaio; no caso contrário, uma razoável pensão vitalícia ser-lhe-ia paga pelo Duque garantindo-lhe um futuro despreocupado e independente. Sampaio recusou igualmente esta boa oferta, preferindo a realização dos seus ardentes ideais à vida cómoda e descansada de um homem meio vendido e sem liberdade.

A Emboscada levaria à sangrenta guerra civil da Patuleia. O novo governo, receando a guerra implacável da imprensa, amordaçou-a por decreto de 7 de Outubro com excepção dos jornais literários e científicos; por decreto de 13 desse mês ordenou a prisão dos cabecilhas da oposição, incluindo jornalistas como António Rodrigues Sampaio; mas o esperto demolidor antecipara-se-lhe homiziando-se. O ilustre jornalista redigiu e imprimiu então o panfleto «O Estado da Questão», onde expôs com clareza e rara energia o dilema: ou o governo popular que vencerá

ou o governo pessoal sem poder representativo. A este seguiu-se o «Eco de Santarém», de que só saíram quatro números, entre 8 e 14 de Dezembro, impresso em casa de José Elias da Costa Sanches, nas ruínas da igreja de Santa Catarina. Substituiu-o, com enorme vantagem, O Espectro, que se iniciou em 16 de Dezembro e terminou com glória, em 3 de Julho do ano seguinte, no sexagésimo número <sup>151</sup>.

Não esqueçamos que esta folha clandestina será o principal animador da resistência até à convenção de Gramido <sup>152</sup>. Sampaio irá recolher-se à clandestinidade, para prosseguir, durante mais de meio ano, um combate político como jornalista arauto da liberdade.

A sua acção não foi, porém, como às vezes se inculca, nem tinha nada que ser um gesto de heroísmo individual. Pelo contrário. No plano de organização da resistência que o golpe de Estado desencadeou, enquanto outros assumiram responsabilidades, ou militares, administrativas, ou mesmo diplomáticas, a ele coube-lhe ser o porta-voz, aliás eloquente e caloroso, das razões e dos objectivos da causa constitucional <sup>153</sup>.

Na frente de batalha, as armas. Na retaguarda, a pena implacável de Rodrigues Sampaio: um jornal também se faz meio de combate, e O Espectro corresponde à «grandeza do objecto», apresentando-se naquele dia 16 de Dezembro de 1846 (n.º 1) como o continuador d'O Eco de Santarém; acima de tudo, o veículo dessa «(...) doutrina que acha eco em todo o país, e não parte somente em Santarém, parte de todos os corações generosos em que estão radicados os princípios da justiça, da liberdade, da igualdade». / O Espectro é a sombra das vítimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores — é a «umbra mortis», esse fantasma que não deixa o rico no seu palácio nem o pobre na sua cabana — é o inocente a clamar vingança contra o seu perseguidor — é o dedo invisível da Providência a escrever nas paredes da casa de Baltazar a sentença da sua morte. / O Espectro nem se assina nem se vende. Assim foi O Eco de Santarém. Distribui-se gratuitamente. Algumas almas bem formadas têm oferecido o seu auxílio para ajudar a publicação, que não tem sido aceite» <sup>154</sup>.

Afirmando tal programa e tais objectivos, O Espectro propõe-se uma tarefa de extraordinária importância para a causa da Patuleia: fomentar o levantamento popular esperado pelos chefes rebeldes que, por enquanto, se mantêm inderisidos em volta da capital. Para além de Lisboa, as ambições de difusão do jornal são necessariamente limitadas. Não são fáceis as comunicações num país rasgado pela guerra civil. Numa cidade que é o bastião das forças governamentais, onde pululam polícias, militares, espões, o desenvolvimento de tal tarefa defronta obstáculos aparentemente inultrapassáveis. E, no entanto, o jornal aparece regularmente durante cerca de sete meses e adquire reputação lendária, não só no país mas também no estrangeiro. Podemos considerá-lo o jornal clandestino mais importante da História da nossa imprensa periódica até ao aparecimento de O Avante! <sup>155</sup>

Após a investida da polícia sobre a tipografia de O Eco de Santarém, António Rodrigues Sampaio fica escondido em casa do padre Carvalho.

É lá que o tipógrafo Costa Pratas vai encontrá-lo para lhe pedir que o ajude a alcançar Setúbal a fim de juntar-se às forças populares. Sampaio responde que tem a intenção de lançar um novo jornal e que ele, Costa Pratas, seria útil à causa da revolução se aceitar-se responsabilizar-se pela composição. Costa Pratas concorda e, com duas caixas de tipos e uma velha imprensa em madeira de A Revolução de Setembro, instala a oficina numa casa da Rua S. Caetano. É lá que no início O Espectro é composto e impresso. A distribuição é assegurada por um velho aguadeiro da Fonte de Esperança, que coloca os exemplares num barril com tampa móvel e vai entregá-los, com grandes precauções, aos patuleias mais convictos. Uma velha empregada da tipografia de A Revolução de Setembro leva debaixo da capa alguns exemplares ao redactor e seus amigos. Graças à astúcia dos diversos meios utilizados para a sua difusão, O Espectro é espalhado por toda a cidade de Lisboa. Chega mesmo a ser distribuído em diversos locais da província. Até ao último número foi sendo metido regularmente nas caixas de correio dos ministros e chega a aparecer sobre as suas secretárias nos ministérios, como «o dedo invisível da Providência a escrever nas paredes da casa de Baltazar a sentença da sua morte». Os ministros ordenam inquéritos, fazem buscas aos seus mais próximos colaboradores, mas nada resulta. Mãos invisíveis espalham O Espectro nos cafés, nos teatros, nas ruas... Impossível descobrir a sua origem. A fama do jornal ultrapassa as fronteiras e chega a Espanha e a França. Causa espanto saber que o jornal é publicado e difundido, assim, nas barbas do governo de Lisboa. Amigos e adversários admiram a coragem de Sampaio e a grande importância política da sua infatigável actividade.

A polícia continua a tentar desesperadamente desvendar o mistério é o seu círculo estreita-se à volta do redactor e da tipografia. Um dia, Costa Pratas apercebe-se de um espião do governo que ronda furtivamente as cercanias. Farejando o perigo, comunica as suas apreensões a Sampaio e este sugere mudarem-se para a pequena tipografia de um outro patuleia, chamado Costa, conhecido por O Coxo da Lapa, situada na Rua do Quelhas. Com grandes preocupações, transportam os tipos e a imprensa para este novo esconderijo. Entretanto, a polícia prende um grupo de tipógrafos que se preparavam para atravessar o Tejo e juntar-se às forças patuleias. Quando submetidos a interrogatórios, um deles, na esperança de ser libertado, presta-se a revelar o esconderijo de O Espectro. São presos alguns tipógrafos suspeitos de terem colaborado na impressão da folha clandestina, mas Costa Pratas, sempre atento, consegue escapar. Encontra abrigo na casa de um dos seus amigos, Portugal e Silva, entusiástico defensor do governo e fundador do jornal de anúncios O Grátis, que ignorava a sua participação na elaboração de O Espectro. Escondido num quarto que aquele alugava no Convento dos Barbadinhos, não hesita. Tendo em seu poder o original que Sampaio lhe havia enviado alguns momentos antes de ser obrigado a fugir, Costa Pratas compõe o número do jornal e imprime-o na própria tipografia de Portugal e Silva, enquanto este se esforçava por descobrir a tipografia de O Espectro, na região de Almada, de que era administrador. O temido jornal sai então do Con-

vento dos Barbadinhos num cesto de legumes transportado por uma mulher de que ninguém teria a ideia de suspeitar. Sampaio, que teve de mudar de esconderijo, refugia-se na casa do governador civil que, por lealdade, não o denuncia.

Pouco tempo depois, O Espectro é impresso de novo na Rua do Quelhas. A impressão é assegurada por Luís da Silva Coutinho Júnior, que acompanhará Sampaio até à sua morte como director tipográfico, depois como gerente de A Revolução de Setembro. A tipografia de O Espectro nunca será descoberta.

Com efeito, O Espectro foi impresso nos lugares mais diversos e inesperados, até numa barcaça navegando no Tejo. Sampaio teve mesmo, em certa circunstância, de se disfarçar de mulher para escapar à perseguição da polícia.

Este jornal tinha habitualmente quatro páginas<sup>156</sup> de formato 25,5×19,5 centímetros. Era publicado de dois em dois dias ou de três em três, só por vezes com intervalos maiores mas nunca excedendo uma semana, até a guerra acabar por intervenção militar estrangeira, no final de Junho de 1847. Teve nove suplementos<sup>157</sup> com notícias importantes da última hora, geralmente de natureza militar. As condições precárias em que foi elaborado são visíveis na composição e paginação pouco cuidadas. O texto apresenta-se em duas colunas e acontece muitas vezes que no fundo da última página seja deixado um espaço em branco. Uma das secções mais interessantes d'O Espectro é a do «Correio interceptado», onde são publicadas cartas privadas ou documentos militares apanhados ao inimigo. Embora esta documentação suscite algumas reservas, constitui uma das melhores fontes de que se dispõe para o conhecimento da situação do País e do estado de espírito das populações rurais durante a guerra civil.

Contudo, não pensemos que foi a perseguição que ditou o fim deste jornal: «A missão d'O Espectro está por agora concluída; não que o sol da liberdade nos aquece, não que o despotismo exalasse o último arranco, não que a luz da verdade alumie o tecto da habitação do tirano, não que o povo seja livre e contente; mas entrando numa situação nova, caindo à roda de nós tudo o que nos cercava, vendo desaparecer um trono de sete séculos, uma nacionalidade tanto ou mais antiga do que ele, já não temos objecto de defender, nem inimigo a quem atacar»<sup>158</sup>.

Era o fim da missão cumprida. O Espectro começara e acabava com a Patuleia; «O Espectro que vê nascer e morrer as revoluções com a indiferença do estóico»<sup>159</sup> afirmava-se como porta-voz da Junta do Porto e com ela se despedia: «A junta na sua despedida vota agradecimento ao país, o país deve votá-los à junta»<sup>160</sup>. Assumira, enfim o seu papel, circunscrito a uma conjuntura, e, como tal, deve ser encarado. Desaparecia e dava lugar à imprensa livre: Rodrigues Sampaio punha um ponto final na publicação clandestina, mas já nos últimos parágrafos anunciava a continuação da luta; uma luta em novos moldes e a predisposição de voltar à clandestinidade, se necessário fosse: «A imprensa livre vos ilustrará. Se ficarmos eternamente sem garantias O Espectro ressurgirá

de novo debaixo da sua campã, e irã com voz mais tremenda do que nunca lembrar a essa trindade infernal o cumprimento das suas promessas»<sup>161</sup>.

Linguagem apaixonada e violenta, sem dúvida, ou uma forma de combate que a guerra civil acesa exigia.

Desdobremos esta apresentação numa abordagem que, ao caracterizar O Espectro, tenha em conta a existência de factores socioculturais e todo o peso dos antecedentes que, com a instauração do regime representativo, permitiram o desenvolvimento da imprensa e da oratória política.

Digamos que a nova sociedade se forja na luta pelos ideais liberais sob a influência (estímulo) dos mitos de um movimento a que se chamou romantismo. E questionemos: como definir O Espectro com esse movimento que traduziu novas atitudes mentais, concepções, práticas e sensibilidades?

Serã O Espectro um jornal romântico?

Jamais poderemos esquecer que quando procuramos atender a uma noção como a de Romantismo, seremos confrontados com a necessidade de integrar a formalidade de um conceito numa dada época, nos seus aspectos concretos e multiformes.

Apesar de tudo, iremos ter presente o conceito de Romantismo, tal como é apresentado por estudiosos como António José Saraiva, José Augusto França entre outros.

Assim, antes de evidenciarmos a estreita aliança entre revolução política e revolução literária, de acordo com uma concepção mais ampla do Romantismo, iremos ter em conta determinadas características situadas a nível formal. Assim, o gosto pelas tradições medievais e folclóricas — rejeitadas pelo classicismo e neoclassicismo — constituem alicerce essencial do movimento. Contudo, este tipo de referência não aparece nos artigos de Sampaio. Por exemplo, as inúmeras referências ao «Povo», como já vimos, são direccionadas para evocações de «causa», «vontade», «sentimento», «generosidade», «moralidade», etc.; o facto de se defender uma «causa popular» tem sobretudo a ver com a grandeza dos princípios subjacentes a uma luta imediata, presente, por si só justificativa e válida.

A aderência de um povo, neste caso o português, à guerra da Patuleia é integrada naquilo a que podemos chamar uma visão universal dos povos, sem o recurso a motivos intrínsecos: «O Espectro (...) anunciarã aos povos da terra a ressurreição dessas leis bárbaras e absoletas (...). Povos, considerai-vos todos culpados, entregai o pescoço ao cutelo do algoz! (...) Povo, em tais casos<sup>162</sup> a insurreição é o mais santo dos deveres»<sup>163</sup>. O peso da tradição, como sabemos tão evidente na grande maioria dos românticos, não se exprime pelo recurso à medievalidade ou ao folclore. Mais: as manifestações populares são vistas, acima de tudo, numa perspectiva de evolução, de regresso, progresso que, em vez de partir da tradição, se projectaria numa forma espontânea: «A tendência do povo é visivelmente para o progresso. A insurreição não é conquista — rebenta espontaneamente apenas o povo fica desafrontado da força opressora»<sup>164</sup>.

Apenas em torno das concepções de pátria, de nacionalismos, que já focámos, serã visível um ténue vínculo à tradição. E tal acontece no

último número quando, referindo-se ao resultado da guerra da Patuleia, afirma: «(...) caindo à roda de nós tudo quanto nos cerca, vendo desaparecer um trono de sete séculos, uma nacionalidade tanto ou mais antiga do que ele (...)»<sup>165</sup>. De resto, como vimos, Rodrigues Sampaio, ao utilizar o conceito de nação, fá-lo, sobretudo, a partir de questões de ordem política, em torno de valores bem mais contemporâneos, como a Liberdade, o Constitucionalismo, o Sistema Representativo, etc., enquanto a maioria dos autores românticos recorre a aspectos de ordem etnográfica e tradicional.

Todavia, Rodrigues Sampaio não hesita em recorrer à expressão sentimental e melodramática, reportando-se, nomeadamente, ao belo-horrível, ao tenebroso-fantástico; a própria epígrafe do jornal aponta nesse sentido: «Hórrido espectro me atormenta em sonhos». Frase que se pode integrar num todo coerente, ao longo da leitura e por entre as análises políticas de então.

Bastará vasculhar as páginas deste jornal clandestino para encontrar pontos de referência deste cariz: «O Espectro! Oh! Não será um só, serão muitos. Levantar-se-ão todas as vítimas, a muitas das quais nem lhes será concedida uma sepultura, essas ossadas dispersas em tantos campos de batalha, esses mártires de todas as crenças, e farão as suas imprecações (...)»<sup>166</sup>. Perante a ameaça de intervenção estrangeira há espaços para exclamações como esta: «Heróis de 1640, oh! Se surgissem das vossas campas, e visseis o que nós vemos./ Segunda vez de pejo morreríeis!»<sup>167</sup>.

Exclamações que interrompem a narrativa, feitas fractura improvisada, numa digressão que contribui para anular a racionalização e ponderação, que faziam a estrutura de uma obra clássica, utilizando um vocabulário usual e procura apelar aos instintos; inovação que se faz em prol da comunicabilidade. Neste sentido, o sentimento traz, com toda a sua carga, uma forte adjectivação, forma de distorcer/ exagerar imagens, inclusive retratos de pessoas e de situações concretas; é o caso da derrota de Torres Vedras, em que Sampaio minimiza os efeitos negativos da mesma através de exortações capazes, à priori, de fazer mover forças militares que, na prática, já se encontravam desfeitas<sup>168</sup>; é a maneira como se refere aos inimigos, como Saldanha: «(...) o ex-duque carbonário, republicano, absolutista, beato e hipócrita, que tudo isso tem sido em diferentes tempos (...)»<sup>169</sup>; são os ataques ao governo: «Os actuais ministros incitaram os passados a todos os actos de crueldade, e quando essa mesma crueldade os lançou no poder, correm apressados a tomar posse da herança. Alto lá cavalheiros! Entre vós há famosos jurisconsultos, e por isso deveis saber que o assassino não pode ser herdeiro da sua vítima, e vós além de assassinos de vossos antecessores sois assassinos aleivosos (...)»<sup>170</sup>.

Estes pontos referenciados se reportam a aspectos característicos do romantismo, em consonância com os géneros literários mais típicos e divulgados: António Rodrigues Sampaio não se apresenta imune às influências de um romance, de um lirismo egocêntrico, marcas que não são apenas apanágio das grandes obras; elas podem detectar-se ao longo das páginas de um jornal como O Espectro, nomeadamente quando se pro-

clama o derrubamento das instituições e ideologia absolutistas e se enaltece a originalidade pessoal, a dedicação obsessiva, que, de características humanas indiscutíveis passam por ser, em última instância, apanágio de uma forma de individualismo.

Individualismo que logo se faz evocação de princípios intocáveis. São homens que os encarnam ou os contrariam, e daí a antinomia Saldanha/Sá da Bandeira, etc., e a referência a homens como o conde de Melo, por exemplo: «O conde de Melo não aclamava D. Miguel porque essa aclamação contraria os seus princípios liberais (...). A rainha deve muito ao conde de Melo; o conde de Melo não deve nada à rainha. As contas estavam saldadas se o conde assim procedesse; podia aclamar quem quisesse sem cometer um acto de ingratidão para com aquela que o exautorou. Se não o faz, se não o fez é porque a sua honra o obriga a ser sempre cavalheiro, sempre liberal»<sup>171</sup>.

Em suma, poderemos subscrever as palavras de A. J. Saraiva e Óscar Lopes: «(...) algumas das características mais geralmente apontadas no Romantismo: estilo declamatório, por vezes redundante e um tanto vago, em que a abundância prejudica a concisão e o rigor; o gosto das hipérboles e das exclamações que dão forma tribunicia ao pensamento (Sampaio exagera, repete-se e exclama como se se dirigisse a um auditório ao vivo); o gosto das imagens, que o concretizam e popularizam; o uso de um vocabulário mais rico em alusões concretas, menos selecto, mais correntio, mais familiar e mais sensorial (...); a presença física das personagens humanas, dos interiores e das paisagens (...); o tom de mensagem ao próximo que assume a obra literária, convertida em meio de comunicação e já não um mundo fechado de valores»<sup>172</sup>.

Importa-nos reter é que Rodrigues Sampaio mais do que um intelectual empenhado em defender e difundir um sistema de valores taxativo, o autor d'O Espectro se torna um receptor perante o Romantismo; ele recebe todo um conjunto de influências e, como militante empenhado num combate, cunha uma forma de se dirigir ao público, e assim se transforma, por sua vez, em emissor, adoptando um género literário. O jornalismo é a sua maneira de expressão, sendo parte integrante duma vasta maneira de expressão do nosso Romantismo.

Não esqueçamos que o oratório Setembrista havia criado uma mais decidida ruptura com os cânones antigos; interessados em dirigir-se às camadas sociais mais baixas, os oradores não podiam sequer observar as regras, nem cultivar uma linguagem elaborada, adoptando a dos vintistas radicais — o sentimento dominava num discurso apaixonado e violento, e ao mesmo tempo directo e simples. Por outro lado, torna-se clara a influência da oratória francesa.

A partir da Revolução de Setembro intensifica-se o curso à eloquência, e assim se afirmam notáveis oradores românticos, homens que assimilam uma razoável experiência parlamentar.

Com a ditadura de Cabral, a faceta combativa, agressiva e vibrante da nossa oratória adquire maiores proporções e carga emocional. Assim, enquanto a teoria era desprezada, criava-se um estilo, na prática da luta contra o regime e na necessidade de influenciar a opinião pública.

Quando a censura parlamentar se torna particularmente acesa, a oposição é obrigada a explorar mais a fundo as potencialidades da imprensa — o jornal e o panfleto — numa militância activa; 1846/47 é um período de combate aberto, de guerra civil, em que participa toda uma geração de militantes a que Sampaio pertence, e a quem a agressividade parlamentar não havia esgotado as energias.

O *Espectro* assumirá todo o peso da herança inaugurada com a oratória vintista. Nem preciso será ler os 63 números para encontrar exemplos característicos; citaremos alguns dos mais significativos, e procuraremos isolar os traços fundamentais de uma forma de expressão que se inscreve em todo um contexto sociopolítico, cultural e mental. Paralelamente estaremos a desvendar aspectos que fazem a originalidade de um jornal como *O Espectro*. Não é só a regularidade matemática na publicação que marca a presença do jornal: há uma linguagem regularmente adoptada, até à repetição, e um esquema que se mantém quase inalterável.

Ele começa por apresentar a evocação de princípios gerais, como os de liberdade, independência nacional, etc., situados no domínio do conceito abstracto-universalista; esta atitude radica na necessidade de reafirmar e aclarar, fundamentalmente através da repetição, os grande pontos de referência que, à priori, dão consistência às sucessivas posições adoptadas. Rodrigues Sampaio constrói o seu texto ordenadamente: a sua primeira preocupação é dotar o edifício de alicerces fortes. Podemos seguir, como exemplo, *O Espectro* n.º 8, que parte da noção de «despotismo»: «O despotismo já não é uma indução é uma realidade. Hipócrita e humilde antes da peleja, ergue-se desaforado depois dela apenas lobrigou o sintoma do mais ligeiro triunfo./ (...) / Estúpido e feroz é esse despotismo. Ainda bem que não nos deixa adormecer! Ainda bem que não nos ameaça com esperanças falazes! Não promete, ameaça./ Foi muito cedo que largou a máscara. Iludiu-se o fanfarrão»<sup>173</sup>.

A grandeza do conceito e a defesa implícita de princípios (mesmo que pela negativa, através da rejeição de outros, como neste exemplo) é dada por frases curtas e, como tal, dinâmicas e articula-se com uma linguagem directa feita de palavras como «fanfarrão», e de expressões como «não nos ameaça».

Imediatamente dependente deste tipo de exortação, surge a posição face aos acontecimentos mais recentes, a crítica severa ou o elogio edificativo, conforme as acções se coadunam, ou não, com o seu posicionamento ideológico. Evidente se torna que o elogio é só, e sempre, para as forças da Patuleia, tal como a crítica recai, invariavelmente, nas forças da rainha. Continuando a sequência do n.º 8 encontramos: «(O despotismo) Em 6 de Outubro ameaçou; a resistência armada deixou-o indeciso. Pediu forças depois, e decretou fuzilamentos. Mais tarde envergonhava-se dos seus actos, e parece que supplicava para que o esquecêssemos. Vencida a acção de Torres Vedras ei-lo aí se pavoneia ufano com todas as suas galas, com toda a sua índole sanguinária»<sup>174</sup>.

Eis o tom apaixonado que se faz talento de convencer, comover pela palavra. Eis a eloquência romântica firmada no objectivo de intervir imediatamente. Eis uma imagem concreta que ilustra a dicotomia

palavra/acção; a própria adjectivação se torna denúncia, nada tendo a ver com o esquema e linguagem rígidos dos clássicos.

A influência directa da oratória far-se-á sentir, também, através da transcrição integral de debates parlamentares, em que não faltam sequer as anotações dos aplausos e as exclamações marginais. Essa influência reportar-se-á à necessidade de demonstração do apoio das correntes liberais estrangeiras — inglesa e francesa — à causa Patuleia; esta atitude, ao pretender demonstrar e reforçar a ideia de um sentido «universalista» da luta, também se torna uma forma de agitação e estímulo — a simples divulgação desses debates parlamentares criava um efeito psicológico no leitor, convencendo-o de que a Patuleia não era um combate isolado e que havia princípios sagrados a justificá-lo.

O n.º 2 é outro exemplo em que se pode detectar o percurso que vai do princípio geral à exposição crítica da situação: «Falai em tudo verdades a quem em tudo as deveis./ Nestas horas solenes e tremendas, nestes momentos críticos em que se decide a sorte das nações, nestas crises assustadoras em que ninguém sabe o que será no dia de amanhã é preciso ser franco e leal, é preciso falar como se estivéssemos na presença de Deus a dar-lhe contas de todos os nossos pensamentos e acções»<sup>175</sup>. Só a seguir se expõe a situação concreta: «Portugal está retalhado em bandos — aqui aclama-se o governo de Lisboa, ali a carta e a rainha, acolá o proscrito de Itália. O governo de Lisboa representa uma facção insignificante, devassa e perdida; a Junta do Porto representa o país em massa, todas as suas ilustrações, a reunião das diversas classes, a colecção de todos os grandes interesses; D. Miguel representa o cadáver do velho despotismo com a opa rota e ensanguentada erguendo-se a custo do seu túmulo e agarrando-se à lousa que lhe vai para sempre servir de camp»<sup>176</sup>.

Percurso que pode diminuir-se em síntese deste tipo: «A insurreição contra um poder ilegítimo é legítima. A corte suspendendo a Carta em 6 de Outubro não podia esperar do povo senão a guerra»<sup>177</sup>.

Depois da posição assumida, o recurso à informação detalhada: «A tirania tem ostentado todos os seus furores contra os desvalidos. / Os prisioneiros de Torres Vedras foram metidos no pontão (...) / O Saldanha concedeu aos oficiais o sairem de Torres Vedras com as suas bagagens. Esta concessão foi irrisória (...) / Metidos no porão dum navio estiveram uns poucos de dias a feijão e água suja — não se lhes deixava entrar nada de fora!!! / Há dois dias abrandou o rigor»<sup>178</sup>. É esta a faceta do percurso: do macrocosmos do princípio geral e sagrado ao microcosmos da notícia, que chega a assumir a forma de relato do pequeno acontecimento.

A notícia pode apresentar-se doutra maneira: «A ilha da Madeira pronunciou-se a favor da causa constitucional. A Flor do Oceano não podia ficar indiferente nesta luta de sangue, não podia deixar de correr a quinhoar do seu contingente de glória na restauração das liberdades pátrias»<sup>179</sup>; notícia que, deixando desde logo presente o sinal de esperança, se transforma em agitação revolucionária. É o caso do n.º 47 em que (quase) nem se acrescentam comentários, os documentos: «Vamos

transcrever alguns trechos dum papel que por aí corre espalhado pela gente do governo, no qual se lêem coisas curiosas (...)»<sup>180</sup>; Sampaio vira o ataque contra o atacante e faz dos panfletos inimigos pretexto para a agitação dos ideais liberais e para a divulgação das orientações impostas pela direcção do movimento Patuleia.

O confronto de documentos divergentes não é raro: «Aí ficam os documentos oficiais confrontados»<sup>181</sup>; «Restabelecidos assim os factos que resta a essa gente sem honra e sem vergonha? Pensariam que falsificavam impunemente os documentos ou alteravam a verdade dos factos? Eis aí porque são desprezados por nacionais e estrangeiros»<sup>182</sup>.

A utilização constante do tom de denúncia — que chega à transcrição integral de correspondência interceptada (segundo Sampaio), como acontece no n.º 52<sup>183</sup> — e o facto de o papel d'O Espectro passar, também pela divulgação dos documentos da Junta do Porto, fazendo-se seu porta-voz<sup>184</sup> chegam para revelar o carácter panfletário do jornal; a necessidade de relatar a (sua) verdade — «O Espectro não tem paixões mundanas — a sua missão é dizer a verdade, marcar os escolhos»<sup>185</sup>.

Por sua vez, o radicalismo da linguagem faz-se dedicação a uma causa, que é, afinal a do jornalista: «O jornalista é o sacerdote de uma religião, duma crença social — expõe a sua doutrina, discute, convence, ou é convencido»<sup>186</sup>. Por outras palavras, é de uma militância que se trata — não admira que O Espectro assuma a forma de um panfleto e não o de um órgão eminentemente teórico.

Dizer que: «O Espectro vê tudo, e ninguém o vê a ele. Está em toda a parte como Deus, porque é emanação dele. Põe a mão sobre o coração do país, e conta todas as suas palpitações»<sup>187</sup>; exclaimar: «Oh! Prouvera a Deus que a Espanha o tentasse! A coalisão dos reis oporíamos nós a coalisão dos povos, e o Céu decidiria a quem havia de caber a vitória»<sup>188</sup>, é utilizar um estilo que se alimenta da metáfora, da hipérbole, da eloquência, da emotividade, da comunicação. Esse «exagero» vai de encontro às características da oratória e do jornalismo românticos. Esse radicalismo continua e desenvolve as conquistas dos oradores e jornalistas vintistas e setembristas. Esse empenhamento ilustra a ligação estreita da palavra e da acção, de acordo com o cerne do Romantismo e com as exigências do movimento Patuleia<sup>189</sup>.

«O Espectro foi distribuído sempre gratuitamente, nunca teve assinaturas. O redactor escreveu no fim de Janeiro a cinco indivíduos a quem lançou uma contribuição de 4\$800 réis.

Os dois primeiros números foram pagos por um indivíduo. Todos os outros o foram por um cavalheiro que se prestou sempre com a maior dedicação e vontade a todos os serviços que ele requeria a causa popular, e que foram imensos e desinteressados. Não passaram de três pessoas as que lhe deram algumas quantias, uma de 48\$000 réis em notas, outra de nove mil e tantos em metal e outra de nove mil e tantos em metal e outra de 3 a 4 moedas. Tudo o que não é isto, se algum dinheiro foi recebido por alguém, não teve aplicação para O Espectro nem este entrou em tais arranjos. Soube que se assinava, que se vendia, que se reimprimia

e até que algum produto da sua venda revertia para obras de caridade e beneficência, mas O Espectro era estranho a tudo isso.

A redacção foi sempre e inteiramente gratuita.

Não se declaram os nomes das poucas pessoas que concorreram para essas despesas a fim de não se comprometer, mas pelas designações que fazemos ficarão sabendo muitos que não protegeram a publicação pensando talvez que o faziam»<sup>190</sup>.

O Espectro ocupa, segundo José Manuel Tengarrinha, uma posição singular na imprensa portuguesa da época. Ainda que a sua linguagem violenta caia por vezes na demagogia, não se deixa arrastar pelas frases pomposas e vazias nem pela argumentação simplista que caracterizam as publicações contemporâneas. Para além das invectivas contra a rainha, das notícias das operações militares e dos patéticos apelos ao povo, O Espectro atinge o fundo da questão quando faz o balanço da crise financeira, quando acusa os dirigentes liberais de estarem submetidos aos interesses de Londres e de terem deixado cair o País numa situação tão lamentável por não terem sabido superar as suas contradições. É sem dúvida a voz mais esclarecida da imprensa patuleia do tempo e um dos documentos mais interessantes para o estudo deste período agitado da História portuguesa. Do ponto de vista literário, apesar das condições difíceis em que era redigido, evidencia as grandes qualidades de um escritor que, embora hoje pouco conhecido, mereceria, como fez notar Ramalho Ortigão, «figurar na celebridade, ao lado dos emigrantes escritores da sua geração, Garrett, Herculano e Castilho (...). Muitos desses artigos são verdadeiramente monumentais e ficarão como modelos do género na história da literatura portuguesa»<sup>191</sup>.

António Rodrigues Sampaio manifestara até ao fim da vida uma particular predilecção por O Espectro. Quando, mais tarde, ministro do Interior, se apresentou pela primeira vez nesta qualidade perante a Câmara dos Deputados, foi atacado com violência por causa das ideias que tinha exposto neste jornal. A sua reacção foi descrita por Ramalho Ortigão nestes termos:

«Sampaio, inteiramente impassível, ouviu calado durante duas ou três semanas quanto lhe quiseram dizer sobre esse ponto; até que um dia, pedindo a palavra, proferiu o seguinte discurso conciso e memorável:

Sr. Presidente, há bastantes dias que sou nesta casa objecto de reiteradas acusações fundadas em artigos que escrevi n'O Espectro. Ao que tenho podido ver, entre os indivíduos que falam desse periódico não há um só que o conheça.

E, em seguida, tomando da algibeira uma chave e abrindo a carteira, tirou um volume encadernado, que mostrou, acrescentando:

«Aqui está o bicho! Vou mandá-lo para a mesa. Se, depois de o ter examinado, a Câmara entender que há alguma espécie de incompatibilidade entre as ideias que aí se acham expostas e a minha presença nos concelhos da coroa, retiro-me, porque prefiro a honra de ter escrito esse livro à glória de estar sentado nesta cadeira»<sup>192</sup>.

A colecção d'O Espectro era, alguns anos mais tarde, tão procurada que foi reeditada «conforme a edição original» e quase no mesmo formato,

mas desta vez com o nome do autor, em Lisboa, tipografia do Diário da Manhã, 1880<sup>193</sup>.

Feita a paz, Sampaio deixou a clandestinidade e voltou a ocupar o seu lugar n'A Revolução de Setembro, onde se conservou ininterruptamente até aos últimos dias da sua vida.

Recordemos que A Revolução de Setembro foi o diário político da esquerda liberal, onde Sampaio todos os dias atirava pesada e certa metralha com que dinamitava o governo ou a oposição. O grosso dos seus artigos é de carácter político criticando veementemente a acção do governo ou do parlamento e comentando os acontecimentos nacionais com especial relevância na vida nacional. Por vezes, o redactor é provocador, sarcástico, verrinoso e quase injurioso, o que lhe acarretou delicados problemas, como os que teve que enfrentar várias vezes na Câmara dos Deputados. Este seu fel era sempre sol de pouca dura, pois, como dizem os biógrafos que mais de perto o conheceram, o seu ódio ficava todos os dias à noite no tinteiro. No dia seguinte a vida recomeçava-lhe de novo com a ordem para o criado:

— Manuel, traz-me cá os venenos!

E lá vinham os jornais da oposição, como O Portuguez e outros que diziam, por vezes, o incrível a seu respeito. Mas, como explicava ao criado, as balas de papel não lhe faziam mal, como tão pouco lho fizeram as balas de metal que enfrentara na guerra civil. Mas eram o embrião para novos artigos de réplica.

Na imprensa, Sampaio colaborou ainda no Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, de 1853/54. Sampaio foi presidente dessa associação desde a sua fundação, em 1852, na casa de A. F. de Castilho, cujos estatutos foram aprovados no ano seguinte. Tratava ela de promover o bem-estar social, cultural e económico das classes trabalhadoras, independentemente da ideologia política, e de coordenar, por vezes, idêntica acção das outras associações.

Colaborou também no jornal semanal A Federação, publicado em Lisboa aos sábados desde 1856.

Há ainda dois artigos seus intitulados «O Povo e a Revolução» e «O Povo e o Progresso», respectivamente no Almanak Democratico para 1852 e no Almanak Democratico para 1853, dirigidos por J. F. Henriques Nogueira<sup>194</sup>, insigne republicano, falecido em 23 de Janeiro de 1858 na força da vida, em cuja pedra do monumento funerário, erigido pela mãe, há uma grande inscrição dedicada pelos seus mais íntimos amigos, em cujo número entram António Rodrigues Sampaio, José Estevão e José Elias Garcia.

Há ainda dele nos Fastos do Ovídio, versão de A. F. de Castilho, a nota «Festa dos Parvos», glosando o verso 10.

Alguns dos seus artigos de A Revolução de Setembro a respeito da união ibérica foram já compilados e publicados no opúsculo A União Ibérica e a candidatura d'El Rei D. Fernando (sem data) e no livro Portugal e os seus Detractores, reflexões a propósito do livro do Sr. Fernandez de los Rios intitulado «Mi Mision», de L. A. Palmeirin, Lisboa, 1877.

Resta dele ainda muita carta, umas publicadas já e outras ainda inéditas, cuja publicação espera proximamente levar a cabo o ilustre investigador P.<sup>o</sup> Dr. Franquelim Neiva Soares.

A imprensa legou também a Rodrigues Sampaio vários inimigos, muitos dissabores e ocasiões extremamente desagradáveis. Assim, por questões de imprensa teve duas tentativas de duelo, um duelo e um outro em projecto: o primeiro em 1843 com o Barão do Rio Zêzere Joaquim Bento, ainda tenente coronel de caçadores, havendo composição acordada entre as respectivas testemunhas; o segundo, em Dezembro de 1845, com o capitão de infantaria 7 Aires Gabriel Aflalo por causa de um artigo publicado n'A Revolução de Setembro, em 10 de Dezembro, acerca da segurança pública, compondo-se tudo por cartas cordiais. O terceiro foi com Santana de Vasconcelos, redactor d'O Portuguez, também por causa de outro artigo n'A Revolução de Setembro; realizou-se às 12 horas de 13 de Setembro de 1854 no Campo Grande, à pistola e à distância de 24 passos, ficando o adversário levemente ferido antes de ter disparado<sup>195</sup>.

O forte da produção literária de António Rodrigues Sampaio são largos milhares de artigos de jornal, sendo o interesse pela sua obra, regra geral, apenas momentânea, ocasional e passadiço; daí o geral esquecimento por este autor, mormente num país cuja história do jornalismo está praticamente por fazer. Mas há artigos de imensa beleza literária, de óptima vernaculidade social e cultural<sup>196</sup>.

## NOTAS

- <sup>146</sup> SA, Victor de, *O Sampaio da «Revolução»...*, pp. 18-19.  
<sup>147</sup> Idem, *ibidem*, p. 19.  
<sup>148</sup> SOARES, Franquelim Neiva, *ob. cit.*, p. XIV.  
<sup>149</sup> Os irmãos José e Manuel Passos, foram as figuras cimeiras a quem se deveu a vitória da esquerda no Porto (Revolução de Setembro), e a eles se ligaria muito de perto António Rodrigues Sampaio, que Franquelim Neiva Soares pensa já estar filiado, nesta altura, na maçonaria e nos clubes. Cfr. SOARES, Franquelim Neiva, *ob. cit.*, p. XV.  
<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, p. XVII.  
<sup>151</sup> Idem, *ibidem*, p. XXI-XXIII.  
<sup>152</sup> SARAIVA, António José; LOPES, Oscar, *História da Literatura Portuguesa*, 8.<sup>a</sup> ed., Porto Editora, 1978, p. 845.  
<sup>153</sup> SA, Victor de, *ob. cit.*, pp. 40-41.  
<sup>154</sup> O Espectro, n.º 1, 16 de Dezembro de 1846, p. 1.  
<sup>155</sup> TENGARRINHA, José, *A Imprensa Ilegal durante a guerra civil de 1846-1847*, in Estudos de História Contemporânea de Portugal, Editorial Caminho, Lisboa, 1983, pp. 245-246; Idem, «O Espectro», in *Dicionário da História de Portugal*.  
<sup>156</sup> Teve por três vezes 6 páginas: — n.º 44, 1 Maio de 1847; — n.º 53, 1 Junho de 1847; — e n.º 57, 14 Junho de 1847. E uma vez teve 5 páginas, 4 de Junho de 1847.  
<sup>157</sup> Suplementos: — Suplemento ao n.º 22; 2.º Suplemento ao n.º 22; Suplementos aos n.ºs 25, 31, 41, 42, 44, 49 e 54.  
<sup>158</sup> O Espectro, n.º 63, 3 Julho de 1847, p. 1.  
<sup>159</sup> Idem, *ibidem*, p. 2.  
<sup>160</sup> Idem, *ibidem*, p. 2.  
<sup>161</sup> Idem, *ibidem*, p. 2.  
<sup>162</sup> Contra o despotismo.  
<sup>163</sup> O Espectro, n.º 8, 2 Janeiro de 1847, pp. 1-2.

- 164 Idem, n.º 1, 16 Dezembro de 1846, p. 1.  
 165 Idem, n.º 63, 3 Julho de 1847, p. 1.  
 166 Idem, n.º 6, 28 Dezembro de 1846, p. 1.  
 167 Idem, n.º 53, 7 Junho de 1847, p. 4.  
 168 Cfr., n.º 6, 28 Dezembro de 1846.  
 169 O Espectro, n.º 23, 13 Fevereiro de 1847, p. 2.  
 170 Idem, n.º 51, 24 Maio de 1847, p. 1.  
 171 Idem, n.º 5, 26 Dezembro de 1846, pp. 3-4.  
 172 SARAIVA, António José; (...), *ob. cit.*, p. 730.  
 173 O Espectro, n.º 8, 2 Janeiro de 1847, p. 1.  
 174 Idem, *ibidem*, p. 1.  
 175 Idem, n.º 2, 19 Dezembro de 1846. p. 1.  
 176 Idem, *ibidem*, p. 1.  
 177 Idem, n.º 47, 11 Maio de 1847, p. 1.  
 178 Idem, n.º 8, 2 Janeiro de 1847, p. 3.  
 179 Idem, n.º 46, 8 Maio de 1847, p. 1.  
 180 Idem, n.º 47, 11 Maio de 1847, p. 1.  
 181 Idem, n.º 48, 14 Maio de 1847, p. 2.  
 182 Idem, n.º 49, 16 Maio de 1847, p. 2.  
 183 Idem, n.º 52, 28 Maio de 1847, p. 3.  
 184 Exemplo do n.º 61 — que contém a transcrição do documento da Junta em que aceita a mediação — 28 de Junho de 1847, p. 1.  
 185 O Espectro, n.º 6, 28 Dezembro de 1846, p. 3.  
 186 Idem, n.º 27, 28 Fevereiro de 1847, p. 1.  
 187 Idem, n.º 42, 23 Abril de 1847, p. 1.  
 188 Idem, n.º 26, 24 Fevereiro de 1847, p. 1.  
 189 CARRASCO, Carlos (...), *Rodrigues Sampaio e «O Espectro» (1)*, pp. 61-69.  
 190 O Espectro, n.º 63, 3 Julho de 1847, p. 4.  
 191 ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, III, p. 260.  
 192 Idem, *ibidem*, pp. 257-258.  
 193 TENGARRINHA, José, *ob. cit.*, pp. 240-250.  
 194 O nosso docente da cadeira de História Cultural e das Mentalidades (séculos XVIII-XX), ano lectivo de 1985/86, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, realizou um profundo estudo sobre este ilustre republicano, estudo que já citamos; Recordemos: Dr. Victor Neto, *O Pensamento de Henrique Nogueira*, Coimbra, 1984, (trabalho dactilografado), 283 páginas.  
 195 VASCONCELOS, A. A. Teixeira de, *O Sampaio da Revolução de Setembro*, Paris, 1859, pp. 78-79.  
 196 SOARES, Franquelim Neiva, *ob. cit.*, pp. XXIV-XXVIII.

(continua)



*Igrejas e Capelas de Fão*

# LITOSTRATIGRAFIA E ESTRUTURA DO PALEOZÓICO DE ESPOSENDE

Manuela de Sousa

## RESUMO

*O estudo que se apresenta é a fase preliminar, dum projecto que espero poder continuar e que se refere à «Litostratigrafia e estruturas do Paleozóico do Noroeste de Portugal».*

*Neste estudo referem-se as formações paleozóicas da carta topográfica de Esposende na escala 1:10 000, considerando:*

- 1. A definição de duas unidades litostratigráficas e correlacionando-as com as unidades litostratigráficas de outras regiões (Valongo, unidades litostratigráficas do Paleozóico português, unidades litostratigráficas do SO da Europa);*
- 2. A aplicação da escala cronostratigráfica proposta por Holand (1985), às unidades atribuídas ao Sistema Silúrico na região compreendida entre o rio Neiva e o paralelo 41° 22' 40", e limitada a Este por Castelo do Neiva — Vila Cova — Famalicão;*
- 3. A deformação que afecta as duas unidades litostratigráficas («Grupo de Esposende»), e a caracterização dessas fases de deformação.*
- 4. A caracterização do metamorfismo regional, do metamorfismo de contacto e a sua relação com a deformação.*
- 5. A definição de três fácies graníticas e a sua relação com as bases de deformação definidas na área.*

## INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se apresenta contempla uma dupla finalidade:

- elaborar uma síntese geral do conhecimento geológico da região limitada a Norte pelo rio Neiva, a Este pelas povoações de Castelo de Neiva, Antas, Vila Cova, Vilar de Figos, Famalicão, a NO-SE por Aguçadoura, Macieira da Maia e Muro, a Sul pelo paralelo  $41^{\circ} 22' 40''$  (Fig. 1), e que constitui o ponto de partida para um projecto que futuramente pensamos vir a desenvolver;
- dar a conhecer a litostratigrafia e estrutura do Paleozóico da região de Esposende, fruto de estudo pormenorizado por nós efectuada numa parte da região do projecto atrás citado.

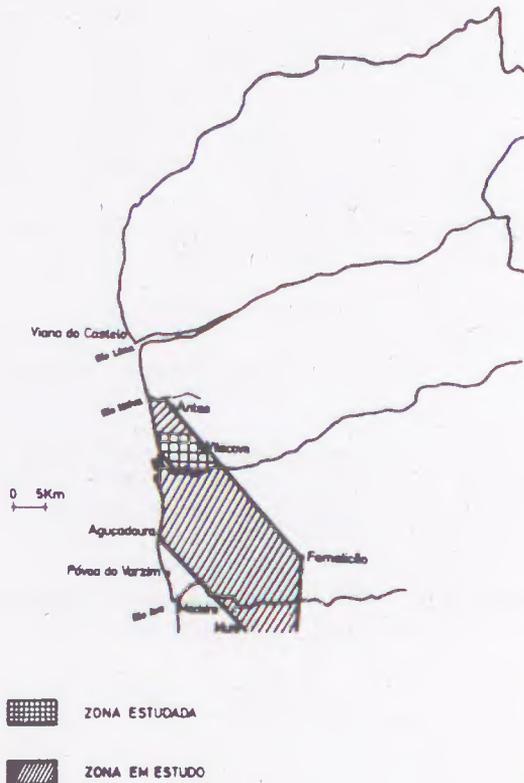


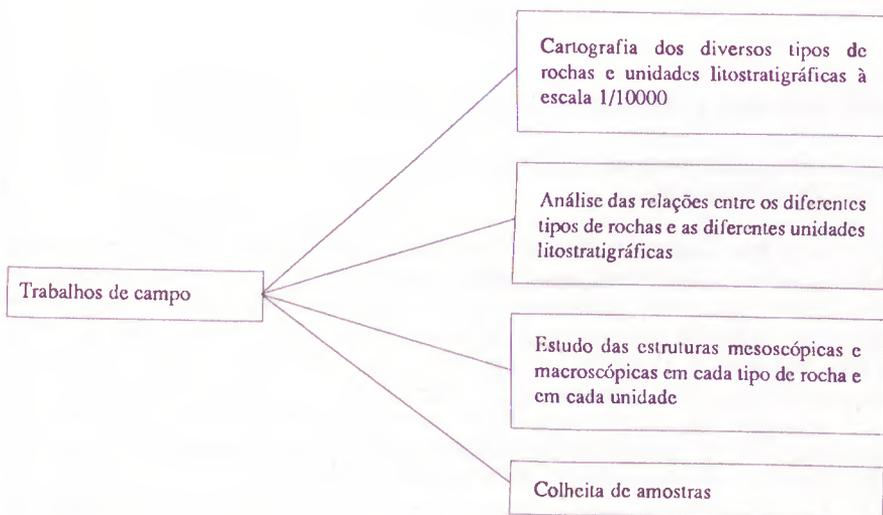
Fig. 1 — Localização da área estudada e a estudar.

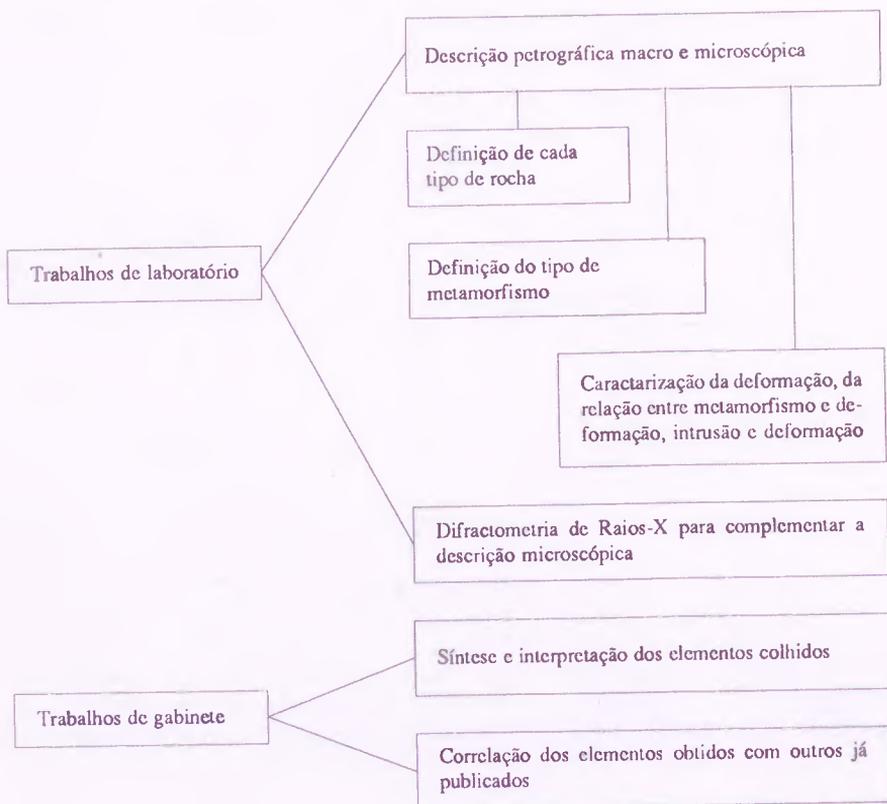
Nesta perspectiva, este estudo dará ênfase particular aos seguintes aspectos:

- apresentação duma cartografia geológica pormenorizada à escala 1/20 000;
- definição das unidades litostratigráficas;
- elaboração da coluna estratigráfica e perfil geológico da região;
- correlação das unidades litostratigráficas individualizadas com as definidas noutras regiões do país;
- caracterização da deformação e metamorfismo que afectam a região;
- caracterização dos corpos graníticos aflorantes na área.

## METODOLOGIA

A metodologia envolvida neste estudo consistiu, para além da consulta bibliográfica, na realização de trabalhos de campo, de laboratório e de gabinete, cujas finalidades e entrosamento se resumem no seguinte esquema:





## CAPÍTULO I

### SÍNTESE DOS CONHECIMENTOS SOBRE A GEOLOGIA DA REGIÃO

#### 1.1. — *Enquadramento da região nas unidades geotectónicas e paleogeográficas da Península*

A cadeia hercínica Ibérica mostra características diversificadas, sendo habitualmente subdividida num certo número de sectores, constituindo cada um destes, zonas com características estratigráficas, tectónicas e magmáticas próprias, definidas por diversos autores (Lotze 1945, Julivert et al 1974, 1980, Ribeiro et al 1979), e que são: zona Cantábrica, Astúrico-Leonesa, Centro-Ibérica, Ossa Morena e Sul-Portuguesa.

A região em estudo enquadra-se na zona Centro-Ibérica (Fig. 2). Nos quadros 1, 2, 3, estão representadas a crono e litostratigrafia, as fases de deformação e o magmatismo da zona Centro-Ibérica.

Convirá salientar que a zona Centro-Ibérica constitui o conjunto da



*Fig. 2 — Zonas que constituem a cadeia hercínica em Portugal, e localização da região em estudo. C. I. — Centro-Ibérica; G. T. M. — Subzona da Galiza-Média — Trás-os-Montes; O. M. — Ossa Morena; S. P. — Sul portuguesa; R. E. — Região em estudo.*

zona Galaico-Castelhana e Luso-Oriental-Alcúdice, primeiramente definidas por Lotze (1945) e que mais modernamente inclui ainda a subzona da Galiza-Média-Trás-os-Montes.

QUADRO I

Síntese da crono e litostratigrafia da zona centro-ibérica; segundo Julivert et al (1980), Ribeiro (1974), Ribeiro et al (1979), Sousa (1982), Sousa (1983), Teixeira (1981)

Era	Sistema	Séries	Unidades litológicas				
PALEOZOICO	Pérmico	Autoniano	Xistos pelíticos com carvão				
		CARBÓNICO	Estefaniano	Est. D	Arcoses		
	Est. C			Grés			
	Est. B			Conglomerados			
	Est. A			Conglomerados poligénicos; arcoses, xistos carbonosos;			
	Cantabriano			camadas de antracite			
	Vestefaliano	Vest. D	Conglomerados poligénicos;				
		Vest. C	arcoses, xistos por vezes carbonosos; carvão				
		Vest. B					
	DEVÓNICO	Namuriano					
		Viséano					
		Tumaciano					
		Superior	Domínio do Douro Inferior				
		Médio	Alternância de calcários e pelitos; contém fósseis				
	Inferior	Em sianio	Alternância de pelitos e grés contém fósseis	G	Quartzofílios	G	Xistos e grauvaques
Siegeniano		grés fossilíferos	r	xistos	r		
SILÚRICO	Ludlovy	pelitos com finos leitos de grés; grés e quartzitos	u	verdes	u		
			p	com lenticulas de calcário	p		
	Venlock	Grés xistóide; quartzitos; xistos grafitosos com fósseis	o		o	Alternância de pelitos, grés e grauvaques; no topo contém intercalações de grés com ampelitos e liditos	
			C		C		
Landoverly	Séries gresosas; pelitos carbonosos com intercalações de liditos; contém graptólitos	T		T	Complexo vulcanossilíceo quartzitos, filitos, quartzofílios e grauvaques		
PALEOZOICO	ORDOVÍCIO	Ashgill	Pelitos e grés; contém localmente uma associação de lavas e tufos básicos com calcários dolomíticos				
		Caradoc	Pelitos carbonosos com intercalações de quartzitos; presença de fósseis (trilobites, graptólitos)				
		Landello	Quartzitos com intercalações pelíticas; contém traços fósseis: <i>Cruziana</i> , <i>Scolithus</i> , <i>Vexillum</i> ; no topo sedimentação ferrífera				
		Arenig	Conglomerados, grés e pelitos borra de vinho				
		Lanvrim					
	CÁMBRICO	Superior	Discordância angular				
				Olho de Sapo Complexo xisto-grauvaquico	Grupo do Douro	Calcários filitos, microconglomerados metagrauvaques, metagrauvaques, calco-silicatadas	Maciços de Bragança e Morais; Complexo gnaissico da Foz do Douro e Miranda do Douro
	PRECÁMBRICO	Superior		Grupo das Beiras	metaconglomerados metagrauvaques, filitos, metavulcanitos		

## QUADRO 2

*Fases de deformação da zona Centro-Ibérica, segundo Dias et al (1985), Domingos et al (1983), Julivert et al (1980), Pereira et al (1982), Ribeiro et al (1979), Sousa (1982)*

Orogenia	Caracterização das fases	
Hercínica	Zonas com metamorfismo de alto grau (parte norte da zona Centro-Ibérica)	<p>F3 — clivagem de crenulação S3 vertical ou muito inclinada; S3 no de obliterar as anteriores. (Pré-Vestefaliana C)</p> <p>F2 — crenulação de S1; clivagem S2; S1 pode ser completamente obliterada (Namuriana ?)</p> <p>F1 — clivagem S1 (Dev. Sup.-Viscano)</p>
	Zonas com baixo grau de metamorfismo (parte sul da zona Centro-Ibérica)	<p>F3 — clivagem de crenulação (Pré-Vestefaliana C)</p> <p>F2 — clivagem S2 fraca; pode estar ausente (Namuriana ?)</p> <p>F1 — clivagem ardósiana S1 (Dev. Sup.-Viscano)</p>
Caledónica (fase Sarda)	Dobras orientadas NE-SO; localmente N-S; em forma de "telha"; sem clivagem de plano axial; manifestam-se em algumas áreas pela flutuação dos mergulhos das charceiras das dobras F1 e lineações L1; mais accentuada para SO; atenuada para NE	

## QUADRO 3

*Magmatismo da zona Centro-Ibérica, segundo Abranches et al (1979), Andrade et al (1985), Dias (1988), Ribeiro et al (1979), Pereira et al (1983), Teixeira et al (1980)*

Hercínicos	260-290 M. A.	Granitos calco-alcalinos com megacristais de grão grosseiro e biotite Granitos calco-alcalinos e alcalinos de grão médio a fino, de duas micas, por vezes com megacristais
	330-290 M. A.	Granitos alcalinos, de duas micas com megacristais (tardios) Granitos alcalinos, de duas micas, mais ou menos deformados Granitos calco-alcalinos com megacristais, biotite e oligoclase, deformados
	360-330 M. A.	Granitos alcalinos gnaissicos, afectados pela 1.ª fase de deformação hercínica; granodioritos biotíticos, com megacristais
Granitos ante-hercínicos	500 M. A.	Granito alcalino, orientado

## 1.2. — Unidades litostratigráficas e cronostatigráficas

Na região que se estuda as unidades litostratigráficas são atribuídas ao Complexo Xisto-Grauváquico ante-Ordovícico, Ordovícico, Silúrico, Devónico, Carbónico e Quartenário.

### 1.2.1. — O Complexo Xisto-Grauváquico, ante-Ordovícico

#### 1.2.1.1. — Localização

Segundo as cartas geológicas na escala 1/50000 (Teixeira e Medeiros, 1965 e 1969) as formações mais antigas da região são atribuídas ao Complexo Xisto-Grauváquico ante-Ordovícico; afloramentos desta unidade podem ser observados na região que abrange as seguintes localidades:

- Castelo do Neiva — Antas — Vila-Chã — Belinho;
- Susão, S. Roque, Sr.<sup>a</sup> da Saúde, Pinhote (carta geológica de Barcelos);
- Estela — Aguçadoura — Moldes; Alvarelos — Guidões — Queimado Alto; Azurara; Retorta; Mindelo; Gião (carta geológica de Póvoa de Varzim).

#### 1.2.1.2. — Litologia e cronostatigrafia do Complexo Xisto-Grauváquico.

Litologicamente, o Complexo Xisto-Grauváquico ante-Ordovícico é caracterizado por xistos e grauvaques alternantes, com intercalações de quartzitos e conglomerados.

No quadro 4 encontram-se sintetizadas as características destas rochas.

Estas formações são atribuídas cronostatigraficamente ao ante-Ordovícico (porque o Ordovícico repousa discordantemente sobre elas), Precâmbrio Superior terminal (Teixeira 1981).

## QUADRO 4

### Descrição das rochas do Complexo-Xisto-Grauváquico

Xistos	Grauvaques	Quartzitos	Conglomerados
Cinzentos, violetas, amarelos argilosos, pouco micáceos, bem estratificados sem fósseis (Nery Delgado, 1908)	Grão fino; clastos: quartzo, feldspatos e fragmentos líticos; matriz quartzo-micácea (Teixeira, 1981)	Grão fino (Teixeira, 1981)	Elementos bem rolados, podendo ser achatados, alongados e fusiformes; natureza dos elementos: quartzo; quartzitos; grauvaques, xistos; dimensão dos elementos é de ovo de perdiz; cimento xistomicáceo, cinzento esverdeado (Teixeira, 1954)

## 1.2.2. — O Sistema Ordovícico

### 1.2.2.1. — Localização

Segundo as cartas geológicas na escala 1/50 000 (Teixeira e Medeiros, 1965, 1969) as formações atribuídas ao Ordovícico ocorrem na área em consideração nos seguintes locais:

- Marinhas, Esposende, S. Roque e Santa da Baía (carta geológica de Barcelos).
- Fão, Apúlia e Cruz do Morto (cartas geológicas de Barcelos e Póvoa de Varzim).
- Teso, Laundos e Moldes (carta geológica de Póvoa de Varzim).
- Maganha, Alvarelhos, Serra do Bougado, Lantemil e Covelas (carta geológica de Póvoa de Varzim).

### 1.2.2.2. — Litologia, paleontologia e cronostratigrafia.

No quadro 5 sintetizam-se os conhecimentos dessas unidades sob o ponto de vista litostratigráfico, os fósseis contidos nessas unidades e a sua cronostratigrafia.

## QUADRO 5

### *Litologia, paleontologia e cronostratigrafia do Ordovícico*

Litologia	Conteúdo fóssil	Cronostratigrafia
Xistos grauvacóides; grouvaques e quartzitos intercalados (Delgado, 1908)	Sem fósseis	Caradociano (Teixeira e Medeiros, 1965)
Xistos ardósíferos (Delgado, 1908)	<i>Calix purchisoni</i> V. e Bar, <i>Neseuretus tristani</i> Brong; <i>Orthis</i> sp.; <i>Beyrichia</i> sp.; <i>Orthonota amigdalina</i> Sow? (Delgado, 1908)	Landeiliano; Lanvimiano (Medeiros, 1955; Teixeira e Medeiros, 1965)
Quartzitos (Delgado, 1908; Medeiros, 1955; Romano, 1974)	<i>Vexillum</i> , <i>Cruziana</i> , <i>Scolithus</i> (Delgado, 1908; Medeiros, 1955; Romano, 1974)	Arenigiano (Teixeira e Gonçalves, 1980)
Conglomerados (Delgado, 1908; Romano, 1974; Teixeira e Medeiros, 1965, 1969)	Sem fósseis	Tremadociano (Teixeira e Medeiros, 1969)

No quadro 6 apresentam-se as características das rochas pertencentes ao sistema Ordovícico.

## QUADRO 6

### Descrição das rochas do Sistema Ordóvício

Conglomerados	Quartzitos	Xistos grauvaçóides
Elementos de quartzo, quartzito, liditos e fanitos; elementos de dimensões variadas; silicificados (Romano, 1974; Teixeira e Medeiros, 1969)	Finos, ocorrem em grossos bancos (Nery Delgado, 1908)	Clastos: quartzo, moscovite e calcite; matriz: filito-quartzoso (Teixeira e Medeiros, 1965)

## QUADRO 7

### Litologia, conteúdo fóssil e cronostratigrafia do sistema Silúrico

Litologia	Paleontologia	Cronostratigrafia
Arenito (Carrington, 1952); Duros, micáceos; brancos: Alteração tornados duros pulverulentos (Delgado, 1908)	<i>Camarotoechia nucula</i> (Sow), <i>Grammysia cinculata</i> Hisinger, <i>Leiopteria</i> ( <i>Leiopteria</i> ) cf. <i>pseudolaevis</i> Oehl, <i>Homalonotus vianai</i> Costa, <i>Orthoeras Cyrtina utrimquesulcata</i> Fuchs, <i>Delthyris dumontiana</i> (de Kon.), <i>Pteronite lla retroflexa</i> Wahlenberg, (Perdigão, 1977)	Ludloviano (Perdigão, 1977)
Xistos (não estão caracterizados); Grauvaques (pouco duros, vermelhos violáceos, amarelos, cinzentos, esverdeados (Delgado, 1908). Xistos grafitosos e faníticos	<i>Monograptus priodon priodon</i> (Bron.), <i>Monograptus flemingi flemingi</i> (Salter), <i>Monoclimacis</i> sp., <i>Pristiograptus</i> sp. <i>Monograptus carringtoni</i> Romariz, <i>Monograptus latus</i> (Mc Coy) (Romariz, 1962, 1972)	Velonquiano (Romariz, 1962, 1972)
Xistos (cinzentos esverdeados; alterados amarelos, vermelhos, (Delgado, 1908). Grauvaques (cores vivas, Teixeira e Medeiros, 1965) com intercalações de fanitos e xistos grafitosos (Teixeira, 1957)	<i>Climacograptus scalaris</i> (Hlis.) <i>C. scalaris scalaris</i> (Hlis.) <i>C. scalaris</i> var. <i>normalis</i> Lapw., <i>C. rectangularis</i> (Mc Coy), <i>C. tornquisti</i> E. W. <i>Glyptograptus tamariscus</i> (Nich), <i>G. tamariscus</i> var. <i>incertus</i> (Elles e Wood), <i>Petalograptus folium</i> Hlis., <i>P. palmeus</i> Barr., <i>P. palmeus</i> var. <i>ovato-elongatus</i> Kurch, <i>Monograptus barrandei</i> Suess, <i>M. lobiferus</i> (Mc Coy), <i>M. sedgwickii</i> (Portl), <i>M. halli</i> Barr., <i>M. triangulatus</i> Hark, <i>M. turriculatus</i> Barr., <i>M. spiralis va gortanii</i> Walterl. <i>Rastrites approximatus</i> (Perner), <i>R. peregrinus</i> Barr., <i>Demirastrites triangulatus</i> (Hork), <i>Diplograptus magnus</i> Lapw; <i>Glyptograptus serratus</i> (E-W).	Landoveriano (Romariz, 1957, 1961, 1962)

### 1.2.3. — O Sistema Silúrico

#### 1.2.3.1. — Localização

Os afloramentos atribuídos ao sistema Silúrico ocorrem numa extensa faixa; são limitados a Este pelas povoações de Santa da Baía, Descampado, Rio Tinto, Vilar de Figos, Gondifelos, Lousado, a Sudoeste pelas povoações de Esposende, Lagoa Negra, Moldes, Queimado Alto, Alvarelhos (carta geológica de Barcelos e da Póvoa de Varzim, escala 1/50 000, Teixeira e Medeiros, 1965, 1969).

#### 1.2.3.2. — Litologia, paleontologia e cronostratigrafia

No quadro 7 encontram-se mencionadas as litologias, conteúdos fósseis e a cronostratigrafia do Sistema Silúrico.

No quadro 8 encontram-se sintetizadas as características dos fñanitos.

## QUADRO 8

### *Características dos fñanitos do Silúrico*

Leitos fñaníticos	Nódulos fñaníticos
Cor cinzenta clara, azul, negra, fossilíferos; estratificados; fissurados (Berthois, 1957-1958)	Cor cinzenta clara; fossilíferos; textura granular (Romariz, 1957-1958)

### 1.2.4. — O Sistema Devónico

#### 1.2.4.1. — Localização

De acordo com as cartas geológicas de Póvoa de Varzim e Barcelos na escala 1/50 000 (Teixeira e Medeiros, 1965, 1969) as formações atribuídas ao Devónico ocorrem nos seguintes locais: Criad, Lagoa Negra, Moldes e Maganha.

#### 1.2.4.2. — Litologia, paleontologia e cronostratigrafia do Sistema Devónico.

As características litológicas, paleontológicas e cronostratigráficas do sistema Devónico, encontram-se sintetizadas no quadro 9.

### 1.2.5. — O Sistema Carbónico

#### 1.2.5.1. — Localização

## QUADRO 9

*Características litológicas, paleontológicas e cronostratigráficas do Sistema Devónico*

Litologia	Paleontologia	Cronostratigrafia
Xistos (argilosos, vermelhos, brancos, cinzentos, amarelos), (Perdigão 1977, Delgado 1908), Medeiros (1955), Teixeira, Medeiros (1965, 1969).	<i>Schizophoria vulvaria</i> (Schl), <i>Rhynchonella</i> sp. <i>Euryspirifer</i> cf. <i>pellicoi</i> (Vern & Arch) <i>Tentaculites</i> sp.; <i>Pterinea</i> ( <i>Cornulites</i> cf. <i>palleti</i> (Vern). <i>Orthoceras</i> sp.; <i>Phacops</i> ( <i>Phacops</i> ) cf. <i>occitanicus</i> (Trom & Grass) <i>Scuchertella septirecta</i> (Wolf) Perdigão (1977), Medeiros (1955).	Emsiano (Perdigão, 1977)
Xistos (argilosos, esbranquiçados, amarelados ou cinzento-avermelhado, micáceos, macios, gresosos). (Perdigão, 1977), (Medeiros, 1955) (Teixeira, Medeiros, 1965, 1969).	<i>Stropheodonta</i> cf. <i>murchisoni</i> (Archiac & Veuil), <i>S.</i> cf. <i>sedgwichi</i> (Archiac & Vernuil), <i>Euryspirifer pellicoi</i> (Vern & Arch) <i>Asteropyge munieri</i> (Oehler), <i>Homalotus</i> ( <i>Digonus</i> ) cf. <i>ornatus</i> (Koch) <i>Pleurodictyum problematicum</i> (Goldf) <i>Pterontella laevis</i> (Goldf) <i>Scuchertella septirecta</i> Wolf Perdigão (1977), Medeiros (1955) Teixeira, Medeiros (1965).	Siegeniano (Perdigão, 1977)
Xistos (argilosos, micáceos, macios, cinzentos, esbranquiçados, amarelos rosados) (Perdigão, 1977), Delgado (1908), (Medeiros, 1955), Torres (1918), Teixeira, Medeiros (1965, 1969).	<i>Spirifer</i> sp.; <i>Orthothes</i> <i>hipponix</i> (Scanur), <i>Asteropyge lacinatus</i> (Roemer), <i>A. munieri</i> (Oehler) <i>A. pectinatus</i> (Roemer) <i>Phacops bronii</i> (Sow), <i>P. sp.</i> ; <i>Plectrodus mirabilis</i> (Egerton), <i>Avicula pseudolaevis</i> (Oehler), <i>Celenterados</i> , <i>Orbiculoidea taini</i> Barros Pruvost & Dubois, <i>Cyrtina utrimquesulcata</i> Fuchs, <i>Howellella mercuri</i> (Goss.), <i>Delthyris dumontiniana</i> (De Koninck) Perdigão (1977) Torres (1918), Teixeira, Medeiros (1965).	Gediano (Perdigão, 1977) (Medeiros, 1955) (Teixeira e Medeiros, 1965)

Segundo a carta geológica 1/50000 da Póvoa de Varzim (Teixeira e Medeiros, 1965) os afloramentos do sistema Carbónico ocorrem nos seguintes locais: Criaç, Serra de Rates, Casais, Alvarelhos.

### 1.2.5.2. — Litologia, paleontologia e cronostratigrafia

## QUADRO 10

### *Litologia, paleontologia e cronostratigrafia do sistema Carbónico*

Litologia	Paleontologia	Cronostratigrafia
Xistos (cinzentos, argilosos micáceos, fossilíferos); arcoses, conglomerados (poligénicos); Medeiros (1955); Delgado (1908) Teixeira (1957)	<i>Linopteris florini</i> , <i>Calamites sp.</i> ; <i>Cordaites</i> ; <i>Pectoperis sp.</i> ; <i>Sigillaria sp.</i> ; Medeiros (1955)	Westefaliano? Westefaliano C? Sousa e Wagner (1983)

No quadro 10 estão resumidas as características litológicas, paleontológicas e cronostratigráficas do sistema Carbónico.

### 1.3. — *Deformação e metamorfismo*

Na região que se estuda são reconhecidas duas fases de deformação (Teixeira et al, 1980, Domingos et al, 1983).

A primeira fase de deformação originou dobras de plano axial subvertical, de orientação NO-SE a que se associa uma clivagem ardosífera S1, paralela ao plano axial das dobras.

A segunda fase de deformação é caracterizada pelo dobramento da clivagem ardosífera S1 e pelo aparecimento de uma nova clivagem S2, clivagem de crenulação vertical; as dobras geradas pela F2 têm orientação NO-SE. A linhação de intersecção de S1 e S2 é subvertical (Bard et al, 1971).

A clivagem observada nos depósitos do Carbónico (Westefaliano C (?)) é relacionada com o cisalhamento tardi F2 (Bard et al, 1971).

A idade da segunda fase é admitida como pré-Westefaliana C devido aos depósitos do Carbónico-Westefaliano C conterem elementos que apresentam S1 redobrado e clivagem de crenulação S2 (Domingos e outros, 1983); a primeira fase é admitida como sendo Devónico Superior-Viseano (Pereira e outros, 1982).

Segundo as cartas geológicas 1/50 000 (Teixeira e Medeiros, 1965, 1969), a implantação dos granitos originou uma orla de corneanas e xistos mosqueados (xistos andaluzíticos, granatíferos). Portugal Ferreira (1972) define este metamorfismo, como «metamorfismo hercínico de baixa pressão», no qual é possível cartografar as seguintes zonas :zona da biotite (zona mais afastada da intrusão; pode ter uma largura de vários quilómetros); zona da andaluzite (pode ocorrer cordierite; almandina em níveis ricos em F e O); zona da silimanite (pode ocorrer cordierite; estreita descontínua ou inexistente).

O metamorfismo regional segundo Bard e outros (1971), enquadra-se na fácies dos xistos verdes e é «anterior a subcontemporâneo» da segunda fase de dobramento (Bard e outros, 1971, Noronha e outros, 1974).

#### 1.4. — *Magmatismo*

Sob esta rúbrica são referidos na área os seguintes tipos de rochas: granitos ante-hercínicos (?), granitos hercínicos e rochas filonianas.

##### 1.4.1. — Granitos ante-hercínicos (?)

###### 1.4.1.1. — Localização

De acordo com as cartas geológicas de Barcelos e Póvoa de Varzim, 1/50 000 (Teixeira e Medeiros, 1965, 1969), os granitos mais antigos ocorrem desde Santo André (granito de Santo André), Póvoa de Varzim (granito da Póvoa de Varzim), Vila do Conde, Gão, Muro.

###### 1.4.1.2. — Caracterização

No quadro 11 encontra-se sintetizada a descrição petrográfica (Assunção, 1962, 1965).

### QUADRO 11

*Caracterização petrográfica dos granitos ante-hercínicos (?), segundo Assunção (1962, 1965); Gonçalves e Teixeira (1980)*

Localização	Mineralogia	Plagioclase	Efeitos tectónicos	Acções metassomáticas	Encraves	Idade
Aguçadoura, Passo, Touguinhó, Argivai, Retorta, Árvore	quartzito, feldspato potássico-sódico; microclina; moscovite, biotite ± andaluzite ± cordierite, rútilo apatite	albite e oligoclase	± granulação	peritização microclinação mirmequitização	de gnaise	500 M. A.
A-Ver-o-Mar, Póvoa de Varzim, Azurara, Macieira da Maia, Fornelo, Guilhabreu	quartzito, feldspato potássico, plagioclase, biotite, moscovite, zircão, apatite, óxidos de ferro rútilo, silimanite, granada	albite e oligoclase	± aspecto gnaisoso; granulação	mirmequitização; peritização	existentes	500 M. A.

## QUADRO 12

*Caracterização petrográfica dos granitos hercínicos,  
segundo Assunção (1962, 1965, 1969); Gonçalves e Teixeira (1980)*

Localização	Mineralogia	Plagioclase	Efeitos tectónicos	Ações metassomáticas	Encraves	Idade
Antas, Vila Chã, Gemeses, Vilar de Figos, Famicão	quartzo, feldspato alcalino, plagioclase, biotite, moscovite, apatite, clorite, turmalina; minério metálico	oligoclase (17% An-média)	quartzo com extinção ondulante; cristais esmagados; micas orientadas	microclivagem, mirmecquização	meso-melanocráticos	285, M. A.
Guilheta, Belinho, Palmeira de Faro	quartzo, biotite, moscovite, ortose, plagioclase, clorite, turmalina, apatite, sillimanite, cordierite, zircão	albite ou albite-oligoclase	quartzo e micas de notam ações deformantes	microclivagem	—	285, M. A.
Vilar de Figos, Chorente, Grimanceiros, Macieira de Rates, Gondifelos	quartzo, plagioclase, feldspato potássico-sódico, moscovite, biotite, turmalina, granadas, apatite, zircão, topázio	albite	granulação; estiramento da moscovite	peritização; microclivagem	xisto	285, M. A.
Aldeia de Baixo, Carvalhos, Franqueira Igreja Velha	quartzo, feldspato alcalino, plagioclase, biotite, moscovite, apatite, clorite, minério	andesina (32% An)	—	microclivagem, mirmecquização	meso-melanocráticos	285, M. A.

Estes granitos metamorfizam o Complexo Xisto Grauváquico, mas não metamorfizam as rochas atribuídas ao Ordovícico ou Silúrico. Teixeira e Gonçalves (1980) admitem que estes granitos poderão estar relacionados com a fase sarda da orogenia caledónica.

Pinto (1985) atribui estes granitos ao Viséado.

#### 1.4.2. — Granitos hercínicos

##### 1.4.2.1. — Localização

Nas cartas geológicas 1/50 000 (Teixeira e Medeiros, 1965, 1969), os granitos hercínicos ocupam uma região desde Belinho, Palmeira de Faro (granitos alcalinos), Gemeses, Vilar de Figos (calco alcalinos), Gondifelos (alcalinos), Vila Nova de Famalicão.

##### 1.4.2.2. — Caracterização

No quadro 12 encontram-se sintetizadas as características petrográficas destes granitos (Assunção, 1962, 1965, 1969).

#### 1.4.3. — Rochas filonianas

##### 1.4.3.1. — Localização

As mais importantes rochas são pórfiros graníticos, que se encontram em Eirada, Guidões, Alvarelhos.

##### 1.4.3.2. — Caracterização

Os pórfiros graníticos apresentam as seguintes características (Assunção, 1965): textura porfírica em matriz microgranular; fenocristais de plagioclase, (albite ou albite-oligoclase), quartzo, biotite e pertite (estes dois últimos podem estar ausentes); a matriz contém: quartzo, feldspato,  $\pm$  moscovite,  $\pm$  granada. Encontram-se muito alterados, fundamentalmente sericitizados e caulinizados. Teixeira (1981), admite que os pórfiros são contemporâneos dos granitos hercínicos.

#### 1.5. — Quaternário

De acordo com as cartas geológicas de Barcelos e Póvoa de Varzim (Teixeira e Medeiros, 1965, 1969), na escala 1/50 000 encontram-se na região depósitos Plio-Plistocénicos.

A caracterização da estratigrafia dos referidos depósitos apoiou-se no chamado «critério altimétrico», que aceitava como informação para a correlação estratigráfica, a cota máxima do topo dos depósitos.

No quadro 13 resumem-se as informações sobre os depósitos quaternários da região, conseguidas com a aplicação do referido critério.



- FALHA, FALHA OCULTA, FALHA PROVÁVEL
- M CISMALHAMENTO
- + + NACIO DE VILA COVA GENESIS
- V V GRANITO DE BARCO ALTO
- T T GRANITO DE FARO
- X X GRANITO DE S. LOUÇÃ
- A A CORNÉIAS
- ~ ~ ROCAS PSAMO-VELTICAS
- ▨ XISTOS GRAFITOSOS
- QUARTZO-FILITOS E QUARTZITOS MICROCIS
- XISTOS ARDOSTEROS
- FILITOS
- QUARTZITOS
- Fe LENTÍCULAS DE HEMATITE

CONCELHOS DE: ESPOSENDE  
BARCELOS





### QUADRO 13

*Caracterização dos depósitos do Quaternário, segundo Teixeira e Medeiros (1965, 1969)*

Designação	Local	Caracterização
Depósitos Modemos	Rio Tinto, Barca do Lago, Fonte Boa, Esposende; ao longo do Rio Este, desde Minhotos a Touguinhó. Desde o rio Neiva, ao longo do litoral até Aguçadoura. Desde o Rio Neiva à Aguçadoura	Aluviões actuais; areias e cascalho de praia ou rio areias de dunas
Qb <sup>4</sup> (5-10m)	Foz do Neiva, Mar, Marinhas, Gandra, Sobreiro, Casais	Depósito de praia, com calhaus rolados. Depósito de terraço
Qa <sup>4</sup> (15-25m)	Belinho, Mar, Pinhote, Esposende, Gandra, Barca do Lago, Pedreiras, Apúlia, Agra, Lordelo, Barros, Bougado	Depósito de praia com uma sucessão de cima para baixo de areias finas, argilas, areias muito grosseiras; contém níveis de calhaus rolados
Q <sup>3</sup> (30-40m)	Gemeses, Aldeia, Necessidades, Macieira da Maia, Eirodo, Bougado. Belinho, Esposende, Vizo Azevedo, Criaz, Estela, Navais	Depósito de terraço com calhaus mal rolados e níveis argilosos. Depósito de praia com areias e calhaus rolados
Qb <sup>2</sup> (45-55m)	Goiós, S. Roque, Santo António, Gemeses, Vila Seca, Figuciró. Fradelos, Laúndos, Póvoas	Depósito de terraço constituído por areias ferruginosas com calhaus rolados
Qa <sup>2</sup> (60-70m)	Faro, Zona de Laúndos, Zona de Agoladas	Depósito de praia constituído por arenitos e conglomerados ferruginosos; contém níveis argilosos; os calhaus são mal rolados; o depósito apresenta estratificação entrecruzada
Q <sup>1</sup> (80-90m)	Águas Férreas	Areias com crostas ferruginosas
P (100-110m)	S. Félix, Outeiro da Figueira	Depósito de praia constituído por grés ferruginosos, conglomerados de cimento ferruginoso com elementos rolados por vezes de grandes dimensões

Uma caracterização mais recente dos depósitos da região, atribuídas ao Quaternário, resumem-se no quadro 14 (Carvalho, 1985).

1.6. — *Comparação dos conhecimentos actuais (do Sistema Silúrico), com a escala estratigráfica recente*

Se compararmos os conhecimentos actuais sobre as unidades da região (quadro 7), com uma escala cronostatigráfica para o Silúrico proposta por Holand (1985), (quadro 15) pode admitir-se a existência na região que se estuda das seguintes unidades:

— Série Landovery;

— o andar Aeroniano, cujo topo é definido pela presença do *Monograptus sedgewickiie* (Portl) e a base é definida pela presença do *Monograptus triangulatus* Hark;

— o andar Telichiano, cuja base é definida pela presença do *Monograptus turriculatus* Barr.

QUADRO 14

*Caracterização dos depósitos do Quaternário, segundo Carvalho (1985)*

Local	Descrição
Desde o Rio Neiva ao longo do litoral até Aguçadoura	Cascalhos das praias actuais, arcias de praias, arcias de dunas e eólicas
Esposende	Arcias soltas e cascalho marinho com seixos e peças líticas não roladas
Esposende - Estela	Formação Areno-Argiloso
Laúndos	Depósito de vertente colizados
Estela - Criaz Rates - Rio Mau	Areias e cascalhos areno-argilosos, deformados Areias grosseiras fluviais com lenticulas argilosas e couraças ferruginosas
Laúndos	Arcias argilosas marinhas

## QUADRO 15

*Termos propostos para o Silúrico por Holland (1985)*

Séries	Andares	Zona com graptólitos
Pridoli		transgrediens ultimus, parultimus
Ludlow	Ludfordiano	? leintwardinensis
	Gorstiano	tumescens (=incipiens) nilssoni s. l.
Wenlock	Nomeriano	ludensis lundgreni
	Sheinvodiano	ellease centrifugus
Llandovery	Telichiano	crenulata turriculatus
	Aeroniano	sedgewickii triangulatus
	Rudariano	cyphus acuminatus

## CAPÍTULO II

### LITOSTRATIGRAFIA DA REGIÃO DE ESPOSENDE

2.1. — São definidas duas unidades litostratigráficas na área abrangida pela folha topográfica 68-2, escala 1/10000 (Direcção Geral de Planeamento e Urbanismo).

As unidades são designadas por *Formação Ardosífera de Esposende* e *Formação de Barca do Lago*.

A definição de cada uma das formações implicou a cartografia geológica da folha acima referida, com o reconhecimento de alguns marcadores estratigráficos (lenticulas de hematite, níveis de goethite-granada, níveis de grafite, xistos grafitosos).

Para cada formação descreve-se o perfil-tipo e apresenta-se a sua caracterização petrográfica.

A *Formação Ardosífera de Esposende* encontra-se dobrada em anticlinal, não apresentando o flanco Este a sucessão completa, devido à presença de

uma falha; este facto leva-nos a descrever as unidades do flanco Este e do flanco Oeste e tentar correlacioná-las. O flanco Este da *Formação Ardosífera de Esposende* contacta por falha com a *Formação de Barca do Lago*.

Admite-se a hipótese da *Formação de Barca do Lago* se sobrepôr à *Formação Ardosífera de Esposende*.

## 2.2. — *FORMAÇÃO ARDOSÍFERA DE ESPOSENDE* (flanco Oeste do anticlinal)

2.2.1. — A designação da *Formação Ardosífera de Esposende* provém do facto da vila de Esposende se situar sobre ela.

O perfil-tipo é um perfil composto e foi estabelecido no flanco Oeste do anticlinal nos seguintes locais:

Ponto *a* — estrada que vai de Góios para o monte de S. Lourenço; coordenadas cartográficas (147,000; 508,562); carta topográfica de Esposende, escala 1/25000 (Serviços Cartográficos do Exército, 1948) (Fig. 3).

Ponto *b* — A Sul da povoação de S. Roque, no local cujas coordenadas são: 147,775; 507,525, carta topográfica de Esposende, escala 1/25000 (Fig. 3).

Ponto *c* — A 280 m Este, da E. N. 13, km 45,620; coordenadas cartográficas são: 146,425; 508,575, carta topográfica de Esposende, escala 1/25000 (Fig. 3).



Fig. 3 — Localização dos pontos referenciados no texto, para o estabelecimento do perfil-tipo. Carta topográfica de Esposende — 68, escala 1/25000 (Serviços Cartográficos do Exército, 1948).

Ponto *d* — Junto à Foz do rio Cávado, a sul do farol de Esposende (Fig. 3).

### 2.2.2. — Descrição do perfil-tipo.

A Fig. 4 mostra a sucessão e a descrição de unidades do perfil-tipo, com a espessura máxima admissível.

A direcção e a inclinação dos planos de estratificação somente é visível na estrada que vai de Góios para o Monte de S. Lourenço (Ponto *a* — Fig. 3; N 45° O; 75° SO).

A análise do perfil sugere a individualização de dois membros: um membro superior caracterizado pela presença de xistos ardosíferos quartzosos com níveis enriquecidos em grafite; um membro inferior caracterizado pela presença de quartzitos com lenticulas de hematite e filitos.

A passagem do membro inferior ao membro superior, não se observa devido à inexistência de afloramento.

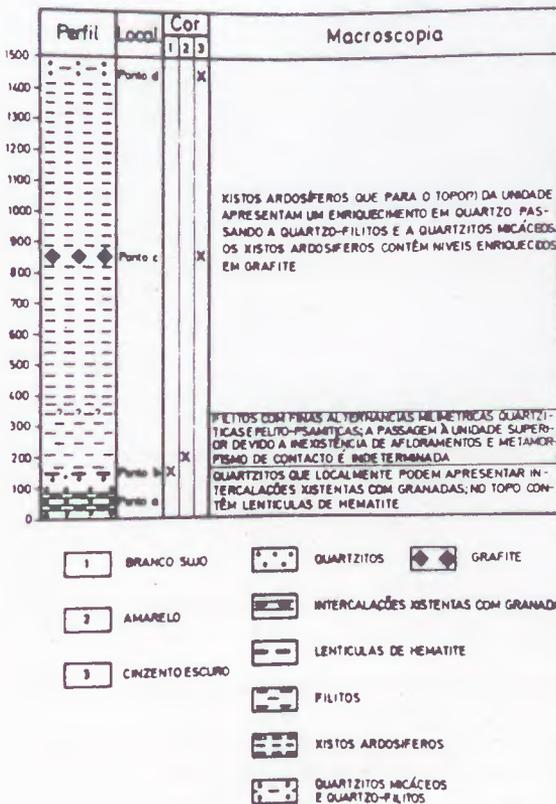


Fig. 4 — Perfil-tipo da Formação Ardosífera de Esposende. Descrição das unidades e espessura máxima admissível.

### 2.2.3. — Caracterização petrográfica.

Os tipos petrográficos da *Formação Ardosífera de Esposende*, no flanco Oeste do anticlinal, são quartzitos com lenticulas de hematite, filitos amarelos e xistos ardosíferos, quartzo-filitos e quartzitos micáceos.

#### 2.2.3.1. — Quartzitos

Ocorrem em bancadas mais ou menos regulares. A sequência mostra um aumento progressivo da espessura das camadas da base para o topo.

No topo atingem espessuras da ordem decimétricas, enquanto na base a espessura é da ordem centimétrica (Fig. 5).



Fig. 5 — Aspecto da sequência dos quartzitos do membro inferior da Formação Ardosífera de Esposende.

Quando frescos apresentam uma cor branco-sujo, que se torna amarela-acastanhada, devido à alteração; são rochas de grão médio ou médio e grosseiro.

Microscopicamente apresentam textura em mosaico poligonal (próximo de cizalhamentos) ou mosaico indentado (Fig. 6).

Os minerais observados são quartzo, moscovite, biotite e clorite. Observa-se uma relação entre a variação do tamanho do grão e a frequência relativa das micas. A percentagem de micas diminui, quando o tamanho

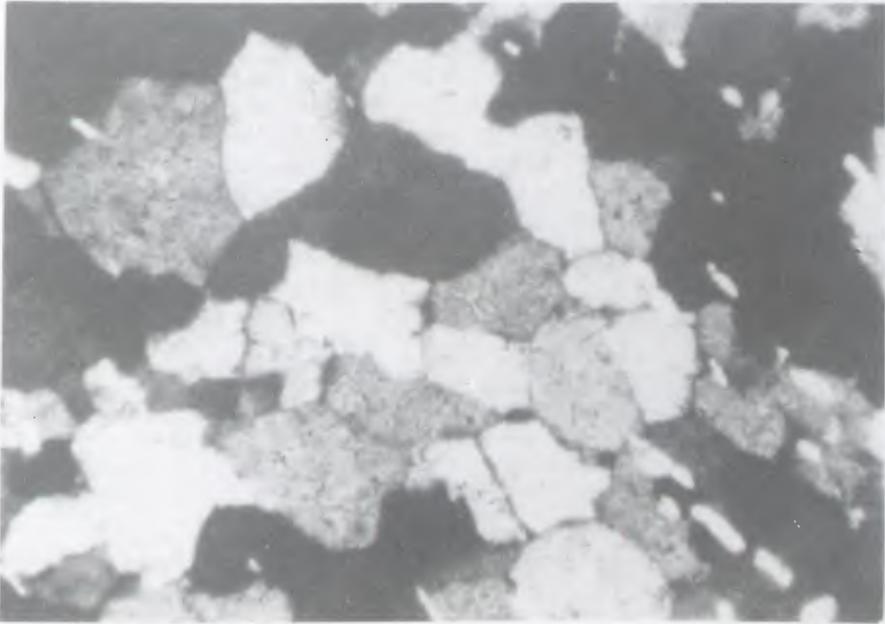


Fig. 6—*Textura em mosaico nos quartzitos. Luz polónio+(x10).*

do grão aumenta (não se observou nenhuma variação da granulometria da base para o topo).

Nalgumas amostras observam-se micro-dobras e uma clivagem de fluxo, marcado pela recristalização da moscovite.

Como minerais acessórios ocorrem a turmalina, zircão e opacos.

O quartzo constitui 90% ou mais da rocha; dimensões variam entre 0.1 a 1 mm e esporadicamente atingem dimensões superiores; extinção ondulante; contorno poligonal, indentado, lobado sendo estes dois últimos mais frequentes.

A moscovite em percentagem que não ultrapassa os 5%; dimensões máximas  $400 \times 100$  m; mínimas  $150 \times 20$  m; hipidiomórfica, xenomórfica, incolor em nicóis paralelos; em nicóis cruzados cores de 1.<sup>a</sup> ordem; clivagens ligeiramente encurvadas; extinção ondulante; fracturas preenchidas por óxidos de ferro.

A biotite em percentagem  $\leq 3\%$  em cristais equidimensionais:  $100 \times 50$  m; idiomórfica a xenomórfica; castanho avermelhado em ng, incolor em np; clivagens encurvadas, extinção ondulante; presença de óxidos de ferro ao longo dos bordos e das clivagens.

A clorite corresponde a 1% aproximadamente em cristais de dimensão  $200 \times 40$  m; xenomórfica, hipidiomórfica.

Pleocróica, verde em ng, em np, incolor, extinção ondulante; bordejada por opacos.

### 2.2.3.2. — Lenticulas de hematite.

Ocorrem intercaladas no topo das bancadas de quartzitos (Fig. 7). Têm cor castanha escura; ao microscópio verificou-se que no seio da massa escura de hematite ocorrem possivelmente anfíbolos, granadas e andaluzite. Esta composição mineralógica foi confirmada por difração de Raios - X (Fig. 8).

No quadro encontram-se sintetizadas as características dos minerais:

QUADRO 16

Características dos minerais que ocorrem nas lenticulas da hematite			
Granadas	Anfíbolos	Andaluzite	Clorite
xenomórfica incolores em l.n.; fracturada	xenomórfica a hipídio-xenomórfica; incolores, azul claro a azul petróleo extinção simétrica	incolores em l.n.; xenomórfica	incolores a verde; xenomórfica, hipídio- mórfica; clivagens encurvadas; extinção ondulante resultante da alteração das anfíbolos

### 2.2.3.3. — Filitos.

São rochas de cor amarela quando frescas; alteradas apresentam um tom amarelo acastanhado. Apresentam finas alternâncias milimétricas quartzíticas de cor clara e pelito-psamíticas de cor escura. Os leitos claros ao microscópio apresentam-se constituídos predominantemente por quartzo, cuja relação entre os grãos aponta para uma textura granoblástica e pequenas palhetas de moscovite, em quantidade não superior a 3% com uma certa orientação dominante.

Verifica-se um certo cizalhamento dos leitos quartzosos.

Os leitos escuros apresentam uma textura lipídica a nematoblástica; são constituídos por moscovite, biotite e quartzo.

Como minerais acessórios ocorrem minúsculos cristais de turmalina e opacos que parecem ser mais frequentes nos leitos micáceos.

O metamorfismo de contacto origina nestes filitos andaluzite; este mineral será referido no metamorfismo de contacto.

As propriedades dos minerais são idênticas nos leitos claros e escuros.

O quartzo ocorre em cristais de contornos indentados, lobados, com certo estiramento; apresenta-se recristalizado com extinção ondulante; os cristais têm dimensões que se situam à volta de  $300 \times 100$  m.

A moscovite é hipidiomórfica a xenomórfica, incolor em nicóis paralelos; em nicóis cruzados a cor varia de branco a azul; clivagens encurvadas, extinção ondulante; contém opacos; óxidos de ferro ao longo das clivagens e dos bordos; nos leitos claros as palhetas têm uma dimensão  $\leq 100 \times 50$  m enquanto nos escuros atingem  $300 \times 100$  m.

A biotite é xenomórfica com tendência a hipidiomórfica; em nicóis paralelos a cor varia entre castanho esverdeado segundo ng a incolor



*Fig. 7 — Lenticulas de hematite que ocorrem intercaladas no topo dos quartzitos. Observam-se no ponto b (Fig. 3).*

segundo np; clivagens encurvadas, extinção ondulante; aproximadamente equidimensionais:  $200 \times 100$  m.

A turmalina é idiomórfica; a cor varia entre o verde incolor e o verde azeitona; dimensões  $\leq 50$  m.

2.2.3.4. — Xistos ardosíferos quartzosos, quartzo-filitos e quartzitos micáceos.

Fazem parte de uma unidade que para o topo enriquece em quartzo passando os xistos ardosíferos quartzosos a quartzo-filitos e quartzitos micáceos.

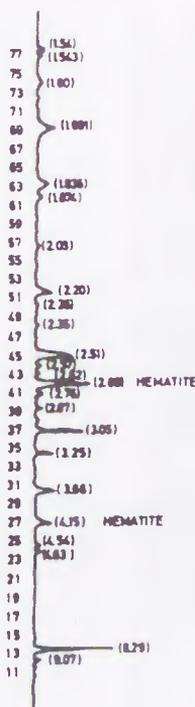


Fig. 8 — Diffractograma de Raios X, das lenticulas de hematite, que ocorrem intercaladas no topo das bancadas de quartzitos.

A unidade contém níveis enriquecidos em matéria orgânica.

No quadro 17 sintetizam-se as características das rochas que compõem esta unidade.

Os minerais apresentam propriedades idênticas nos diferentes tipos de rochas.

O quartzo ocorre em lenticulas elipsoidais alinhadas paralelamente à clivagem existente; mostra-se estirado recristalizado; dimensões entre  $100 \times 50$  m e  $500 \times 100$  m; a percentagem nos xistos ardósiferos quartzosos é de 30%, enquanto nos quartzitos moscovíticos é de 80%.

A moscovite forma filmes em torno dos cristais de quartzo; estes filmes são definidos por palhetas cujas dimensões variam entre  $60 \times 30$  m e  $200 \times 40$  m (Fig. 10).

As clivagens encontram-se ligeiramente encurvadas e a extinção é ondulante; em nicóis paralelos são incolores, podendo apresentar um certo pleocroísmo de relevo; em nicóis cruzados tem cor amarela. Nos xistos ardósiferos podem atingir 60%, enquanto nos quartzitos moscovíticos 10%.

A clorite ocorre em percentagem  $\leq 5\%$ . Os porfiroblastos têm desenvolvimento incipiente; as lenticulas são formadas por escamas que se dispõem transversalmente à clivagem ardósiana.

As lenticulas em nicóis paralelos apresentam uma cor que varia de incolor a verde; em nicóis cruzados têm uma cor cinzenta, azul-tinta,

## QUADRO 17

*Rochas que ocorrem no Membro Superior da Formação Ardosífera de Esposende*

Tipo de rocha	Cor		So	Textura	Mineralogia
	Fresca	Alterada			
Xistos ardosíferos (Fig. 9)	cinzentos escuros	amarelo pardo	não se observa	lepido-blástica (Fig. 10)	Essenciais: quartzo + moscovite Acessórios: opacos, turmalina, zircão
Quartzo-filitos	cinzentos escuros	avermelhada	não se observa	Lepido-blástica	Essenciais: quartzo + moscovite + clorite + plagioclase + biotite Acessórios: turmalina, opacos, zircão (?)
Quartzitos moscovíticos	cinzenta	amarelo pardo	não se observa	lepido-blástica	Essenciais: quartzo + moscovite Acessórios: turmalina, opacos, epidoto (?)

amarelo de 1.<sup>a</sup> ordem; algumas lentículas contêm zircão em torno do qual se observam halos pleocróicos; as dimensões das lentículas variam entre  $150 \times 40$  m a  $600 \times 200$  m.

A plagioclase ocorre em lentículas elipsoidais alinhadas paralelamente à clivagem ardosiana; maclada, sendo os planos de macla transversais à clivagem xistenta (germinação da albite); dimensões de  $100 \times 50$  m;  $\leq 3\%$ .

A biotite alinha-se na clivagem xistenta ou corta-a; hipidiomórfica, xenomórfica; em nicóis paralelos a cor varia entre verde pálido segundo np a verde azeitona ou verde acastanhado segundo ng; nalguns casos encontra-se com «kinks»; cloritizada; em cristais aproximadamente equidimensionais:  $150 \times 40$  m  $\leq 3\%$ .

A turmalina é idiomórfica a xenomórfica; com um pleocroísmo que varia de incolor a verde ou verde acastanhado; apresenta dimensões que podem variar entre  $180 \times 100$  m a  $400 \times 250$  m; rara; corta a clivagem ardosiana.

O metamorfismo de contacto induz nestas rochas andaluzite.

### 2.3. — Formação Ardosífera de Esposende no flanco Este da antiforma granítica.

2.3.1. — A Formação Ardosífera de Esposende mostra no flanco Este da antiforma granítica algumas variações em relação ao perfil-tipo atrás definido. Um perfil composto foi efectuado nos seguintes pontos:

Ponto e — ponto que se situa a 780 m N  $31^\circ$  E do vértice trigono-



Fig. 9 — *Xistos ardosíferos* do Membro Superior da Formação Ardosífera de Esposende. Local da *Agra-Descampado pedreira*.

métrico de Faro e cujas coordenadas cartográficas são: 148,750; 508,750 (carta topográfica de Esposende — 1/25 000; Fig. 3).

Ponto *f* — ponto que se situa a 830 m N 42° E do vértice trigonométrico de Faro e cujas coordenadas cartográficas são: 148,900; 508,775 (carta topográfica de Esposende — 1/25 000; Fig. 3).

Ponto *g* — ponto que se situa a 980 m N 51° E do vértice trigonométrico de Faro e cujas coordenadas cartográficas são: 149,100; 508,725 (carta topográfica de Esposende — 1/25 000; Fig. 3).

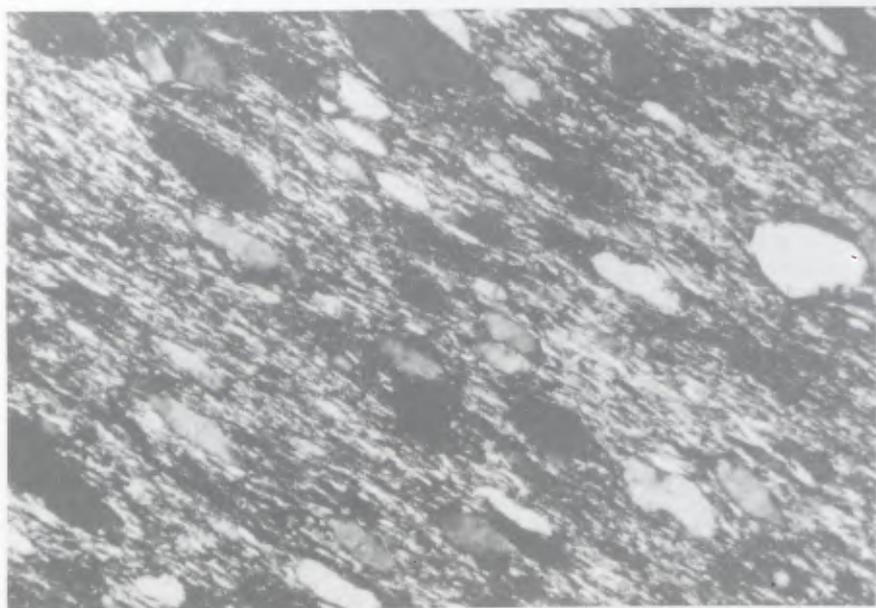


Fig. 10 — Aspecto microscópico dos xistos ardósíferos da fig. 9. Textura lepidoblástica; lenticulas de quartzo alinhadas paralelamente à clivagem existente. Luz pol Nic.+(10).

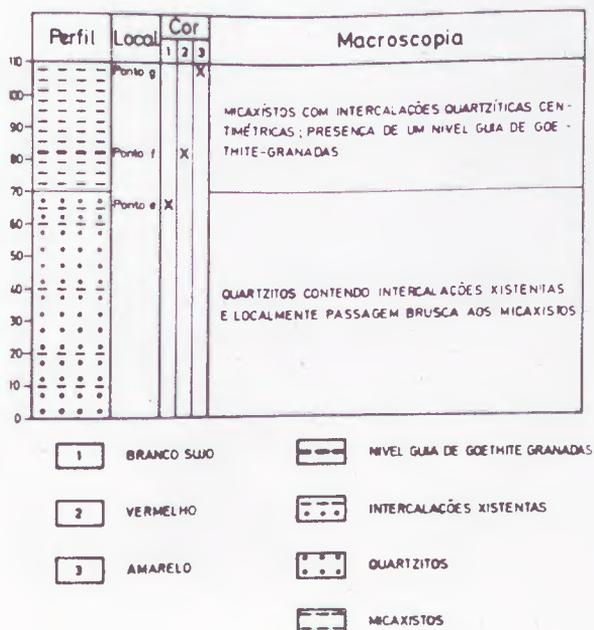


Fig. 11 — Perfil composto definido no flanco Este do anticlinal de Esposende.

### 2.3.2. — Descrição do perfil

A fig. 11, mostra a sucessão e a descrição de unidade do perfil-tipo, com a espessura máxima admissível. A direcção e inclinação da estratificação é N 20° E; 55° SE.

### 2.3.3. — Caracterização petrográfica

Os tipos petrográficos da *Formação Ardosifera de Esposende*, no flanco Este da antiforma granítica são: quartzitos, micaxistos e um nível com goéthite e granadas.

#### 2.3.3.1. — Quartzitos

Apresentam uma cor branco-sujo, quando frescos, tornando-se amarelos acastanhados quando alterados; de grão grosseiro a médio.

Observa-se a estratificação, que é cortada por uma clivagem xistenta. Microscopicamente, apresentam textura granoblástica com xenoblastismo (Fig. 12). A mineralogia primária é constituída por quartzo, moscovite; os minerais acessórios são: turmalina, opacos, zircão e rútilo. O metamorfismo de contacto gera nos quartzitos silimanite, que será referida no capítulo do metamorfismo de contacto. O quartzo varia entre 90% e 96%. A dimensão dos cristais pode variar entre 600 m a 4 mm; dimensões mais

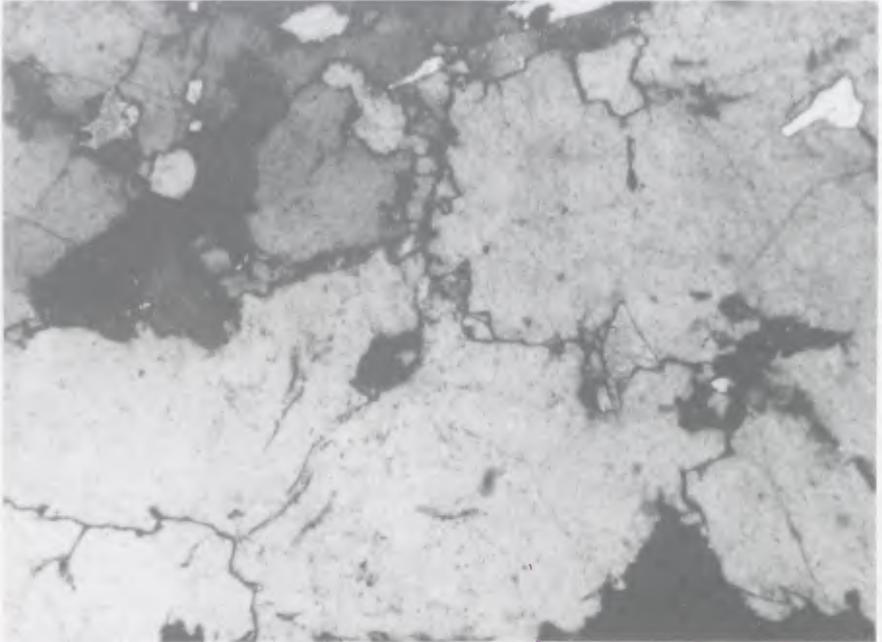


Fig. 12 — Aspecto microscópico dos quartzitos. Textura granoblástica, constituídos por quartzo e moscovite. Luz pol. Nic.+(x4).

frequentes: 1.6 mm. Apresenta contornos dentados, serrilhados; observam-se recristalizações em torno dos limites dos grãos; estirados; extinção ondulante; fracturados; podem conter moscovite, opacos, silimanite (fibrolite).

A moscovite varia entre 2 a 8%, a dimensão varia entre 200 m a 1.6 mm  $\times$  0.8 mm.

Salienta-se o facto de apresentar dimensões inferiores ao quartzo, idiomórfica (sobretudo os cristais de menores dimensões), clivagens encurvadas, extinção ondulante; nalguns cristais observam-se «kinks»; contém opacos, agulhas de silimanite, quartzo.

A turmalina pode atingir uma percentagem de 7%. A forma varia entre idiomórfica e xenomórfica; o pleocroísmo varia entre verde claro e verde acastanhado; as dimensões variam entre 50  $\mu$  e 600  $\mu$ .

### 2.3.3.2. — Micaxistos

A cor: toda a unidade se encontra muito alterada, pelo que nos parece impossível falar em cor da unidade fresca. A unidade não apresenta cor constante, podendo ocorrer a cor vermelha (predominante) devido à presença de hematite, amarela, cinzenta.

A estratificação não é visível. O metamorfismo de contacto transforma estas rochas em micaxistos mosqueados (Fig. 13).

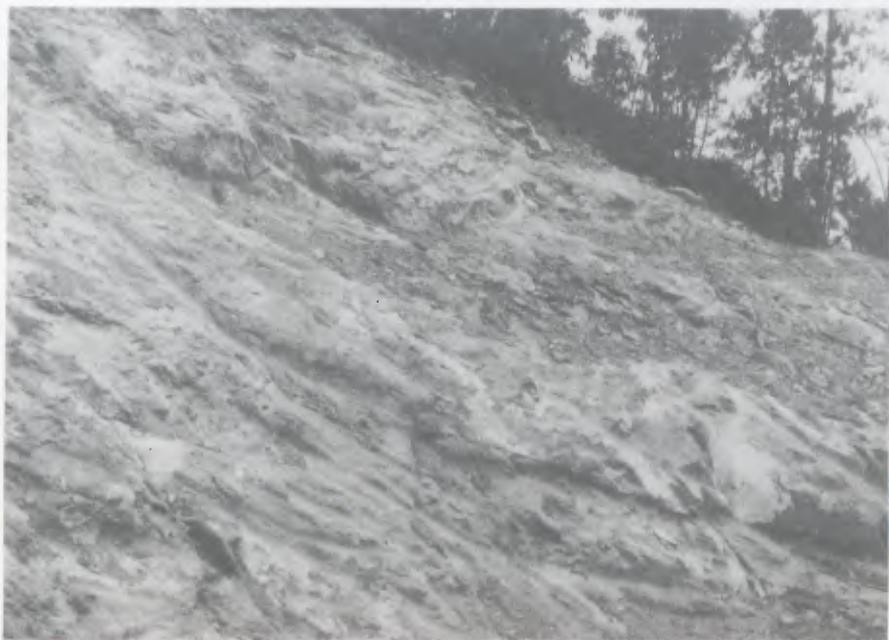


Fig. 13 — Aspecto dos micaxistos vermelhos da Formação Ardosifera de Esposende.

Microscopicamente estes micaxistos apresentam textura porfirolepidoblástica. Os porfiroblastos são de andaluzite, variedade quíastolite e foram gerados pelo metamorfismo de contacto.

A mineralogia essencial da matriz é constituída por moscovite e quartzo; a mineralogia acessória é composta por turmalina. Observam-se, ainda, filmes de óxidos de ferro. A andaluzite será referida no metamorfismo de contacto.

A análise microscópica revela que: a moscovite apresenta propriedades idênticas às descritas em 2.3.3.1.. Acrescenta-se que há cristais com clivagens abertas, ao longo das quais ocorre a ferruginização; dimensões variam entre 0.5 e 1 mm; 50%.

O quartzo é xenomórfico, recristalizado, estirado, extinção ondulante; fracturado e com dimensões que se situam à volta dos  $300 \times 200 \mu$ ; 30%.

### 2.3.3.3. — Níveis guia de goethite e granadas

O nível-guia de goethite apresenta uma espessura centimétrica, ocorrendo a tecto e a muro os micaxistos descritos em 2.3.3.2..

Apresenta uma cor castanha negra e mostra sinais duma certa fracturação com movimentação.

O nível granatífero encontra-se situado por baixo do nível de goethite, intercalado em rochas quartzíticas de cor clara. Este nível granatífero materializa a estratificação So. (Fig. 14).

Ao microscópio verificou-se que as rochas quartzosas, apresentam uma fina alternância de leitos psamíticos e leitos pelíticos (Fig. 15).

As granadas encontram-se associadas aos leitos pelíticos.

Os leitos psamíticos apresentam textura granoblástica; os seus minerais são o quartzo (90%), a biotite, a moscovite e a silimanite (prismática) perfazem 10%. Como acessórios ocorrem: zircão e opacos.

Os leitos pelíticos apresentam textura porfirolepidogranoblástica, sendo o carácter porfiroblástico dado pela granada e andaluzite; a matriz é constituída por quartzo, biotite e silimanite + moscovite; como acessórios ocorrem os opacos e turmalina.

A descrição da mineralogia será tratada no capítulo do metamorfismo de contacto.

A dimensão dos minerais dos leitos psamíticos situa-se à volta de  $1.6 \times 1$  mm; dos leitos pelíticos à volta de  $1 \text{ mm} \times 300 \mu$ ; as granadas atingem  $2.5 \times 2.5$  mm.

## 2.4. — A Formação de Barca do Lago

2.4.1. — A designação de *Formação de Barca do Lago* provém do nome da povoação de Barca do Lago onde esta Formação ocorre.

O perfil-tipo é ainda um perfil composto e foi estabelecido num corte que passa pelos seguintes pontos:

Ponto *b* — caminho municipal 1023, na margem esquerda da Ribeira da Reguenga;



Fig. 14 — Níveis de goethite e granadas que ocorrem intercalados nos micaxistos da Formação Ardosifera de Esposende no flanco Este da antiforma granítica; setas, indicam os níveis de goethite e granadas.

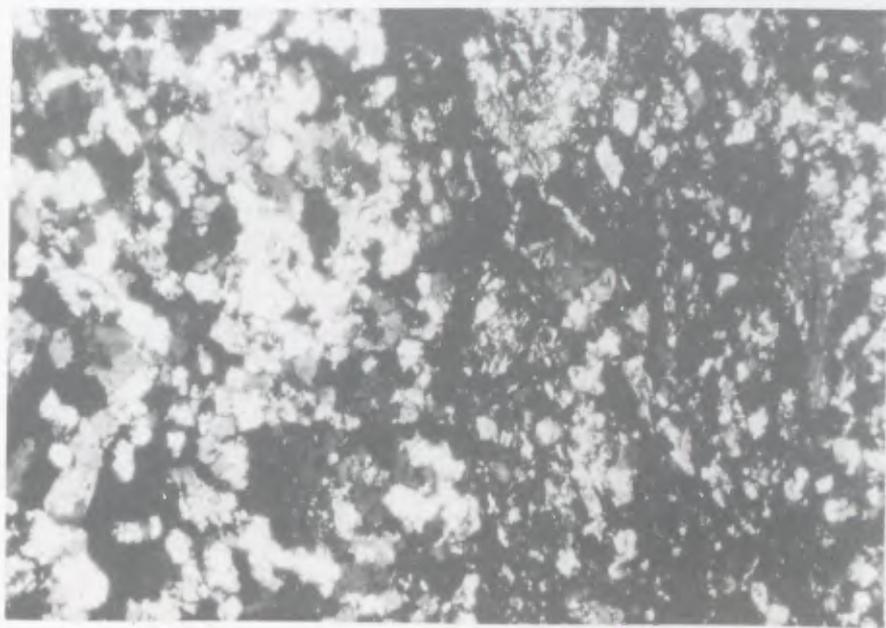


Fig. 15 — Aspecto microscópico das rochas quartzíticas que contém o nível granatífero. Alternância de leitos psamíticos e pelíticos. Luz pol. Nic+ (x4).

Ponto *i* — na estrada nacional 305, entre o km 55 e o km 54.800;

Ponto *j* — caminho municipal 1023 a 300 m Este do ponto *h* (Fig. 3).

Não foi possível definir a passagem da *Formação Ardosífera de Espoense* à *Formação de Barca do Lago*, devido à existência de acidentes tectónicos. A individualização desta formação é feita através de um nível-guia constituído por xistos grafitosos; espessura máxima é de 150 metros.

#### 2.4.2. — Descrição do perfil-tipo

O perfil-tipo desta formação foi definido em diferentes locais.

A base da formação foi caracterizada num corte encontrado no C. M. 1023, junto à margem esquerda da Ribeira da Reguenga. O topo da formação é definido no C. M. 1023, a 300 m Este da margem esquerda da Ribeira da Reguenga. O topo desta formação é cortado pela intrusão do granito. O perfil encontra-se representado na Fig. 16.

#### 2.4.3. — Caracterização petrográfica

Os tipos petrográficos da Formação de Barca do Lago são quartzitos, rochas psamo-pelíticas e xistos grafitosos.

##### 2.4.3.1. — Quartzitos

Apresentam cor branca quando frescos, alterados têm uma cor amarelada; ocorrem em bancadas de espessura, a estratificação só é visível em

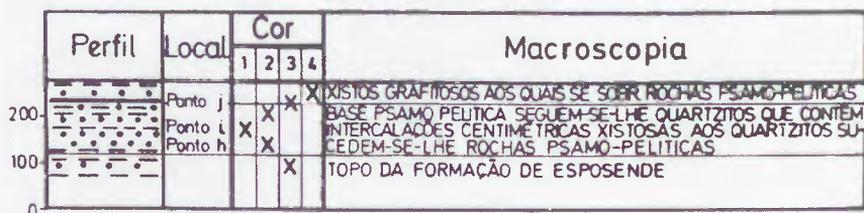


Fig. 16 — Perfil-tipo da Formação de Barca do lago.



*Fig. 17 — Quartzitos da Formação de Barca do Lago. A fracturação intensa deve-se à presença de um acidente N-S — falha da Reguenga.*

afloramentos devido a apresentarem intercalações centimétricas mais xistosas. São de grão médio e a percentagem de mica branca, leva-nos a classificá-los de quartzitos micáceos. Devido à presença de um acidente encontram-se muito fracturados (Fig. 17).

As propriedades dos minerais são idênticas às descritas em 2.3.3.1..

#### 2.4.3.2. — Rochas Psamo-pelíticas

Encontram-se a tecto e a muro dos quartzitos, a tecto e muro dos xistos grafitosos.



Fig. 18 — *Lineação das rochas psamo-pelíticas da Formação de Barca do Lago.*

A cor destas rochas quando frescas é cinzenta clara; quando alterada é amarelada, esverdeada, etc.

A estratificação é visível nas rochas situadas a tecto e a muro dos quartzitos. As rochas situadas a tecto apresentam uma lineação (Fig. 18).

### QUADRO 18

#### *Características das rochas psamo-pelíticas*

Tipo de rocha	Textura	Descrição
Quartzo-micaxisto mosqueado	Porfiro lepidoblástica	Os porfiroblastos são de andaluzite (quiasolite), fortemente moscovitizado; a matriz é composta por quartzo, moscovite, biotite; como acessórios: opacos, turmalina, zircão

A intrusão do granito transformou as rochas que se situam a tecto dos xistos grafitosos e dos quartzitos em corneanas. As rochas que se situam a muro dos quartzitos em quartzo-micaxistos mosqueados (Fig. 19). No quadro sintetizam-se as características destas rochas ao microscópio.

As rochas transformadas em corneanas, o desenvolvimento de andaluzite e o metassomatismo serão tratadas no capítulo do metamorfismo de contacto.

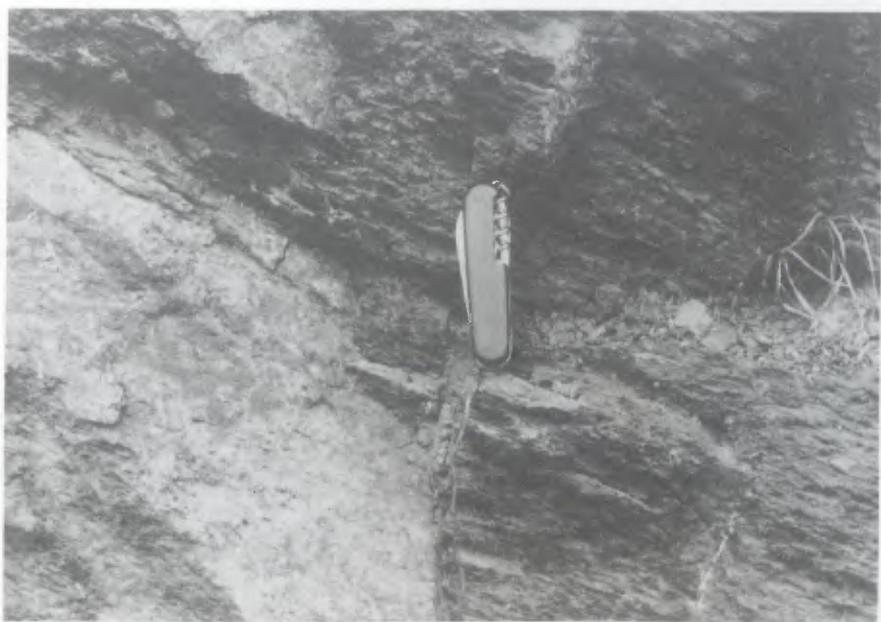


Fig. 19 — Rochas psamo-pelíticas da base da Formação de Barca do Lago transformadas em quartzo-micaxistos mosqueados devido à intrusão do Maciço de Vila Cova — Gemeses.

A análise microscópica revela que: a moscovite é incolor em nicóis paralelos; em nicóis cruzados apresenta tonalidades que vão desde branco de 1.<sup>a</sup> ordem ao azul de 2.<sup>a</sup> ordem; xenomórfica, hipidiomórfica, idiomórfica; clivagens encurvadas, extinção ondulante; contêm quartzo, opacos, andaluzite, silimanite em agulhas ou em prismas;  $0.1 \times 0.02$  mm a  $0.06 \times 0.2$  mm; alinhada na clivagem xistenta.

A biotite, em nicóis paralelos é incolor a castanha; em nicóis cruzados têm cores que variam entre o laranja de 1.<sup>a</sup> ordem e o verde de 2.<sup>a</sup> ordem; hipidiomórfica, xenomórfica; clivagens encurvadas, extinção ondulante; contêm opacos, zircão em torno do qual se observam halos pleocróicos; encontra-se no geral cloritizada;  $0.4 \times 0.05$  mm; alinhada em S 2.

O quartzo, ocorre em plagas cuja dimensão máxima é de  $0.5 \times 0.2$  mm e cristais equidimensionais —  $0.2 \times 0.1$  mm; extinção ondulante; fracturado; estirado; recristalizado; contem opacos.

#### 2.4.3.3. — Xistos Grafitosos

Os xistos grafitosos são de cor cinzenta escura, quando frescos e alterados; sujam as mãos; apresentam intercalações centimétricas ou milimé-



Fig. 20 — *Xistos grafitosos da Formação de Barca do Lago.*

tricas de leitos quartzosos; apresentam dobra de amplitude métrica, assimétrica e eixo horizontal (Fig. 20).

Ao microscópio revelam alternância de leitos quartzosos de grão grosseiro e médio, leitos grafitosos e pelíticos.

Os leitos quartzosos e grafitosos apresentam textura granoblástica; os pelíticos têm textura lepidoblástica; em qualquer um destes leitos o metamorfismo de contacto gera andaluzite (quiasolite) em porfiroblastos (é de referir que o carácter mosqueado já se observa macroscopicamente). Ao microscópio a mineralogia dos leitos quartzosos grosseiros é essencialmente quartzo; como acessórios ocorrem manchas de ferro; nos leitos quartzosos de grão médio além do quartzo aparece a grafite e a moscovite; os leitos grafitosos contêm grafite + quartzo + moscovite (rara); os leitos pelíticos contêm moscovite essencialmente, podendo ainda ocorrer grafite + quartzo. Como mineral acessório em qualquer um destes leitos ocorre a turmalina.

Ao microscópio verifica-se que o quartzo tem propriedades comuns em qualquer um dos leitos referidos, xenomórfico, mas existem pequenos cristais que apresentam tendência para contornos rectos; fracturados, extinção ondulante, as dimensões nos leitos quartzosos mais finos situam-se à volta de  $0.1 \times 0.1$  mm. Nos leitos quartzosos grosseiros entre  $0.4 \times 0.4$  a  $2 \times 2$  mm; nos leitos grafitosos e pelíticos =  $0.1 \times 0.1$  mm.

A moscovite tem propriedades comuns em qualquer um dos leitos, incolor em nicóis paralelos, em nicóis cruzados tem cores de 1.<sup>a</sup> ordem; xenomórfica, hipidiomórfica; clivagens encurvadas; extinção ondulante; contém quartzo, opacos e grafite. Nos leitos grafitosos e pelíticos apresenta dimensões que variam entre  $0.4 \times 0.2$  mm e  $0.6 \times 0.3$  mm; ocorre também o desenvolvimento incipiente de porfiroblastos de dimensões entre  $0.6 \times 0.3$  mm e  $0.7 \times 0.2$  mm.

A grafite ocorre sob a forma de finas pontuações e filmes.

A turmalina é idiomórfica, hipidiomórfica, xenomórfica; tem um pleocróismo que varia de incolor a castanho; fracturada; zonada; dimensões máximas  $0.2 \times 0.1$  mm; corta S 2.





